



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

**Para um lugar com memória:  
a Biblioteca de Almeida, entre o passado e o futuro**

**Paula Cristina Gomes de Sousa Cunha Monteiro**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ciências Documentais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor António Santos Pereira

**Covilhã, Outubro de 2013**



# Agradecimentos

Difícilmente conseguirei expressar com inteira justeza, o meu reconhecimento, a todas as pessoas e instituições que de um modo ou de outro, tornaram possível esta dissertação.

Em primeiro lugar não posso deixar de agradecer ao Prof. Doutor Santos Pereira, o facto de ter aceite orientar desta dissertação. Saliento, em especial, as reflexões, as sugestões e o empenho com que me conduziu na investigação e a insistência sobre a mais adequada metodologia a adoptar.

Um agradecimento, também, à Doutora Reina Pereira pelas palavras encorajadores e estimulantes nalguns momentos difíceis e na inteira disponibilidade, sempre!

Do mesmo modo devo deixar também uma palavra de apreço às instituições que me facilitaram a pesquisa ou o acesso à documentação, em primeiro lugar ao Presidente António Baptista Ribeiro e vereador José Alberto Morgado do pelouro da cultura do Município de Almeida, pela cedência de todos os materiais solicitados, ao arquitecto João Marujo pela facilidade de consulta e disponibilização do material gráfico, e o meu igual agradecimento ao engenheiro Francisco Xavier, Director dos Serviços Técnicos do Município pela disponibilização e consulta dos projectos.

Aos meus colegas de trabalho pela tolerância, paciência e pela colaboração, em especial à Andreia e Diana pelo incentivo e presença.

Pela disponibilidade e atenção demonstradas nas horas mais complicadas, agradeço aos meus amigos, Patrícia Mesquita, Cláudia Almeida, e Luís Bernardo. Um obrigada especial, por tudo! À Sílvia porque embora não estivesse, está sempre quando é preciso.

Um reconhecimento especial ao desenhador técnico e amigo Paulo Costa, pelo acompanhamento e elaboração dos materiais gráficos, pelas reflexões sempre oportunas, pela paciência, e pela disponibilidade incondicional. À Teresinha e à Sandra, um pedido de desculpas pelo tempo roubado.

À minha madrinha Paula Prata pelo acompanhamento no caminho, pelas sugestões, correcções e alertas sempre sábias, oportunas, e sinceras.

Finalmente o maior dos agradecimentos para os meus pais e irmão por tudo o que sou.

**Ao Rui, à Beatriz e à Maria, por todos os momentos em que me foi permitido crescer, por tudo! Obrigada.**



## Resumo

O percurso seguido ao longo desta dissertação cingiu-se, no essencial, a duas temáticas distintas, **o alargamento da missão da Biblioteca Pública e a Biblioteca Municipal de Almeida nas suas múltiplas valências**. Acerca da primeira inquirimos dos avanços e recuos da biblioteca, desde os primórdios de Alexandria até à mítica e global Alexandria do mundo contemporâneo, tecnológico e informacional, para depois tecermos algumas considerações sobre o propósito da conservação dos patrimónios locais, sua importância e significados. Seguidamente, abordámos a Biblioteca Municipal de Almeida, suas responsabilidades enquanto espaço público de livre acesso e de cidadania.

A Biblioteca deve assumir-se enquanto guardiã da memória dos povos, tanto quanto os museus ou os arquivos, cabendo às bibliotecas municipais a obrigação de custodiar esse leque de memórias das gentes e sítios, porque coabita diariamente com elas, e por isso acresce-lhe o dever de as seleccionar e guardar para as poder transmitir e disponibilizar no futuro a outras gerações.

A biblioteca municipal de Almeida, a adequação do seu funcionamento ao público-alvo, por forma a fazer um ponto de situação. Construímos uma radiografia da biblioteca municipal de Almeida por forma a perceber as suas realidades e potencialidades, já que consideramos que apenas a partir deste ponto se poderá delinear uma estratégia que promova a importância da biblioteca como uma das prioridades educativas e culturais da municipalidade de Almeida, tornando-a um pólo aglutinador de cidadania e participação.

## Palavras-chave

Biblioteca pública, sociedade de informação, fundo local; memória e identidade, Biblioteca de Almeida, utilizador leitor, cidadania.



# Abstract

The path followed along this dissertation girded, essentially, two distinct themes, extending the remit of the Public Library and The Library of Almeida in its multiple valences. Foremost we inquire about the ebb and flow of the library, since the dawn of Alexandria to the mythical global Alexandria in the contemporary world, technological and informational, to weave some considerations about the purpose of conservation of heritage sites, its importance and significance. Then we approached Library of Almeida, its responsibilities as a public space, free access and citizenship.

Like museums or archives, the Library is the guardian of the memory of the people, and the role of public libraries must assume the obligation of guarding this range of memories of people and places, as they cohabite with them daily. Therefore they have the duty to select and save those memories in order to transmit and make available in the future to further generations.

About the municipal Library of Almeida, we seek to find if its *modus operandi* has been effective to attract the target audience, in order to make a point of situation. These are the assumptions that compelled us to complete a radiography of the municipal library Almeida and to understand their realities and potentialities, as we consider that only from this point it can outline a strategy that promotes the importance of the library as a educational and cultural priority in Almeida's municipality, making it a central citizenship hub open to participation.

## Keywords

Public library, information society, local fund, memory and identity, Library of Almeida, user-reader, citizenship.



# Índice

Lista de Figuras	xi
Lista de Tabelas	xiii
Lista de Acrónimos e Abreviaturas	xv
Introdução	1
1 - A Biblioteca Pública, das origens aos nossos dias	3
1.1 - Os diferentes tempos da Biblioteca: As origens	4
1.2 - O advento da Biblioteca Pública	7
1.3 - Século XIX - O século da Institucionalização	9
1.4 - O séc. XX - O novo papel da Biblioteca Pública	12
1.5 - O séc. XXI - Biblioteca Pública e os novos desafios	15
1.6 - A Biblioteca Pública em Portugal	17
1.6.1- As Bibliotecas Portuguesas na viragem do séc. XX	18
1.6.2- Biblioteca Pública, caminhos para uma nova atitude	20
2 - Património e Identidade, o papel da Biblioteca na sua preservação	23
2.1 - A Biblioteca enquanto garante de Memória e Identidade	23
2.2 - O Fundo Local um lugar privilegiado de Identidades e Memória	26
2.2.1 - Do acervo do Fundo Local	27
2.2.2 - Organização, localização e sinalética	29
3 - Do lugar, dos actores e da Biblioteca	32
3.1 Do lugar (de Almeida): enquadramento do sítio	32
3.2 - Dos actores (do território) a potenciais utilizadores da Biblioteca	36
3.2.1 - Dos residentes de Almeida:	40
3.3 - Da Biblioteca	45
4 - A Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo	50
4.1 - Objectivos e Missão	50
4.2 - Espaços e Equipamentos	51
4.2.1 - Espaços de Encontros	53
4.3 - Recursos, muitos e acesso, sempre	57
4.3.1 - A colecção Fundo Local da BMMNR, considerações breves	61
4.4 - Conhecer os utilizadores da BMMNR	63
Considerações Finais	71
Bibliografia Final	75
ANEXOS	87



# Lista de Figuras

Figura 3.1 - Evolução da população residente no Concelho de Almeida entre 1864 e 2011	37
Figura 3.2 - População residente por grupos etários no Concelho de Almeida	38
Figura 3.3 - População residente segundo o nível de ensino no Concelho de Almeida	40
Figura 3.4 - Evolução da população na freguesia de Almeida	41
Figura 3.5 - População residente segundo o nível de ensino na Freguesia de Almeida	42
Figura 4.1 - Existências da BMMNR por tipo	59
Figura 4.2 - Distribuição dos leitores da BMMNR por profissões/ocupação	64
Figura 4.3 - Percentagem de leitores agrupados por faixa etária	65
Figura 4.4 - Distribuição de leitores inscritos por sexo	65
Figura 4.5 - Distribuição de leitores activos por sexo	66
Figura 4.6 - Total mensal de empréstimos domiciliários - Distribuição anual (2011 a 2013)	66
Figura 4.7 - Frequência mensal de utilizadores à BMMNR	67
Figura 4.8 - Frequência mensal de utilizadores à BMMNR, com destaque para os meses de maior fluxo	67
Figura 4.9 - Frequência de Utilização por dia de semana	68
Figura 4.10 - Frequência absoluta mensal e repartição anual de utilizações agrupadas por grupo etário	69
Figura 4.11 - Frequência absoluta mensal e distribuição relativa anual de utilizadores por período de funcionamento da BMMNR	70
Figuras C1 - Biblioteca: vista do alçado principal (rua Concelheiro Hintze Ribeiro)	91
Figuras C2 - Biblioteca: vista do alçado principal (rua Concelheiro Hintze Ribeiro)	91
Figuras C3 - Biblioteca: alçado posterior (rua do Marvão)	91
Figuras C4 - Biblioteca: alçado posterior (rua do Marvão)	91
Figuras C5 - Biblioteca: alçado posterior (rua do Marvão)	91
Figuras C6 - Biblioteca: vista aérea	91
Figuras C7 - Biblioteca: primeira proposta de implantação	92
Figuras G1 - Entrada principal	101
Figuras G2 - Vista interior da entrada	101
Figuras G3 - Pormenor entrada: Homenagem a Maria Natércia Ruivo	101
Figuras G4 - Balcão de atendimento	101
Figuras G5 - Sala Polivalente	103
Figuras G6 - Sala Polivalente	103
Figuras G7 - Periódicos	103
Figuras G8 - Periódicos	103
Figuras G9 - Sala Adulto (piso 0)	103
Figuras G10 - Pormenor expositor	103
Figuras G11 - Postos de Internet	103
Figuras G12 - Espaço Multimédia	103
Figuras G13 - Sala Infanto-Juvenil	105
Figuras G14 - Postos de Internet	105
Figuras G15 - Espaço de Leitura	105
Figuras G16 - Sala do Conto	105
Figuras G17 - Sala de reuniões	107
Figuras G18 - Gabinete do Bibliotecário	107



# Lista de Tabelas

Tabela 3.1 - Evolução variação da população residente no Concelho de Almeida entre 1981 e 2011	38
Tabela 3.2 - Evolução da população residente por faixa etária, no Concelho de Almeida	39
Tabela 3.3 - Evolução da variação da população residente na Freguesia de Almeida entre 1981 e 2011	41
Tabela 3.4 - Evolução da população residente por faixa etária, na Freguesia de Almeida	42
Tabela H1 - Exemplo de apresentação em tabela	112



# Lista de Acrónimos e Abreviaturas

BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas  
BMEL - Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço  
BMMNR - Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo  
BMP - Biblioteca Municipal de Pinhel  
BMS - Biblioteca Municipal do Sabugal  
BM - Biblioteca Municipal  
BP - Biblioteca Pública  
CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro  
CDU - Classificação Universal Decimal  
CEI - Centro de Estudos Ibéricos  
CI - Ciência da Informação  
CMA - Câmara Municipal de Almeida  
DEAGM/DIE - /Direcção de Infraestruturas do Exército  
DGLB - Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas  
DGLABC - Direcção Geral do Livro, Arquivo e Bibliotecas  
DGAC - Direcção-Geral dos Assuntos Culturais  
DIE - Direcção de Infraestruturas do Exército  
EUA - Estados Unidos da América  
FIG. - Figura  
FL. - Folha  
GTL - Gabinete Técnico Local  
IBNL - Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro  
IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions  
IGBAP - Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
IPPA - Instituto Português do Património Arquitectónico  
IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas  
IPLL - Instituto Português do Livro e da Leitura  
OAC - Observatório para as Actividades Culturais  
OPAC - Online Public Access Catalogue  
RBA - Rede de Bibliotecas de Almeida  
RCBP - Rede de Conhecimento de Bibliotecas Públicas  
RNBP - Rede Nacional de Biblioteca Pública  
RNLP - Rede Nacional de Leitura Pública  
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura]  
UPS - Uninterruptible Power Supply  
UTRAT - Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território



# Introdução

A escolha de um objecto de estudo envolve sempre imponderáveis. Embora, *a priori*, pareça possível concatenar as expectativas iniciais e trilhar um caminho seguro até aos objectivos da investigação, esta vereda apresenta-se frequentemente sinuosa e envolta de escolhos que, apesar de por vezes nos perturbarem, também nos enriquecem e dão mais convicção ao caminho que escolhemos e às opções que tomámos.

Esta dissertação<sup>1</sup> resulta de um confronto com um desafio profissional: olhar a Biblioteca Municipal de Almeida e dinamizar as suas valências, valorizá-las e alargar o seu campo de acção. Esta investida obrigou-nos primeiramente a uma reflexão acerca do percurso diacrónico da Instituição Biblioteca Pública, com o escopo de obtermos um conhecimento mais consistente para melhor responder às dificuldades, desafios e perspectivas que agora nos são colocadas.

Consciente de que as bibliotecas foram criadas com a finalidade de armazenamento de memórias, procuramos lembrar que o seu percurso é obediente aos cânones das diversas épocas, e que a sua permanência no decorrer dos séculos não esteve apenas alicerçada ao desejo de poder e de prestígio, mas também de uma “comunidade de leitores” que ocupavam salas de leitura, partilhavam o gosto pelos livros e pela descoberta.

Demonstraremos que apesar deste longo e sinuoso caminho, essas mudanças ocorreram principalmente ao nível dos suportes, dos métodos de conservação da informação recolhida mas também das modalidades de acesso ao património informacional produzido.

O alargamento da missão das Bibliotecas Públicas foi-se construindo com base nos pressupostos de Recolha, Conservação e Difusão da Memória da Humanidade, corporizando assim novos conceitos, configurações e tipologias que conduziram ao aparecimento da Biblioteca Pública tal como hoje a entendemos, uma instituição cultural de portas abertas sempre, de todos e para todos!

Se a Biblioteca Pública existe pelo e para o utilizador, afigura-se urgente aproximar a biblioteca da comunidade local e torná-la útil, porque só assim ela será estimada, apoiada e prestigiada. Se, pelo contrário, ela se mantiver distante dos interesses locais, a sua inexistência não fará a menor diferença para o cidadão. A feição patrimonial da Biblioteca Pública e o dever de protecção do património documental, bem como de preservação da identidade e da memória dos documentos e das comunidades que os produzem, beneficiarão com o precioso auxílio das Bibliotecas Municipais e dos trabalhos que estas desenvolvem.

Verificaremos que à biblioteca enquanto lugar de memória (Nora: 1984) cabe recolher, preservar e divulgar a memória da comunidade em que se inscreve, e que através do seu fundo local, geralmente considerado uma das razões de ser das bibliotecas e arquivos

---

<sup>1</sup> Esta Dissertação foi escrita com a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

municipais, vislumbram-se enquanto guardiãs de valores acrescidos, de patrimónios identitários e memorialistas que reflectem o seu quotidiano dos lugares.

Assim, para além das actividades no âmbito da promoção do livro e da leitura, as Bibliotecas Municipais devem envolver-se de forma activa na educação para o património, dedicando-se igualmente à sensibilização para o património cultural documental de um determinado *sítio* e, nesse sentido, focalizaremos parte da nossa reflexão sobre a importância que o fundo local deve ter para a comunidade local Almeidense.

Nesta perspectiva, procuramos enquadrar a biblioteca com uma breve caracterização do espaço geográfico do território riba-cudano e do *sítio* de Almeida, mostrando a importância da sua arquitectura militar, da transformação das suas lutas, reforçando, neste conspecto, a importância da Biblioteca para a salvaguarda, entendimento e difusão deste património.

Seguidamente olhamos os actores deste território enquanto potenciais utilizadores da Biblioteca Municipal porque, se são eles que fazem a biblioteca, é igualmente verdade que a biblioteca deve saber seduzi-los e (in)formá-los no sentido de se constituir entre eles uma sólida parceria para a descoberta.

Por último analisaremos a verdadeira missão da Biblioteca Pública de Almeida, perscrutaremos os seus espaços e equipamentos num sentido de procurarmos entender a sua adequação ao *sítio* e aos utilizadores leitores, averiguamos a sua colecção e os suportes de informação e, de seguida, caracterizaremos os utilizadores no sentido de conhecermos o seu perfil.

Procuraremos inquirir sobre a adequação do seu funcionamento ao público alvo, por forma a fazer um ponto de situação. Estas são as premissas que nos permitem concluir uma radiografia da Biblioteca Municipal de Almeida por forma a fazer um ponto de situação das suas realidades e potencialidades tendo, no entanto, o futuro como horizonte, já que consideramos que apenas a partir deste ponto se poderá delinear uma estratégia que promova a importância da biblioteca como uma das prioridades educativas e culturais da municipalidade de Almeida, tornando-a um pólo aglutinador de cidadania e participação.

# 1 - A Biblioteca Pública, das origens aos nossos dias

“Os organismos vivos encontram-se em constante modificação, assumindo uma sucessão de estados definidos por padrões variados de actividades em curso em cada um dos seus componentes” (Damásio:1999, 102)

“A história da biblioteca é a história do registo de informação, sendo impossível de destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem” (Milanesi: 1988, 16), ou seja, a evolução histórica do conceito de Biblioteca obedece aos cânones das diversas épocas, às aspirações e expectativas da sociedade em que se insere.

Deste modo, tendo em conta o conceito assumido pela Biblioteca Pública (BP), enquanto objecto social urge trespassar, ainda que de forma breve, a evolução das sociedades e dos seus valores que implicaram uma modificação/evolução da missão das BPs e vice-versa, até esta se tornar um espaço de verdadeira cidadania que eduque e informe integralmente os seus cidadãos, de acordo com as suas necessidades e não em função do mito de biblioteca universal, despertando-lhes o sentido cívico, a consciência crítica em relação aos valores da classe dominante, das minorias instaladas, aos dados adquiridos e às certezas absolutas.

A BP nunca mais poderá ou deverá ser um feudo dos seus proprietários sejam eles de que natureza forem, institucional ou funcional, com colecções seleccionadas e serviços estabelecidos em função do gosto do conceito ou do preconceito dos bibliotecários ou qualquer outro responsável (Bertrand:1999, 130).

Ao que iremos assistir no longo do caminho percorrido por esta organização é a uma série de avanços e retrocessos em relação ao actual conceito de Biblioteca, particularmente da BP, e que naturalmente espelham mudanças ocorridas na sociedade ao longo dos séculos bem como da noção de produção de conhecimento e acesso ao mesmo (Marques: 2012, 26). Essas mudanças ocorrem fundamentalmente ao nível dos suportes da informação produzidos e conservados, dos métodos de conservação intelectual da informação recolhida e das modalidades de acesso ao património intelectual produzido, recolhido e difundido pelo ser humano (Marques: 2012, 26). O que está em causa não é de todo uma ruptura com a história secular, nem muito menos uma alteração profunda e matricial da missão das Bibliotecas - recolher, conservar e definir a memória da humanidade - mas sim uma adaptação das antigas funções e por ventura a criação de outras tantas, aos novos contextos sociais (Johnson: 2010, 145-155).

## 1.1 - Os diferentes tempos da Biblioteca: As origens

“Secularmente, a história(s) das Biblioteca(s) do futuro inscreve-se na do passado, e para esse futuro ficará o legado do presente” (Silva A. M: 2002, 49-53) . A descoberta da escrita marca as origens da biblioteca: com “o aparecimento da escrita, pode dizer-se que se inicia a história do livro” (McMurtrie: 1997,19) e paralelamente a esta, uma outra, a história da biblioteca. Este caminho traçado pelas primeiras civilizações pré-clássicas (povos que habitaram no vale do Nilo e Mesopotâmia - na área designada como Crescente Fértil e Médio Oriente, nos vales do Tigre e do Eufrates.) e depois pelos sumérios, acádios, babilónios, medos e persas que através da escrita cuneiforme, registada em suporte perdurável, com pontas de cana, em tabuinhas de argila, o homem comunicou e transmitiu os seus actos, conhecimentos, ou sentimentos garantindo-se assim o perpetuar da memória da humanidade (Silva: 2002, 45). Sobre o assunto, desde a Biblioteca do Real Palácio de Ebla, até ao século XX há várias contribuições de Lernern (1999, 22), Archi (1993, 107-119) ou Kramer (1963, 263-271) e Silva (A.M., 2002, 49-53).

Pese embora a caducidade dos materiais de suporte da escrita que por isso não facilitaram a sua conservação, “não deixam de ser a prova real do interesse e da necessidade de saber ler, escrever e contar, o que leva à criação dos primeiros arquivos históricos e das primeiras escolas de escribas e das bibliotecas onde se faz a “troca” de conhecimentos e ao mesmo tempo que se transmite a cultura” (Dias:1996, 33-36).

De natureza essencialmente utilitária de recolha e conservação do documento e apenas dirigidas a uma pequena elite, as bibliotecas do Mundo Antigo, (Grécia Roma) e da Idade Média, apesar de terem um papel importante “na transmissão de textos” (Labarre: 2001, 5), sobressaem pelo carácter proteccionista e conservacionista do livro. A sua missão bibliófila e bibliógrafa ainda hoje se perpetua, influenciando o carácter bibliocentrico das actuais bibliotecas (Marques: 2012, 34).

Alguns autores<sup>2</sup> referem a Biblioteca de Assurbanipal de 661-629 a.C., consagrada ao Deus Nabu, como a primeira grande instituição cultural conhecida e onde o rei assírio se dedicava, no seu Palácio de Ninive, à leitura e à reflexão, possibilitada pela recolha que esse monarca tinha mandado fazer dos antigos textos dos povos da Mesopotâmia. Para além de compilados e organizados, os textos estavam também classificados por diferentes temas e eram igualmente utilizadas algumas marcas identificativas que facilitavam a sua localização nas colecções. Além disso na biblioteca existia ainda um catálogo do acervo, formado por uma pequena tabuleta de duas colunas, onde estavam registadas sessenta e duas obras literárias (Costa: 2012, 4). Se a biblioteca poderá advogar o seu berço na antiga Assíria:

“a biblioteca de mayor reconocimiento de este período es de la ciudad de Alexandria. Al oeste del rio delta del Nilo, se levanta la ciudad de Alejandría. Esta ciudad fue fundada por Alejandro Magno en el no de 332 a.c y durante el tiempo de los Tolomeos se destaco como el centro artístico e literário de oriente y uno de los principales focos dela civilización helenística...llegó a reunir 700 mil volúmenes” (Santos: 2007, 25-27).

---

<sup>2</sup> Veja-se (Dias: 1996, 33-35), (Escolar Sobrino: 1990, 68) e (Santos: 2006, 25-26)

Vários incêndios acabaram por destruí-la devido às guerras constantes que afectaram o Egipto, designadamente com os romanos (46 a.C), com os cristãos (400 d.C) e com os muçulmanos (642 d.C).

Entre os séculos IV e V a.C, foram os gregos, os responsáveis pela expansão das bibliotecas privadas que as detinham para uso exclusivo dos seus alunos, pese embora também as houvesse particulares, as primeiras BPs, acessíveis ao público, surgem em Roma. Segundo Santos (2006, 27) a primeira biblioteca de Roma teve como fundador Caius Asinius Pollio (39 a.c), dispondo ao público um razoável acervo de livros gregos e latinos. As BPs do império Romano possuíam amplas salas de leitura, e na sua maioria contíguas a Templos:

“a sala de leitura era decorada com bustos de grandes escritores. Às vezes a sala maior tinha uma galeria, sustentada por pilares, com o que se obtinha uma sala de dois andares (...) quanto às estantes, os rolos eram, de costume colocados horizontalmente, sobre mísulas ou prateleiras, dentro de armários. (...) Cada rolo levava a etiqueta, chamada títulos, que servia para identificar a obra e ficava à vista. Geralmente as bibliotecas romanas ordenavam os rolos segundo o idioma em que estavam escritos (grego e latim), criando assim, duas secções principais. Na antiga Roma, as bibliotecas prestaram serviço de destaque como depositárias de importantes documentos públicos, tais como algumas grandes bibliotecas de épocas mais recentes (...). Algumas das bibliotecas romanas emprestavam obras para leitura ao domicílio. Frequentemente, sua administração estava a cargo de sacerdotes, uma vez que muitas se achavam localizadas dentro dum tempo ou a ele anexadas” (Litton: 1975, 241-242).

O acesso ao livro e às poucas bibliotecas existentes foi limitado a uma elite privilegiada. Apanágio de um grupo de indivíduos que dominava a técnica da leitura, esta prática manteve-se, até muito tarde prolongando-se Idade Média. Nesta época, as bibliotecas localizavam-se sobretudo nos mosteiros e os *scriptoria eram* os únicos produtores de livros, essencialmente de pendor religioso, eram objectos raros e valiosos escritos pacientemente à mão pelos monges copistas, que estavam fechados em armários, em grandes cofres, ou encontravam-se amarrados às estantes e não seriam mais de 100 por biblioteca (Nascimento: 1993, 266-287). Os livros adoptam agora um novo formato, ao invés dos rolos de papiro, placas de argila cozida, as colecções das bibliotecas medievais são formadas por códices de pergaminho, cujo formato permite uma melhor organização, uma vez que permite a indicação dos títulos nas lombadas e um melhor manuseamento.

De referir o carácter utilitário destas bibliotecas, denotando a inventariação e classificação existente e executada pelo *librarius* assim como os catálogos de muitas bibliotecas monacais revelam certa uniformidade no agrupamento dos códices. “As Sagradas Escrituras encabeçavam a lista, seguidas das obras dos Doutores da Igreja, organizados por ordem alfabética do autor; depois vinha a colecção de miscelânea da literatura sagrada. Por último, era registada a literatura profana, inclusive de autores pagãos, separados por assuntos bem definidos” (Litton: 1975, 249).

No século XIII, os mosteiros deixam de ser os únicos locais de produção e difusão de livros passando as universidades a desempenhar um papel relevante neste domínio. Destinados essencialmente a professores e a estudantes, os livros revelam-se instrumentos fundamentais de aprendizagem e a sua necessidade exige também a sua rápida difusão, daí que o comércio dos livros tenha também atingido alguma expressividade nesta época, cabendo ao *livreiro* e

*estacionário* um papel preponderante na sua acessibilidade. Especialmente a biblioteca universitária sofre também alguns ajustes, e os livros arrumados pelos *armaria* dão agora lugar às mesas de leitura, são acorrentados, não às estantes, mas ao lugar destinado à consulta, sempre disponíveis nos mesmos sítios evitando roubos ou outras andanças.

Contudo o momento de mudança de paradigma e do alargamento do conceito de missão de Biblioteca dá-se de forma mais significativa a partir do século XV quando esta deixa de ser um mero depósito de livros e dá lugar a uma instituição “*que adquiere libros apropiados a una finalidad y los guarda com un cierto orden para facilitar su localización e consulta*” (Escolar Sobrino: 1990, 69). Embora o autor refira que desde Ptolomeu esta viragem já se tinha verificado, ela ocorreu de forma mais significativa a partir do século XV.

À conjugação dos factores quantidade (com a invenção da imprensa, que fez despoletar um aumento do número de exemplares) e qualidade (na medida em que surgem exemplares impressos nas diferentes línguas vernaculares), juntou-se a necessidade de organizar o conhecimento e controlar as massas documentais então produzidas, causas que fizeram alavancar o aparecimento de grandes classificações e catálogos (nesta fase, mais de ordem utilitária do que de organização do conhecimento [Lerner: 1999, 117]), bem como o aparecimento de grandes bibliotecas como é o caso da Ambrosiana, Mazarina e a do Escorial, todas elas vinculadas à ordem social e religiosa vigente (Marques: 2012, 32).

Foi a Era Moderna das bibliotecas, pese embora o grande peso dos manuscritos para o ilustre bibliotecário, os livros impressos ganharam algum terreno e invadiram as salas de leitura e tal como afirma Litton:

“foi necessário construir estantes adicionais que eram colocados contra as paredes, ao redor da sala de leitura. Quando esse espaço também se tornou insuficiente, as estantes foram prolongadas até ao tecto, com o acréscimo de pequenas galerias e passagens, para dar acesso aos livros localizados nas partes mais altas. Os livros eram às vezes agrupados por tamanho e, por vezes por assunto, segundo os catálogos tipográficos que chegaram até nós. No início eram colocados em posição horizontal sobre a prateleira, depois para economizar espaço, eram apoiados sobre o seu corte lateral. Por fim, adoptou-se o costume já muito generalizado, de colocá-los de pé, apoiados sobre o seu corte inferior e escorados por seus vizinhos. Etiquetas foram colocadas na capa e, com o tempo, na lombada, onde são usadas agora. O espaço central da sala de leitura era destinado à exibição das curiosidades e peças raras da biblioteca, eram mostruários especialmente desenhados para esse fim. Esta medida dotou as bibliotecas desse período com uma luxuosa sala de estilo barroco” (1975, 259-269).

Se é verdade que a história do livro é paralela à história da biblioteca, também é certo que a descoberta da “imprensa, demarca um afastamento entre produtores e bibliotecários, notável na estreita relação outrora existente nas bibliotecas monásticas entre scriptorium e a biblioteca, e entre aqueles que produziam os livros e os que estavam encarregados de conservá-los” (Costa: 2012, 9). As bibliotecas cada vez mais contribuem para a organização e disseminação dos documentos, são um lugar de resguardo da memória colectiva das experiências, culturais e científicas, quer seja do indivíduo, quer seja do colectivo.

## 1.2 - O advento da Biblioteca Pública

A reforma protestante, iniciada por Lutero, se à partida parece ter marcado um retrocesso no processo evolutivo da instituição, um olhar mais atento permite-nos concluir que se por um lado as ideias reformistas foram responsáveis pela destruição de várias bibliotecas e obras que veiculavam ideais católicos, também se publicaram outras à luz desta nova evangelização, estabelecendo-se a partir daqui, uma forte associação entre a evangelização e a difusão do livro e da leitura enquanto instrumento de propaganda da luta entre cristãos e protestantes se se “destruyerin muchos libros también se publicaron muchos más y se desaparecieron bibliotecas aparecieron outras nuevas” (Escolar Sobrino: 1990, 225).

A relação instituída entre educação e leitura estará na génese do conceito de leitura pública, pois para adquirir sabedoria era necessário dominar a técnica da leitura e ambos, católicos e protestantes sabiam-no, o livro afirma-se como um poderoso canal de difusão de ideias, a Contra-Reforma edita novos catecismos e funda escolas e bibliotecas de natureza religiosa e Lutero encontra na imprensa um meio para difundir as suas ideias: “La traduction du Nuveau Testament par Luther est tirée, en 1522, à 5000 exemplatres. Ceux - ci son si rapidement vendus que trois mois plus tard il est nécessaire de faire un second tirage qui s'éleve, cette fois à 20000 exemplaires”<sup>3</sup>. No âmbito evangélico, vamos assistir em Inglaterra e nas suas colónias americanas, ao aparecimento paulatino do germen da Leitura Pública, ainda que apenas no seu aspecto funcional (Marques: 2012, 34) com as chamadas *Parish libraries* destinadas prioritariamente à formação de religiosos, mas abertas a laicos. Nos Estados Unidos da América, o reverendo Thomas Bray (1658-1730) foi o grande impulsionador destas bibliotecas, tendo fundado em 1699, a *Society for Promotinon Christian Knowlege*, que desempenhou um papel muito importante para a publicação e distribuição de literatura religiosa durante cerca de 300 anos. Bray pretendia que estas bibliotecas formassem a consciência dos colonos, através da disponibilização de livros não só para párocos, mas também para a formação das comunidades paroquiais, contabilizando-se 39 bibliotecas paroquiais, 25 bibliotecas de empréstimos laicos, e 6 bibliotecas provinciais, conseguindo reunir mais de 35.000 livros (Escolar Sobrino: 1990, 179) - De salientar que estas bibliotecas tiveram um papel relevante até à Revolução, sendo totalmente destruídas a partir daqui, impondo-se doravante um carácter iminente utilitário em detrimento do carácter religioso inicial (Lerner: 1999 179). De acordo com Santos, apesar das bibliotecas paroquiais terem tido um papel preponderante na liberalização do conceito de biblioteca, o conceito de BP mais aproximado ao que temos hoje, foi o de *Town Library*, que surgiu entre os séculos XV e XVII, em Inglaterra, Escócia, França e Alemanha (Vanda: 2007, 28) e que anuncia o início da leitura pública e o fim da cultura maioritariamente religiosa, contudo, sabendo que a Grã-Bretanha desde o século XVII tinha já Bibliotecas Municipais (BM). Só no século XVIII iremos assistir a uma mudança significativa no conceito de leitura.

---

<sup>3</sup> Referenciado em ASSOCIATION DES BIBLIOTHÉCAIRES FRAÇAIS - *Le métier de bibliothécaire*, BBF, nº5, 1996. Disponível em WWW:<URL:http://bbf.enssib.fr/>

Assim o que por ora importa é precisar o momento do aparecimento e da organização de bibliotecas fora das ordens religiosas e fora das casas nobres; o que procuramos é conhecer o momento de eclosão destas novas bibliotecas e respectivos criadores. No nosso entender, a mudança acontece no final do século XVIII e, portanto, todo o envolvimento político e cultural ao longo deste século, deverá ser considerado.

Não devemos esquecer que as bibliotecas enquanto instituições contribuintes e beneficiárias simultaneamente do iluminismo e da revolução científica do séc. XVII, bem como da separação do conhecimento teológico em contraponto com o racionalismo cartesiano, enquanto instituições que recorrem à razão e à investigação como meios para alcançar o conhecimento, tenham encontrado na pressão exercida por um conjunto de artistas, escritores e eruditos dos estratos médios da sociedade (e que não conseguiam ter acesso à observação directa dos objectos, catálogos e estudos), um meio para terem livre acesso aos livros, documentos, manuscritos e é “à sua demanda que respondem os particulares e os seus detentores do poder que, a partir do início do século XVII, empreendem a fundação de bibliotecas públicas, e depois também dos museus” (Pomian, 1994: 82).

Pese embora, as primeiras referências à leitura pública, sobretudo no que diz respeito a uma análise essencialmente institucional, remontam ao século XIX, os ecos e os ideais da Revolução Francesa, que tirou os livros das mãos dos nobres e os colocou à disposição da maioria, liberalizou o acesso à biblioteca, contribuiu decisivamente para o aparecimento da BP, mas não podemos ignorar também o espírito associativo forte que à época existia na sociedade anglo-saxónica e que deu origem aos clubes do livro ou sociedades de leitura, constituídas através de aquisições cooperativas de livros, guardados num armário de uma casa particular, ou de um lugar público (Escolar Sobrino:1990, 353). Paralelamente há que considerar o aparecimento das Bibliotecas Sociais, que introduziram uma nova modalidade de aquisição - a assinatura, através da qual os utilizadores não adquirem a propriedade dos livros, mas tinham acesso ao seu uso, através do pagamento de uma cota. Segundo Marques “A chamada responsabilidade social das pessoas ricas, que sustentavam a criação e desenvolvimento destas Bibliotecas, foi talvez a base do que entendemos hoje por mecenato, e que se impôs como uma regra elementar de financiamento moderno das Bibliotecas inglesas e em particular norte-americanas” (Marques: 2012, 35).

Em Inglaterra e na América do Norte, surgem ainda no séc. XVIII prolongando-se depois pelo XIX as *Circulating Library*, criadas com fins comerciais pelos livreiros, as quais através do pagamento de uma taxa anual ou mensal, dando início ao designado serviço de leitura presencial e empréstimo domiciliário (Escolar Sobrino: 1990, 356-357).

A leitura pública vai paulatinamente deixando de ser um rótulo de discriminação social, deixa de ter como palco as Universidades, os mosteiros ou conventos, e passa a ter lugar nas academias, nos salões de casas nobres, nos cafés animando tertúlias, ou em bibliotecas (Escolar Sobrino: 1990, 350).

A mudança de titularidade das Bibliotecas não significou uma mudança ao nível da sua orientação, pese embora as alterações de natureza institucional, mantinham-se

funcionalmente semelhantes à biblioteca de Alexandria, no sentido de procurar consolidar todo o conhecimento numa biblioteca universal.

Na verdade, a concepção de biblioteca universal transformou-se num meio para revelar colecções de particulares ou bibliotecas eclesiásticas, as colecções vão deixando de ser um elemento de prestígio e ostentação, para cumprirem mais um papel de engrandecimento nacional, cujos princípios ideológicos e sociais foram reforçados pelas várias classes sociais: os revolucionários em França (Fernandez: 2001, 56), ou na América do Norte os grandes colonos, que se viriam a assumir como mecenas e que tinham como objectivo veicular as ideias dos grupos dominantes, descriminando todo o tipo de mensagem de natureza contrária ao poder vigente.

Não esqueçamos que a história das bibliotecas esteve sempre associada aos interesses da sociedade em que está inserida e o acesso aos livros e às poucas bibliotecas existentes nestes primeiros tempos da sua história, foi desde a sua génese até aos dias de hoje, por motivos diversos, um factor de discriminação social: “Es verdad que durante siglos el término ‘todos’ equivalia a una minoria representativa de dirigentes sociales, de sábios o de eruditos quienes utilizaban (o lo menos debían) utilizar el conocimiento social para los demás” (Carrión Gutiez:1990, 30).

### 1.3 - Século XIX - O século da Institucionalização

O séc. XIX foi o século da institucionalização pública dos arquivos, museus e bibliotecas, determinada pela emergência de um dos atributos do Estado - nação: a função administrativa e gestão cultural. Assistiu-se assim, um pouco por todo o mundo, ao incremento de grandes BPs especializadas, arquivos históricos e administrativos. As bibliotecas chamam a si peritos em documentação, classificação, taxonomia, impondo uma ordem epistemológica sobre colecções, de forma a demonstrar uma gestão eficiente da instituição colocando-a ao serviço da ciência, em prol de uma cidadania e do usufruto estético. (Hedstrom, King: 22). Lembremos que foi em 1876 que Dewey compõe o sistema de Classificação Decimal, que permite dividir o conhecimento humano em dez categorias, cada uma dividida por várias subcategorias, dividindo cada área várias vezes, e que, rapidamente, foi adoptada em todo o mundo (Costa: 2012, 11).

Aparece, nesta altura, a figura do editor que funciona como intermediário entre o autor e o leitor, cujas funções se distinguem das do impressor e do livreiro, já que se prendem com o objectivo de distribuir/divulgar o produto. É nesta altura que surge a figura do bibliotecário, tendo como principal função a interpretação do catálogo, onde são introduzidas todas as informações sobre os livros (registos) permitindo uma organização do acervo documental. O proliferar da BP surge de formas diferentes quer do ponto de vista geográfico quer do ponto de vista das suas causas. Assim, e analisando as principais causas, podemos destacar vários factores, entre os quais a:

“necessidade das classes dominantes minimizarem os conflitos sociais decorrentes da ausência de mão-de-obra qualificada, como consequência directa da Revolução industrial, e o direito consagrado pela Revolução Francesa de obrigatoriedade da instrução elementar, que conduziu à necessidade de criação de bibliotecas ao serviço da educação escolar” (Marques: 2012, 40).

Podemos afirmar que as BPs, tal como as entendemos, tanto do ponto de vista institucional como funcional, surgiram em meados do século XIX no mundo anglo-saxónico, Grã-Bretanha e EUA.

Se, de acordo com Vanda Ferreira, os primeiros passos para a criação das BPs na Grã-Bretanha foi dado em 1845, com a aprovação da lei dos Museus e, cinco anos depois, com *Lei das Bibliotecas Públicas*, o que permitia às cidades com mais de 10.000 habitantes o lançamento de um imposto aceite por 2/3 dos habitantes destinados à constituição de BPs, também há que considerar que, apesar dos esforços, estes nem sempre corresponderem aos resultados esperados. Com efeito, não era fácil chegar às pessoas. O crescimento urbano fruto do desenvolvimento industrial e as muitas horas de trabalho (Escolar Sobrino: 1990, 406 e 410), ou como refere Lerner (1999, 185) “en una era en que el gin y la cerveza era baratos, la literatura rivalizaba com los sítios de expendio de bebidas”. Em 1852, surgiu a primeira BP inglesa em Manchester com 21.300 volumes, e três anos mais tarde surgia na legislação autorização para a aquisição de fundos para as BPs, assim como os gastos com a sua manutenção com o dinheiro arrecadado dos impostos (Marques; 2012, 38). Em 1883, já existiam 125 BPs em Inglaterra, pese embora a oposição de alguns estratos sociais que viam na sua criação/proliferação uma ameaça e até um incentivo à agitação social e política (Lerner: 1999,182).

Se as BPs inglesas, surgiram com o objectivo principal de instruir/educar o proletariado e as classes desfavorecidas, já as americanas surgiram fruto de uma necessidade de ascensão social, sentida pela elevada comunidade de emigrantes cujo trampolim podia encontrar-se na educação e na cultura. Muitas das bibliotecas norte-americanas, para além dos capitais públicos, eram financiadas por benfeitores, e depois asseguradas por capitais públicos. Entre os benfeitores, destacamos o nome de Andrew Carnegie (835-1919), emigrante escocês que doou milhares de dólares advindos da suas industrias de aço para a construção de bibliotecas aos países de língua oficial inglesa, como os EUA, Canadá, Reino Unido e África do Sul. Contudo a sua grande originalidade consistia no acesso à informação, ou seja a ausência de uma herança bibliográfica acabou por funcionar como uma oportunidade para o percurso destas bibliotecas que acentuaram a sua função educativa (em detrimento de um passado inexistente) nos EUA e que abriam o caminho ao aparecimento das bibliotecas universitárias e escolares, todas elas orientadas para o acesso em prejuízo da conservação (Marques: 2012, 39). A partir daqui, a expansão das BPs far-se-ia primeiro para os países da Escandinávia e depois para o restante mundo ocidental. Esta generalização ficou a dever-se principalmente à extensão do ensino das classes dominantes, ao embaratecimento da produção e ao aumento da riqueza.

No rescaldo da Revolução Francesa, em França, foram criadas as condições para o aparecimento e desenvolvimento das bibliotecas locais, após a nacionalização de livrarias do clero e de alguns particulares, apesar de serem mais “monumentos históricos que instituciones vivas al servicio de la comunidade” (Escolar Sobrino: 1990, 423). Contudo, só em 1874 é que se viria a assistir ao surgimento de uma opinião pública favorável à leitura popular com um crescente apoio dos poderes públicos e apenas a partir de 1967 seria definido um plano de desenvolvimento de Leitura Pública mas que nunca sairia do papel. Evolução significativa no domínio da Leitura Pública apenas se verificaria entre 1969 e 1975, com a construção de mais de 200 bibliotecas.

Na Alemanha, a partir da segunda metade do século XVIII, assistimos ao aparecimento das primeiras bibliotecas de empréstimo, ainda que com colecções reduzidas e alvo de um forte controlo estatal sendo que, só nos finais do século XIX se pode assistir ao aparecimento de BP, nomeadamente a de Berlim, e que surgem fundamentalmente como forma de combater a miséria social e moral que surgiu após a revolução industrial. Estas bibliotecas não eram gratuitas nem financiadas pelo estado.

Em Espanha, até ao século XVIII as bibliotecas eram de natureza privada e acedidas por um pequeno número de privilegiados. Na sequência da Guerra da Independência e da destruição de que foram alvo cerca de 2000 Bibliotecas<sup>4</sup>, as Cortes de Cádiz aprovam, em 1813 a criação de uma BP em cada província Espanhola, muitas delas constituídas pelas colecções das ordens religiosas que entretanto tinham sido extintas.

O conturbado período liberal e os escassos recursos económicos ditariam o atraso da aplicação das medidas saídas de Cádiz e só em 1857 é que se podem encontrar cinquenta e quatro BPs a funcionar em todo o território (Marques: 2012, 43) surgidas da necessidade de combater o analfabetismo vigente que atingia 80% da população.

Todas estas bibliotecas que surgiam um pouco por toda a Europa e América do Norte eram ainda muito incipientes, não só ao nível da filosofia de serviço, mas também no que concerne ao acesso: não permitiam o livre acesso às estantes, não existiam salas de leitura e o seu local privilegiado era o balcão de atendimento, o acesso era muito limitado, normalmente exclusivo da população adulta, é importante sublinhar que até nos países de vanguarda “as colecções estavam fechadas, a pesquisa era feita através de catálogos impressos, o espaço era fundamentalmente atribuído para a sala de leitura e em alguns casos, havia uma sala para senhoras e outra para crianças, eventualmente um espaço específico para consulta de periódicos (...) contudo continuavam a registar-se excepções” (Marques: 2012, 39-43). Exemplo disso foi o caso dos EUA, onde a população branca era privilegiada no domínio do acesso às bibliotecas ficando praticamente excluído deste direito democrático e de acesso à informação os afro-americanos, sobretudo os do sul do país.

---

<sup>4</sup> GÓMEZ HERNÁNDEZ, José A. - *La preocupación por la lectura pública en España: las bibliotecas «populares»*. De las Cortes de Cádiz al plan de bibliotecas de María Moliner. Universidade de Murcia. Disponível em WWW:<URL:<http://www.juntadeandalucia.es/educacion/vscripts/wginer/w/rec/3103.pdf>>

Levy (2000) diz-nos que à biblioteca do séc. XIX se atribuía uma finalidade de educação popular, a par de se constituir como sinal de florescimento económico, felicidade e liberalismo de uma burguesia em ascensão. Praticava-se aquilo que se chama “teoria da elevação do gosto”, ou seja, se um leitor pedia um jornal, o bibliotecário tentaria encaminhá-lo para leituras mais nobres. Estava-se claramente na época daquilo que Teixeira Lopes denominou de democratização cultural de primeira geração, caracterizada como conceito descendente, paternalista e fortemente hierarquizada de cultura, negadora de diversidade, e de postura essencialista em relação às audiências - o povo, a nação - e de liquidação do indivíduo (2007, 80-81).

#### 1.4 - O séc. XX - O novo papel da Biblioteca Pública

O século XX, nomeadamente o período pós II Guerra Mundial, ficou marcado pela necessidade de paz duradoura entre as Nações, a necessária sustentabilidade de novas democracias e a preservação das já existentes. A biblioteca passa a ser encarada como uma força viva capaz de veicular informação que pudesse garantir a segurança e o desenvolvimento dos territórios, destacando neste sentido o papel que a UNESCO lhes atribuiu na consolidação da justiça e da paz entre os povos.

O passo gigante em direcção ao incremento de uma política de Leitura Pública aconteceu aquando da publicação de um dos documentos mais importantes publicados no Universo das BPs - o Manifesto da Unesco para a BP mandado elaborar por aquela organização ao escritor Francês André Maurois<sup>5</sup>.

Considerado um texto de referência ao nível mundial, este texto conheceu três versões, consentâneas com as necessidades sociais dos diversos momentos da sua redacção, reflectindo a identidade cultural e as preocupações da sociedade do século passado. Se a versão de 1949 reflectia a importância das BPs como instituições essenciais no processo educativo e no desenvolvimento das comunidades locais<sup>6</sup>, o texto seguinte<sup>7</sup>, já mais abrangente, considera que a instituição deve constituir-se para além da sua vocação histórica de preservação e difusão da memória impressa e deve também constituir-se enquanto centro de apoio à cultura local.

Esta revisão reflectia simultaneamente a ideia de instituição pública para todos, numa perspectiva de igualdade entre os povos, de promoção da paz, oferecendo a todos uma educação liberal que lhes permitisse ultrapassar as vicissitudes da *era moderna*, mas ia mais

---

<sup>5</sup> Acerca deste assunto poderá consultar-se; MAUROIS ANDRÉ - *La biblioteca Publica y su misión*. UNESCO. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133108so.pdf>

<sup>6</sup> Apelidadas até de *Agências Democráticas para a Educação, em* - UNESCO. [Manifesto da Unesco - 1949]: *The Public Library: a living force for popular education*. Disponível em WWW:<URL:<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001474/147487eb.pdf>.

<sup>7</sup> A segunda versão do manifesto, disponível em UNESCO, UNESCO. [Manifesto da Unesco - 1972]: *UNESCO Public Library Manifesto*. Disponível em WWW:<URL:<http://www.fundaciongsr.es/documentos/manifiestos/mani72ing.pdf>.

longe, relativamente na perspectiva dos públicos vigentes - o papel das Bibliotecas é fulcral na criação de hábitos de leitura desde as mais tenras idades. Ou seja esta revisão apontava uma nova direcção na linha de actuação das BPs, começavam então a considerar-se novos públicos, os quais incluíam crianças e adultos com incapacidades de qualquer natureza para além de se constituírem também como naturais centros culturais.

A versão de 1994, herdeira das reflexões/considerações saídas da 57ª conferência da *International federation of library Association and Institutions* (IFLA - 1991) que gravitaram em torno das novas responsabilidades atribuídas às bibliotecas consequência das novas exigências que lhes foram imputadas face ao novo ambiente informacional e tecnológico, trouxe à colação uma nova missão para a Biblioteca:

“os livros deixam de ser o eixo central das colecções, o prazer e a recreação passaram a ser os grandes objectivos da Biblioteca Pública. Assim, conseguir congrega a comunidade para um projecto comum passou a constituir a missão chave da Biblioteca Pública e a solidão, as deficiências físicas e mentais devem constituir-se como problemas reais a serem contempladas, de alguma forma, pela Biblioteca Pública” (Marques 2012: 48).<sup>8</sup>

As colecções devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas, assim como fundos tradicionais, sendo essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades locais. Ainda focados na redacção do diploma (Marques: 2012, 47), verificamos que dá ainda especial ênfase às necessidades culturais e informativas da comunidade local às quais a Biblioteca deve saber responder, estabelecendo-se enquanto espaço privilegiado de criatividade, inteligência e imaginação dos indivíduos. Há bibliotecas nos EUA que desenvolvem políticas a que podemos designar de proximidade e por isso as actividades que planificam e executam demonstram uma grande criatividade, sobretudo no que toca à programação dedicada aos jovens e crianças. Um caso exemplificativo é o da introdução de jogos *wii* na panóplia de serviços disponibilizados, acompanhados eventualmente por concursos entre os leitores, livraria de livros antigos e usados, carrinhos para serviço de café, cursos de literacia básica de Inglês para estrangeiros, num ambiente descontraído e informal, onde algum ruído está presente e visto como natural (Sequeiros: 2010, 157).

A partir desta versão, a BP passa a desenvolver toda a sua missão ao longo de quatro pilares em torno dos quais deve gravitar a sua acção: Informação, Alfabetização, Educação e Cultura,<sup>9</sup> e a sua redacção destina-se aos dirigentes, às autoridades políticas locais e nacionais, conta com financiamento público podendo e devendo ser encarada enquanto garante do desenvolvimento de uma política nacional integrada para a informação e a cultura. Ela deve ser uma forma de propriedade pública que garanta a livre troca de ideias, precisando assim também de garantir a liberdade de expressão, tendo primeiramente, uma finalidade de fórum público (Sequeiros: 2010, 155)<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Em Niegaard, Hellen - Unescos 1994: *Public Library Manifesto*. Cadernos BAD ISSN 00079421, nº 3 (1994), p.14 em (Marques: 2012, 48).

<sup>9</sup> Gill: 2001, ou em *Guidelines for public libraries in the 21st century*. Disponível em WWW:<URL:http://archive.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf.

<sup>10</sup> Em Gathegi apud Buschaman & Leckie, 2007

Dezasseis anos após o lançamento da terceira versão do Manifesto e em consonância com as rápidas mudanças que as sociedades enfrentam, a secção da IFLA para as BPs produziu, em 2009, dez recomendações adicionais ao texto<sup>11</sup>, ligadas às necessidades e novas práticas exigidas pelas novas Tecnologias da Informação.

Neste contexto, outros documentos a apontar neste sentido começaram a ser publicados na última década do século XX, particularmente no que diz respeito aos efeitos das novas tecnologias na chamada *Sociedade Digital* e no funcionamento dos serviços das BPs<sup>12</sup>. Para além do documento base que instituiu a política mundial no domínio das BPs - houve vários outros produzidos ao longo do século XX, quer pela IFLA, quer por outros organismos internacionais, que são fundamentais para a definição da Missão das BPs no século XXI. *Normas para as Bibliotecas Públicas - 1973*, em 1986 surge uma nova versão do documento, intitulada *Linhas de Orientação para as Bibliotecas Públicas e em 2001*, acompanhando as mudanças da sociedade na viragem do século, surge uma nova versão do documento em 2010 (Marques: 2012, 53). A IFLA elaborou ainda outros documentos de carácter mais sectorial que pretendiam servir como documentos de orientação para os serviços a serem disponibilizados pelas BPs: indicações sobre cobertura geográfica, os diferentes segmentos demográficos, pessoas com incapacidades físicas e mentais.<sup>13</sup>

Hoje, e na prossecução destas directrizes, as bibliotecas digitais têm finalidades que requerem reflexão e interrogações e as grandes questões não parecem modificar-se: continuam a debater-se as questões do acesso, da colecção, da informação e a terem por finalidade a educação, a democracia, o avanço científico e tecnológico a par de contribuírem para uma “vida boa”.

---

<sup>11</sup> Disponíveis em [www.ifla.org/files/public-libraries/publications/10-ways-to-make-a-public-library-work.pdf](http://www.ifla.org/files/public-libraries/publications/10-ways-to-make-a-public-library-work.pdf)

<sup>12</sup> São exemplo destas preocupações a *Resolução do Parlamento Europeu* sobre o papel das bibliotecas na sociedade moderna; o Comunicado de Louvain também de 1998, em que o primeiro institui a BP como uma organização capaz de garantir a todos os cidadãos o acesso à cultura, e o segundo que realça o papel da BP na promoção da democracia e da cidadania nas comunidades locais (Marques: 2012, 54). A Declaração de Copenhaga assinala o papel vital das BP nas sociedades de informação emergentes, protagonizadas de valores como a *liberdade, igualdade e fraternidade* de todos os cidadãos, perante os novos desafios impostos pela idade da informação - “ esta declaração apela ao Parlamento Europeu para que coloque as BP num local cimeiro da sua agenda social, tendo em conta as oportunidades que estas organizações oferecem não só ao nível da memória da Humanidade, mas também e principalmente no que diz respeito à construção e sustentabilidade de uma sociedade democrática, assente em novos canais, e quiçá mais ágeis, canais de comunicação” (Marques: 2012, 56)

<sup>13</sup> Em IFLA - *Mobile Library Guidelines* - Disponível em WWW:<URL:<http://www.ifla.org/files/hq/publications/professional-report/123.pdf>; IFLA - *Guidelines for library services to babies and toddlers*. Disponível em WWW:<URL:<http://archive.ifla.org/VII/d3/pub/Profrep100.pdf>.; Directrizes para serviços de bibliotecas para crianças; IFLA. *Section of Libraries for Children and Young Adults* - Directrizes para serviços de bibliotecas para crianças. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ifla.org/files/libraries-for-children-and-young-adults/publications/guidelines-for-childrens-libraries-services-pt.pdf>; IFLA - *Bibliotecas para cegos na era da informação : diretrizes de desenvolvimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. (Relatório profissional, 86). Disponível em WWW:<URL:<http://www.ifla.org/files/libraries-for-print-disabilities/publications/86-pt.pdf>.

## 1.5 - O séc. XXI - Biblioteca Pública e os novos desafios

Confrontadas com novas exigências, as BPs tiveram obrigatoriamente que reinventar o seu *modus operandi*, tendo em conta a rápida transformação que coloca em causa a ideia clássica das bibliotecas de empréstimo e assinala a necessidade da criação de novos serviços de natureza digital que respondam eficazmente às novas exigências da Europa Electrónica.

As BPs que, como atrás vimos, ao longo da segunda metade do século XX, tiveram que acompanhar a diversificação de suportes documentais, adaptando colecções, equipamentos e serviços aos diferentes materiais e tecnologias através dos quais a informação é transmitida, chegam ao alvorecer do terceiro milénio, confrontadas não só com os novos suportes de informação digitais, mas também com a flexível e permanentemente actualizável massa de informação produzida em linha e disponível em todo o mundo<sup>14</sup>. Concordamos com Nunes quando afirma que:

“As bibliotecas públicas enfrentam consequências de gestão e administração que vão muito mais além da transição entre a fase mecanizada e a fase automatizada, da substituição dos catálogos manuais por Web OPACs, ou mesma da inclusão das colecções digitais e recursos da internet nos seus acervos. Na realidade, elas têm que descobrir a forma mais adequada de se integrarem e interagirem num mercado que funciona em rede (...). A sua participação neste mercado atractivo, mas de natureza excludente, implica a transformação em produtoras de informação, capazes de estender os seus serviços em tantas dimensões quantas exige e, ao mesmo tempo, proporciona uma sociedade dominada por tecnologias avançadas de informação e comunicação”<sup>15</sup>.

Assistimos no início do século a uma BP renovada cuja ampliação da missão se encaminha no sentido do sonho dos bibliotecários de Alexandria - ultrapassar os limites do ser humano através da criação de uma Biblioteca Universal, capaz de reunir e preservar a herança literária do mundo.

A par deste deslumbrante *mundo novo* algumas interrogações se impõem: Lerner afirma ainda que “la palabra escrita en papel, pergamino o papiro hace quinientos, mil y más años todavía puede ser leída en su forma original, pero no tenemos seguridad de que un disquete o un disco compacto producido hoy será inteligible dentro de diez años” (1999, 249), o que se perderá com esta obsolescência? ou por outro lado qual a durabilidade dos novos suportes de informação? qual a efemeridade dos novos suportes que armazenam os dados electrónicos? Que papel se reservam aos bibliotecários?

Todas estas interrogações e outras que se impõem porque inevitavelmente lhe estão associadas, quer se vislumbre serem fraquezas ou oportunidades, uma coisa é certa a BP vê-se hoje a braços com novos e interessantes reptos que ditarão com certeza ou o seu

<sup>14</sup> Sobre este assunto pode ler-se IFLA - *Alexandria Manifesto on Libraries, the Information Society in Action*, Disponível em WWW:<URL:http://archive.ifla.org/III/wsis/AlexandriaManifesto.html., ou IFLA - *Manifesto da IFLA sobre Internet*. Haia: Comité sobre a Liberdade de acesso à Informação e sobre a Liberdade de Expressão da IFLA, 1999, Disponível em WWW:<URL:http://www.ifla.org/files/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-pt.pdf.

<sup>15</sup> NUNES, M. B. - Navegar é preciso: A biblioteca pública entre o real e o virtual. In Calixto, J. A. (Coord.) *Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento, cidadania*. Évora: Colibri; CIDEHUS - Biblioteca Pública de Évora, 2005. Disponível em WWW:<URL:http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27\_out05/textos/manuela.pdf

desaparecimento, ou a sua sobrevivência, consoante seja a habilidade para as respostas às novas conjunturas, porque se é certo que será muito difícil competir com os gigantes do entretenimento, elas têm diante de si uma série de novos desafios: “ajudar a que todos possam aceder ao intercâmbio mundial de informação, combater aquilo que se tem designado de fosso digital (...) continuar a prestar serviços que oferecem informação mas de maneiras diferentes, por exemplo, em forma impressa, ou as tradições orais, que é muito provável que continuem a ser de vital importância num futuro próximo. (...) a informação electrónica deve ser um objectivo primordial das bibliotecas públicas, elas devem esforçar-se por não fechar as outras portas através das quais se podem proporcionar conhecimentos e informações” (Gill:2001)<sup>16</sup>.

Os novos contextos impõem que a BP reforce o seu papel educativo “un país vale sobre todo, lo que vale su educación, lo que vale su cultura...llave maestra para interpretar, comprender, valorar, asimilar y compartir el inmenso caudal informativo que hoy ya nos rodea”<sup>17</sup> cabendo aos bibliotecários rever os procedimentos do bibliotecário clássico, enquanto intermediário entre o documento, a informação e o leitor. Perante a exclusão documental provocada pelas novas tecnologias, o papel das BPs na organização, conservação e disponibilização dos documentos ocupa um lugar fundamental, mas a necessidade de cumprir as suas missões sociais e culturais leva a que estas alterem a sua natureza e função. A nova BP deve ser a *porta local de acesso* ao conhecimento de que fala o Manifesto da UNESCO, revendo formas de prestação de serviços e de relação com os utilizadores gerindo eficazmente o acesso à informação e de combate à info-exclusão.

Como instrumento social de informação e conhecimento, as BPs devem procurar a implementação e utilização de serviços básicos, tecnológicos e profissionais que permitam aos seus utilizadores a aprendizagem permanente e o uso autónomo da informação (Freitas: 2007, 13).

Assim a literacia digital impõe aos indivíduos uma utilização eficiente e responsável dos meios digitais e enquanto instrumento social de informação e conhecimento, a BP tem um papel de relevo na nossa sociedade, não devendo descurar esta grande faceta para a qual foram designadas. As bibliotecas são “*instituições apropriadas para desenvolvimento da literacia da informação* (Calixto: 1994, 8) porque são de facto aquelas que proporcionam o acesso à informação e às novas tecnologias, o acesso às novas formas de leitura, o acesso à aprendizagem ao longo da vida integrando políticas e estratégias e oferecendo oportunidades de aprendizagem, nomeadamente no que diz respeito ao meio digital, como *e-learning*, ensino à distância, redes sociais, *Web 2.0* e acesso a conteúdos digitais. A BP deve disponibilizar livremente a todos os que o solicitem os registos da experiência Humana sob a forma de livros e materiais afins, promovendo e preservando assim o livre fluxo de informação e ideias<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Gill: 2001, ou em *Guidelines for public libraries in the 21st century* WWW:<URL:http://archive.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf.

<sup>17</sup> Sanches Ruiperez defende cultura y lectura como herramientas afrontar futura em WWW:<URL:http://www.abc.es/agencias/noticias.asp?noticia=686219 em (Marques: 2012, 61)

<sup>18</sup> Pode consultar em (Usherwood: 1999, 21)

## 1.6 - A Biblioteca Pública em Portugal

Pese embora seja aliciante o acompanhamento diacrónico da BP em Portugal, os objectivos do nosso trabalho desaconselharam um estudo muito pormenorizado, limitando-nos a uma contextualização breve do seu percurso histórico, procurando traçar em linhas gerais o percurso da BP - das bibliotecas populares mormente da BM por ser esse o nosso objecto de estudo.

Marques aponta a primeira *livraria pública* <sup>19</sup> para o século XIII, criada por D. Dinis em 1290, com o aparecimento da primeira Universidade (Marques: 2012, 63), e para as datas de 1711 e 1730 a edificação de duas das mais emblemáticas bibliotecas portuguesas: a do convento de Mafra e a Joanina da Universidade de Coimbra no reinado de D. João V. Pese embora o reinado de D. José tenha registado profundas alterações e transformações, económicas, culturais e educativas, o país, mergulhado em ideais iluministas sob influência dos “estrangeiros” e a acção do *omnipotente* ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, contribuíram para uma renovação digna de nota no campo do ensino de que destacamos a renovação da Universidade e dos estudos menores. “Proliferam as academias, aumenta a actividade editorial, jornais, as ideias novas vindas do estrangeiro circulavam e eram apaixonadamente debatidas, criam-se importantes bibliotecas nos estabelecimentos de ensino e também em casas particulares” (Nunes, H. B.:1996, 25).

Contudo só foi em 1796, no reinado de D. Maria, que surge a primeira BP portuguesa: a Livraria Real dando origem à Real BP da Corte, rebatizada como Prima Biblioteca e a partir do Liberalismo como Biblioteca Nacional.

O triunfo do liberalismo em 1834 e a extinção das ordens religiosas levam ao proliferar de Bibliotecas em todo o país nos dois anos, a seguir o Governo ordena que sejam criadas BPs nas capitais de Distritos, a partir das livrarias dos conventos extintos (Nunes, H.B.:1996, 25).

Na segunda metade do século XIX regista-se uma evolução na criação das BPs, as quais foram legalmente instituídas em 1852 e eram constituídas por iniciativa das câmaras municipais (Palma:1966, 79), antes disso regista-se o papel de D. António da Costa Sousa e Macedo, (Ministro da Instrução Publica) e a redacção do Decreto de 2 de Agosto de 1870<sup>20</sup>, que constitui as Bibliotecas enquanto organismo *para todos e para cada um*, que completariam a acção das escolas, permitiriam a formação profissional e dariam acesso aos conhecimentos gerais (Nunes, H. B.: 1996, 26) de acordo com Rebelo “o aparecimento das bibliotecas

---

<sup>19</sup> Sobre o termo Livraria que segundo autora foi durante muito tempo, pelo menos até meados do século XIX, utilizado como sinónimo de Biblioteca, só em 1858 os termos Livraria e Biblioteca adquirem significados diferentes, sendo o primeiro para local onde os livros se encontram organizados e catalogados e o segundo como local em que os livros se encontram dispostos com fins comerciais de venda, pode consultar-se nota da autora em (Marques: 2012, 62).

<sup>20</sup> D. António de Macedo partindo do princípio que o povo aprende pouco a ler, mas lê ainda menos do que aprende, propõe a criação de Bibliotecas populares que mitigaram a sede de leitura da parte da população que conseguia ler.

populares seria o resultado da necessidade de proporcionar às classes populares o acesso à cultura impressa, sobretudo ao livro didático e formativo, sendo, portanto, uma biblioteca pública especial, aberta a todos e destinada a classes mais humildes, pelo que com uma importante função moralizadora” (Rebello: 2002, 105).

Pese embora as boas intenções destas bibliotecas, facto é que a realidade foi bem diferente, na prática, elas apenas serviram os grandes centros e não cumpriram a sua função social de fornecer leitura às populações mais carenciadas. Na verdade, o Decreto de 2 de Agosto de 1870, que instituía a leitura gratuita e domiciliária cujas responsabilidades seriam das Câmaras Municipais, das Juntas de Paróquia e do Governo, teve um reduzido impacto, e segundo Rebello “os gabinetes de leitura eram geralmente empresas com fins lucrativos, as bibliotecas públicas eram em número reduzido e desajustado às necessidades das classes trabalhadoras (fundos arcaicos e horários incompatíveis)” (Rebello: 2002, 105). Por isso mesmo, a Biblioteca Popular entra em inevitável declínio, evoluindo para aquilo que hoje conhecemos como BM.

### 1.6.1- As Bibliotecas Portuguesas na viragem do séc. XX

“ Não é conservar os livros, mas torná-los úteis, o fim das Bibliotecas”, assim proclamava o Decreto de 18 de Março de 1911, ou seja, a partir desta data assistimos a um incremento notável das bibliotecas e dos arquivos, instituindo-se que as Bibliotecas deviam servir para ensinar, informar, distrair, criando hábitos de leitura informando o cidadão sobre a vida pública. Pretendia-se assim atingir estes objectivos através de um amplo acesso à Biblioteca, à leitura móvel, às colecções móveis, às salas para crianças, a leitura no caminho de ferro, nos hospitais e nas prisões, ou seja, pretendia-se que o livro chegasse onde quer que o leitor estivesse (Nunes, H.B.: 1996, 28). Esta visão progressista e moderna dos Republicanos nomeadamente no domínio da educação, Bibliotecas e arquivos acabou por esvanecer devido à insuficiência de meios para a sua concretização. Em 1919, existiam 68 bibliotecas municipais, das quais 12 se encontravam em organização e 37 possuíam menos de 2000 volumes. Quanto às 50 bibliotecas móveis constituídas em 1920 sabe-se que em 1922 funcionavam 22 e em 1926 apenas circulavam 19, com índices de utilização muito baixos (Nunes, H.B.: 1996, 28).

A ditadura de 1926 marcaria um retrocesso na leitura pública em Portugal, impedindo-se o acesso a quaisquer livros, revistas e panfletos que tivessem doutrinas imorais e contrárias à segurança do estado. Por outro lado a situação económica do país justificaria a legislação promulgada na altura nomeadamente no que concerne à cultura e no que diz respeito à Biblioteca “As bibliotecas e os arquivos não podem parasitar na vida do País, peitando-se de empregados, envolvendo-se em riscos industriais, têm de se subordinar às dificuldades do Tesouro, aos seus recursos modestos, servindo com devoção e interesse nacional”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Portugal, Leis, decreto etc. - Ministério da Instrução Publica: Direcção Geral do Ensino superior: Decreto nº 13: 724 de [de 27 de Maio de 1927] p.881.

O decreto promulgado em 1931<sup>22</sup> parece vir alterar a negra situação em que se encontrava o sector, promovendo a remodelação dos serviços de bibliotecas e arquivos nacionais, passando a considerar-se como públicas, todas as Bibliotecas do Estado. Reorganiza-se a IGBAP a qual funde a Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis e a Inspeção das Bibliotecas especiais e BMs e paroquiais. Marques (2012, 739) aponta como evidência de falta de rigor tipológico, sobretudo ao nível da distinção entre Bibliotecas gerais e municipais, pode-se salientar o facto da Biblioteca de Braga, de Castelo Branco, Évora de Ponta delgada e Vila Real se enquadrarem na Categoria de Bibliotecas Gerais, enquanto a Biblioteca de Coimbra, Porto Angra do Heroísmo se encontrarem classificadas na categoria das BMs. Pode, diz a autora encontrar-se fundamentação desta separação na herança dual entre bibliotecas eruditas e populares. Pese embora se reconhecesse o papel das Bibliotecas (populares) no combate ao analfabetismo, no fomento do empréstimo domiciliário, na criação de salas de leitura de jornais ou fazendo circular de bibliotecas móveis (Nunes, H.B.: 1996, 30), o diploma de limitados efeitos práticos manteve-se em vigor por três décadas, contudo a censura, a falta de meios e o centralismo do estado condicionaram o papel das Bibliotecas ao papel de conservação do património bibliográfico. No que toca à situação concreta das BMs, o inquérito levado a cabo entre 1932-1933 por António Ferrão, concluía que a situação destes serviços detentores de documentação era lamentável, o que confirma o desinteresse por estes equipamentos culturais durante a ditadura salazarista.

Vinte anos depois (em 1956) e após a análise ao inquérito realizado por Victor de Sá, verifica-se que a crise em Portugal mais do que económica era cultural:

“Não podemos resolver satisfatoriamente o problema das bibliotecas, se tivermos uma concepção acanhada e estreita de cultura (...) enquanto não compreendermos que a cultura não é um luxo, nem é um privilégio, nem é um mito, mas que cultura é uma força é uma força construtiva e agregadora dos povos (...) e das nossas bibliotecas, como de resto as outras instituições culturais, enfermarão dum mal inicial que se reflectirá em todos os aspectos do problema” (Sá: 1954, 181-182).

É, pois, em 1958 que uma lufada de ar fresco vem benfeitorizar o panorama da BP em Portugal, pela acção da Fundação Calouste Gulbenkian que detendo um grau de autonomia própria que lhe permitia afastar-se do obscurantismo acanhado do Estado Novo e levava o livro à procura do leitor, promovendo a leitura nos pontos mais recônditos do país. Nesse ano Branquinho da Fonseca inaugura, dada a falta de infra-estruturas, o serviço de Bibliotecas-Itinerantes que para além de cobrir o território nacional e ilhas regia-se por princípios muito inovadores à data, como o livre acesso às estantes. A Biblioteca Móvel foi um exemplo de dinamismo cultural, tendo atingido a sua colecção o número de mil e quinhentas obras (Sá: 1954, 8).

O dinamismo da Fundação na promoção do livro e da leitura contribuía para a demissão das responsabilidades da BP, continuando a privilegiar-se a conservação em detrimento do acesso,

---

<sup>22</sup> Portugal, Leis, decreto etc. - Ministério da Instrução Publica: Direcção Geral do Ensino superior: Decreto nº 20: 636 de [de 19 de Dez. de 1931]

as Bibliotecas eruditas em prejuízo das populares e as Bibliotecas directamente dependentes da Administração Central em detrimento das Bibliotecas da Administração local.

O sistema das Bibliotecas portuguesas, embora objecto de abundante mas desconjuntada legislação, caracterizou-se até ao início da década de oitenta por uma ausência total de planeamento e por uma inadequação dos recursos financeiros e humanos face aos objectivos delineados.

### 1.6.2- Biblioteca Pública, caminhos para uma nova atitude

Os ventos de mudança que a Revolução de 1974 trouxe a Portugal não foram coincidentes com brisa que tocou as Bibliotecas e Arquivos, antes pelo contrário, embora o livro e a leitura estivessem na ordem do dia do discurso político e dos programas eleitorais dos diferentes partidos<sup>23</sup>, apenas em 1983, surge a primeira tomada de posição de um conjunto de profissionais, traduzidas na apresentação pública de um *Manifesto da Leitura Pública em Portugal*. Os temas Biblioteca e Leitura pública passaram a ser recorrentes, nas preocupações e nos programas dos vários Governos Constitucionais<sup>24</sup>.

O Manifesto declarava que a leitura pública devia deixar de ser encarada como um luxo, mas um sector onde era necessário haver um significativo investimento, face os elevados índices de analfabetismo que na data se registavam: “Uma política de leitura pública assentará fundamentalmente na implementação e fundamento regular e eficaz de uma rede de BMs<sup>25</sup>”.

Dessa forma em 1987 lançavam-se as bases para uma necessária rede nacional de Leitura Pública, graças aos esforços concertados da Secretaria de Estado da Cultura, da BAD, do Instituto português do Livro e de alguns Municípios e, muito importante também as conclusões do relatório coordenado por Maria José Moura “Leitura Pública - Rede de Bibliotecas Públicas - Rede de Bibliotecas Municipais” que lançava os pressupostos teóricos e práticos da Leitura Pública, passado a constituir-se enquanto base do “Programa Rede Nacional de Bibliotecas Municipais, mais tarde designado por Rede Nacional de Leitura Pública”. Este documento entre outros aspectos considerava que “toda a legislação existente até então tinha resultado numa imensa necrópole... de piedosas intenções logo á partida condenadas ao fracasso”.

No relatório<sup>26</sup> a leitura pública era entendida como uma questão de natureza estrutural para a cimentação da jovem democracia, a filosofia do programa assentava essencialmente na partilha de responsabilidades entre o estado e as autarquias e a ideia subjacente era criar BPs em todos os concelhos do país para que se pudesse alavancar e promover a leitura e a

---

<sup>23</sup> Sobre este assunto pode consultar-se síntese da autora, bem como indicações bibliográficas digitais em (Marques: 2012 82-85).

<sup>24</sup> Sobre este assunto pode consultar-se síntese da autora, bem como indicações bibliográficas digitais em (Marques: 2012 82-85).

<sup>25</sup> Despacho 23/86 da Secretaria de Estado da Cultura, 3 de Abril de 1986.

<sup>26</sup> Moura, Maria José (coord.) - *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1986. Disponível em WWW:<URL:http://.www.dglb.pt/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/documentaçãoBibliotecas/Documentos/RelatorioLeituraPublica1986.pdf

informação aos cidadãos. O Estado através do Instituto Português do Livro e da Leitura, comprometia-se a prestar apoio técnico e financeiro às autarquias interessadas em criar as suas bibliotecas, desde que estas respeitem as directivas tanto estruturais como a nível técnico, de pessoal e fundo documental e o apoio financeiro traduzia-se na comparticipação de 50% dos custos totais da obra. Por outro lado, criar estruturas capazes de responder eficazmente e de acordo com as normas internacionais vigentes à criação de uma biblioteca *de todos e para cada um* enquanto locais privilegiados de acesso ao conhecimento eram requisitos básicos apontados pelo relatório. As bibliotecas que pertencessem à rede teriam de acatar as recomendações emanadas do Manifesto produzido pela UNESCO com especificidades físicas, espaciais, funcionais e técnicas bem como “equipamento adequado, fundos documentais diversificados, pessoal qualificado e proporcionar novos serviços” (Figueiredo: 2004, 63) para que a biblioteca pudesse cumprir eficazmente a sua missão e objectivos. Estas bibliotecas (Municipais) serviriam para corresponder às necessidades do público em geral, relativamente à informação, autoformação e à ocupação dos tempos livres implicavam uma visão integrada da política nacional e de bibliotecas.

Apesar de todos os esforços, intenções e estudos, o novo relatório de 1996 sobre as BPs em Portugal considerava que as BMs Portuguesas prestavam serviços tradicionais insuficientes e denotavam uma falta de conhecimento do conceito moderno de biblioteca pública. Para ultrapassar estes constrangimentos gizam-se estratégias para a modernização da RNLP que visavam genericamente a implementação das tecnologias multimédia através da aquisição e desenvolvimento de Hardware e Software para a gestão integrada dos serviços das Bibliotecas Públicas. Contudo e apesar das recomendações do relatório, só em 2005, se assistiu à formalização da primeira tentativa de uma renovação orgânica efectiva, através da criação da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas (RCBP) cujos *objectivos* eram promover o acesso público e gratuito em banda larga nas bibliotecas municipais da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: criar serviços interactivos e novos canais de comunicação para estimular a leitura, atrair novos públicos e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores actuais e disponibilizar ferramentas de gestão para as biblioteca municipais e para a própria RCBP.<sup>27</sup>

Hoje, 25 anos passados de funcionamento da RNLP<sup>28</sup> e como afirma Marques (2012, 99), a configuração das BPs como elementos de uma rede, implica a assunção de determinados pressupostos que vão muito para além da concepção clássica de Sistema de Informação Biblioteconómico, organicamente independente e funcionalmente autónomo. Ora os princípios expressos no Manifesto da UNESCO para a BP são claros quanto ao conceito de Rede Nacional de Leitura Publica, o qual não se esgota na criação de um conjunto estruturado de

---

<sup>27</sup> Disponível em WWW:<URL:<http://www.rcbp.dglb.pt/pt/Paginas/default.aspx>

<sup>28</sup> Sobre este assunto pode ler-se Oleiro e Heitor, *20 anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um Balanço (possível) do Grau de Cumprimento do Programa*. Disponível em WWW:<URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/157>

Bibliotecas da mesma tipologia, mas antes, centram-se na constituição da colecção até à sua difusão e uso.

Há que ultrapassar uma certa visão paroquial das BPs que continuam fechadas em si mesmas, solenes e pouco convidativas (Nunes e Portilheiro: 1985, 89) apesar de dotadas de infraestruturas que “convidam a entrar” (Gascuel: 1987). Urge aproximar a biblioteca da comunidade local porque “se ela for útil, ela será estimada, apoiada e prestigiada. Se ao contrário, ela for um óvni ou uma Avis rara, alienada dos interesses locais, existir ou não existir não fará a menor diferença para o cidadão comum” (Miranda: 1978, 69-75).

## 2 - Património e Identidade, o papel da Biblioteca na sua preservação

### 2.1 - A Biblioteca enquanto garante de Memória e Identidade

É um facto incontestado que os cidadãos, cada vez mais, têm consciência da riqueza do seu património e que este se assume vector essencial da sua identidade. Porém, a valorização desta materialização da História assumiu diferentes entendimentos ao longo dos tempos, prosseguindo, hoje em dia, um percurso diferente, “a preservação e a disponibilidade do património documental frequentemente parece ser como o ar que respiramos e a água que bebemos: só os valorizamos quando não os temos” (Edmondson: 2002, 20).

Se hoje a palavra Património é sinónimo de construção social e cultural, esta percepção comunitária do valor histórico e da riqueza etnográfica colectiva não é um fenómeno contemporâneo. Este caminho nem sempre foi linear: o conceito para definir aquilo que consideramos herança cultural tem sofrido ao longo dos tempos alterações significativas de sentido, é amplo, complexo e sequente de uma longa evolução e reflexão histórica: “la percepción que podamos tener del patrimonio es logicamente cambiante según los monumentos culturales, los regímenes políticos, las posibilidades económicas, (...) siempre que sectores suficientes de la sociedad le atribuyan valor” (Cardona: 2005, 59). Apesar de o podermos filiar no coleccionismo do Renascimento, foram a Revolução Francesa e a consequente nacionalização das colecções, que o fizeram emergir e catapultar-se enquanto bem colectivo e de herança comum (Mateus: 2003, 173), ou seja, pode dizer-se que a luta pela salvaguarda do património coexistiu com o advento da própria Modernidade. A entrada na Era Industrial e, depois, o período pós II Guerra Mundial e consequente tomada de consciência de perda irreparável e de ruptura contribuíram para a dilatação e valorização do património com interesse histórico e artístico, mas também, do utilitário, do popular, do industrial, de conjuntos edificados, que passam a ser abarcados no *corpus* patrimonial, como quase relíquias de um *modus vivendi* em vias de extinção e a proteger incondicionalmente. Este período foi, relativamente à concepção de monumento e de património, um período de valores e práticas muito lúcidas e complexas só mais tarde comparáveis à Carta de Veneza de 1964, e ao quadro teórico e prático no qual se inscreve o Monumento (Choay: 2006, 113-119).

Hoje em dia, as sociedades, face às tendências de uniformização individual e perante o assombramento da ruptura e da desordem provocada pela ausência de valores simbólicos e de identificação, (re)clamam a recuperação do Passado e da sua identidade, convergindo vários interesses e esforços para promover a preservação, restituição, (re)construção, conservação e o restauro dos valores que ancoram identidades e memórias.

À medida que a sociedade se torna mais móvel e incerta, a necessidade dos cidadãos de conhecer e compreender as suas raízes e origem torna-se mais pronunciada” (Nunes, M.B.:

2010, 321). Todavia e paradoxalmente “a tendência crescente de erosão de memórias, de empobrecimento para as novas gerações, coabita, contraditoriamente, com potencialidades tecnológicas de garantir a preservação do património documental antigo e moderno nunca antes vista “(Lage: 2002, 9)

As novas significações de Património, (e, que quase tornam obsoleta a própria palavra), fizeram proliferar convenções e acordos supranacionais, (também aceites e ratificados por Portugal), que, em suma, se constituíram enquanto mecanismos que, pelo seu conteúdo teórico, metodologias e práticas pedagógicas, contribuíram para assegurar não só a salvaguarda de criações notáveis do homem - quer ao nível da materialização dessas realizações, quer ao nível das relações intrínsecas entre estas e os lugares. Nos dias de hoje, vai-se reconhecendo “a emergência da memória como uma das preocupações políticas e culturais da sociedade actual ocidental” (Cornelsen & Miranda, 2010, 147).

A propósito da conservação e difusão do património histórico e cultural nas BPs deve reter-se que “elas são, não apenas lugares privilegiados de contacto com as manifestações do génio criador humano e de conhecimento do mundo, mas também de promoção e conhecimento da memória e identidade locais” (Nunes, M.B. : 2005, 37).

Há duas missões apontadas pelo Manifesto IFLA/UNESCO sobre a BP e que ajudam a cimentar a ideia da Biblioteca enquanto garante de memória e identidade que são “promover o conhecimento sobre a herança cultural e assegurar o acesso aos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local”, preservando e divulgando o património, nomeadamente o documental:

“às colecções patrimoniais está naturalmente associada, como vimos, a ideia da sua conservação e transmissão ao futuro, mas estes acervos terão forçosamente que ser dados a conhecer no tempo em que vivemos, às comunidades que servem. As actividades que na sua órbita podem ser desenvolvidas devem incidir tanto no desenvolvimento das práticas culturais das populações como no impulso que transmitem à investigação e, portanto, ao conhecimento” (Nunes, M.B. 2005, 24)

Urge que todas as bibliotecas saibam preservar, conservar e restaurar para que os seus fundos documentais ou locais perdurem e sejam úteis às comunidades. Cabe ao bibliotecário bom senso para diligenciar na preservação do património documental local e contribuir para a sua perenização seja com aumento dos seus conhecimentos técnicos, seja garantir o acesso de forma segura mas permanente aos documentos, partilhamos a opinião de Cardoso, quando afirma que:

“mais do que custodiar um acervo, qualquer bibliotecário público ou escolar, precisa bater-se pela preservação do património que tem a seu cargo e tem o dever de considerar livros, manuscritos, imagens e sons produzidos no passado como instrumentos para a construção de uma compreensão ampla do tempo presente, garantindo a cada povo e nação uma identidade cultural integrada e legítima, diversa e unitária” (2010, 16).

Posto isto, pode concluir-se que a feição mais patrimonial das BPs e o dever de protecção do património documental, bem como de preservação da identidade e da memória dos documentos e das comunidades que os produzem, beneficiarão com os preciosos auxílios das BMs e dos trabalhos que estas desenvolvem. Assim, para além das actividades no âmbito da

promoção do livro e da leitura, as BMs devem envolver-se de forma activa na educação para o património, dedicando-se igualmente à sensibilização para o património cultural documental de um determinado *sítio* porque o Homem, enquanto ente histórico, necessita duma continuidade, dum fio condutor, duma memória: “ninguém conserva um rádio velho para sintonizar as ondas mas, porque ele está pronto a entrar numa categoria nova, a dos rádios antigos, a obsolescência alarga a vida dos objectos que já não valem nada, mas trata-se de uma outra vida” (Ballart: 1997, 222).

Esta nova significação de património ajudará a operacionalizar o processo de memorização, e os próprios monumentos/documentos permitem perpetuar testemunhos que construirão as veredas do caminho do futuro: “há dois erros comuns no que diz respeito ao património. O primeiro, é pensar que é sobre edifícios e é sobre pessoas e o que elas investem nos tijolos, o segundo, é pensar que é sobre o passado e é sobre o futuro, o que poderá ficar depois de nós desaparecermos”<sup>29</sup>, a obsolescência do tridimensional conduziu, inevitavelmente, ao imaterial e, por isso, importa agora valorizar contextos sociais, crenças e valores. Referimo-nos ao intangível, ou seja, o que confere ao Património uma dimensão simbólica e espiritual. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, aprovada em 2003, entrou em vigor a 20 de Abril de 2006, três meses após a data do depósito junto do director Geral da UNESCO do 30º instrumento de rectificação, aceitação, aprovação e ou adesão. Alguns estados membros, após a adopção da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, manifestaram interesse em ver criado um instrumento de protecção do património imaterial. Assim, a UNESCO viria a adoptar em 1989, a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Internacional e do Folclore. Em 1999, o Conselho Executivo da Organização decide criar uma distinção para os exemplos mais notáveis de espaços culturais ou formas de expressão popular e tradicional tais como as línguas, a literatura oral, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitectura e outras artes<sup>30</sup>. O património intangível constitui-se, hoje, como fonte vital de uma identidade que se enraíza na profundidade do tempo histórico. Este é o complemento necessário ao tridimensional, o que o torna humano, daí que se desenvolvam sinergias, assaz promissoras, na sua defesa para as legar às gerações vindouras, algo que carece de suportes perenes e que, mais rapidamente que o património edificado, declina irremediavelmente. “As cidades que continuam a suportar o seu património intangível, as suas festas tradicionais e a recordar eventos passados, a sua música local, os seus dialectos, a sua gastronomia e outros elementos são as cidades mais bem preservadas (....) uma cidade não pode estar preservada se não der importância ao seu património” (Bondin:2008, 140). Será o fundo local que

---

<sup>29</sup> Simon Thurley manifestou ao Jornal Público, em 22 de Março de 2005 in *Património Histórico* Disponível em WWW:<URL:http://www.ph-caldas.org/ph/present.php

<sup>30</sup> Disponível em WWW:<URL:http://www.unesco.pt - *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Paris, 17 de Outubro de 2003, art.º 2 nº 1.

materializa essa vontade física para que a memória não se perca, estando sempre em constante construção e actualização e é sobre ele de que falaremos adiante.

## 2.2 - O Fundo Local um lugar privilegiado de Identidades e Memória

“Elas [Bibliotecas] não são apenas lugares privilegiados de contacto com as manifestações do génio criador humano e do conhecimento do mundo, mas também da memória e da identidade local”(Nunes, M.B.: 2005: 37).

Nunes designa o fundo local como “o conjunto de espécies documentais, qualquer que seja o seu suporte (impressos e audiovisuais) produzidas por uma comunidade, ou com ela relacionadas, que se referem aos mais variados aspectos da sua vida, história e actividades” (1988, 16). Enquanto Faria e Pericão referem como “coleção local” parte de uma biblioteca que recolhe organiza todo o tipo de documentação que concerne a uma determinada zona geográfica, com a finalidade de poder oferecer aos utilizadores da Biblioteca todas as fontes de informação possíveis sobre qualquer particularidade da história e vida dessa zona” (2008, 278). Edmondson refere que um “fundo é uma coleção ou uma série de coleções que obram em poder de uma instituição ou pessoa, um conjunto de documentos, ou uma série de documentos que obra em poder de um arquivo. Estas instituições podem ser bibliotecas, arquivos, organizações de tipo educativo, religioso e histórico, museus, organismos oficiais e centros culturais” (2002, 12).

Apesar da variedade dos conceitos, quer centrem a tónica nos documentos, na organicidade dos conjuntos (“conjunto organizado de espécies documentais”) ou na coleção (“que recolhe e organiza”) todos eles apontam para uma área quase exclusiva e autónoma da biblioteca e, em termos de conteúdo documental, mencionam a vida, a história de uma comunidade local, uma vez que se trata de documentação que, de algum modo, se relaciona com um espaço específico, seja ele físico, humano, ou intangível.

Para o que nos interessa reter, Fundo Local é conjunto de espécimes documentais, organizados de forma coerente quanto ao tema, uma vez que os documentos que o constituem devem, de alguma forma, estar em conformidade com um lugar, ou com uma comunidade e devem obter pertinência e sentido quando inseridos num todo organizado, em que as partes se entrelaçam (Silva:2012, 22). “O que define o fundo local não são os suportes dos documentos que acolhe, mas o tema genérico que os caracteriza, e que é a localidade” (Nunes, M.B.:2002, 75). Essencial é também que os documentos que constituem o fundo tenham valor acrescido, seja ele identitário memorialista ou que forneçam testemunhos autênticos da identidade de um lugar. De uma maneira geral será aquela documentação que diga respeito ao património cultural e Natural, mas também que reflecta o quotidiano dessa comunidade. (Nunes, H.B.:1988, 129). O valor do fundo local manifesta-se na medida em que se constitui como garante da identidade individual e colectiva de uma determinada comunidade, ou como diz Le Goff quando afirma que “a memória é um elemento essencial do

que se costuma chamar identidade individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (1990, 476).

Assim, para além das inúmeras actividades no âmbito da promoção do livro e da leitura, as Bibliotecas devem envolver-se de forma mais activa na educação para o património, dedicando-se igualmente à sensibilização para os patrimónios incluindo o documental e ao dever de protecção destes espelhos que são da identidade e da memória dos indivíduos e das instituições.

### 2.2.1 - Do acervo do Fundo Local

“Quer pública, quer escolar, a biblioteca tem a responsabilidade de saber reflectir o seu público nas suas colecções, tem o encargo de responder aos seus utilizadores, assumindo-se permanentemente, como guardiã de informação e elemento potenciador de conhecimento” (Silva: 2012, 167).

Relativamente ao Fundo Local, a responsabilidade é acrescida uma vez que este deve reflectir a comunidade que representa, conservar a memória, mas mais importante responder às suas exigências, curiosidades, anseios e interrogações, de forma ambiciosa, coerente e dinâmica, porque “um utente poderá compreender as carências e dificuldades da sua biblioteca, mas mais dificilmente compreenderá a inexistência de uma obra de um autor local ou de um jornal da região (Cardoso: 2010, 59). Do mesmo modo, “todos os leitores sabem que na biblioteca existem lacunas, mas serão certamente menos compreensivos se verificarem que a sua biblioteca não possui toda a informação, toda a bibliografia que diz respeito à comunidade” (Nunes, H. B.:1988, 19). Daí que a riqueza do fundo local advenha mais do seu carácter único, das suas marcas distintivas, da organicidade do seu acervo, do que da antiguidade dos documentos que o enforma.

Este fundo especial é um espaço de identidade individual e colectiva, de memória comunitária, de património legitimado que deve estar ao alcance de todos os utilizadores, em permanente actualização, é/deve ser uma porta aberta à fruição de todos e servirá mais e melhor a comunidade quanto melhor esta conhecer o seu património.

Há autores que defendem que “parte [substancial] dos documentos do fundo local são espécies únicas, ou dificilmente substituídas, pelo que não é aconselhável pô-las ao livre alcance do publico” (Nunes, H.B.:1996, 134), contudo, consideramos que, apenas e só no caso de perigosidade para o documento ele deva ser de consulta restrita ou condicionada, e, se acaso houver essa necessidade, devam ser encontradas formas de consulta alternativa, como é o caso da digitalização a fim de assegurar a sua conservação<sup>31</sup>. Porque por um lado, como diz o ditado “livro fechado não faz letrado” ou seja será contraproducente que em prol da preservação se interdite o acesso a qualquer que seja o documento “o acesso permanente é o objectivo da preservação: sem ele, a preservação não tem sentido como fim em si mesmo

---

<sup>31</sup> Sobre este assunto pode consultar-se Pensato, R & Montanari, V. *Le Fonti locali en biblioteca*. Milano, Editrice Bibliografica, 1984, p.167.

(Edmonson: 2002, 17). Caberá igualmente aos profissionais bibliotecários ultrapassar este óbice como defende Cabral: “a nossa atitude como profissionais deve ser a de estimar e preservar, mas também a de garantir que os livros à nossa guarda possam ter um uso cada vez maior por um cada vez mais amplo leque de pessoas” (Cabral: 2002, 42). Da mesma maneira caberá ao bibliotecário “construir colecções adequadas às necessidades de informação dos utilizadores dos serviços, com atitude pró-activa para que essas necessidades estejam previstas mesmo antes de serem expressas<sup>32</sup>.”

Além de atento, diligente e de bom conhecedor da comunidade em que vive, o bibliotecário não deve ter a ambição de ter na “sua” posse a plenitude de documentos relativos à sua localidade, até porque o acervo do fundo local vai-se constituindo paulatinamente qual organismo vivo que vai ganhando corpo e alma à medida que a vida da comunidade local se desenrola, desse modo, a BP deve, em nosso entender, trabalhar a par com a comunidade local, com os utilizadores, no sentido do alargamento, da divulgação, da preservação e da actualização da colecção. Os funcionários e ou/bibliotecários para além do dever de serem bons conhecedores destes fundos para melhor poderem orientar os leitores (Nunes, H. B.: 1988, 19) devem também ser bons ouvintes destes porque são “uma fonte não negligenciável de informação para a constituição destes fundos” (Lage: 2002, 62).

Dada a heterogeneidade e imensidão dos documentos que podem fazer parte do Fundo Local, sejam impressos<sup>33</sup>, iconográficos<sup>34</sup>, cartográficos<sup>35</sup>, audiovisuais<sup>36</sup> e, nalguns casos, manuscritos, é necessário redobrar estratégias que possibilitem a incorporação de novos materiais sem que o seja apenas pela compra quer de materiais novos ou outros mais antigos, a única forma de os obter<sup>37</sup>. Assim, deve solicitar-se o envio regular ou periódico a instituições<sup>38</sup> das quais emanem documentos que possam “falar” da comunidade local,

---

<sup>32</sup> Veja-se código de Ética para os profissionais da Informação em Portugal, 2000, p4.

<sup>33</sup> **Livros:** monografias sobre história local, teses, dissertações, separatas, biografias, obras literárias de escritores do concelho, ou que aí se localizem, documentação emanada dos serviços públicos municipais, PDM, Cartas do Património, Planos de Pormenor, Diagnósticos Sociais etc., **publicações periódicas** - jornais revistas, almanaques anuários, agendas culturais, programa de festas e feiras, os roteiros de índole local, boletins paroquiais, associativos, sindicais de partidos políticos, e **material não-livro**, espécies-menores, literatura cinzenta - panfletos de festas, folhetos, brochuras publicitárias, propaganda eleitoral, desdobráveis turísticos, horários de transporte, convites, participações de casamento ou falecimento; dossiers de Documentação com recortes de imprensa, *clippings*, notas de imprensa. (Nunes, H. B.:1996, 129 - 313)

<sup>34</sup> Estampas, fotografias, postais, calendários, cartazes, autocolantes.

<sup>35</sup> Mapas, cartas topográficas, cartas geológicas, plantas da localidade.

<sup>36</sup> CD´s, DVD´s, microfímes,

<sup>37</sup> Diz-nos Edmondson (2002, 41) “a perseverança e a manutenção de relações permanentes com fundações, empresas patrocinadores, ou parceiros m geral, parecem apresentar resultados com o correr do tempo.

<sup>38</sup> Tipografias locais, Organismos da Administração local e Central, Museus, Arquivos, Centros de estudos, Associações culturais e ou de solidariedade social, Comissões de Festas etc.

sensibilizar os leitores e incentivar a oferta, doações<sup>39</sup> ou legados de colecções documentais, sensibilizar a população para a recolha de material que possa interessar ao fundo e complementá-lo (folhas volantes, panfletos políticos, programas, cartazes etc.), estabelecer permutas regulares de publicações quer com outras bibliotecas quer com outras instituições de carácter cultural museus e arquivos ou Centros de Estudos (Nunes, H.B.:1996, 134). Se a incorporação se reveste aqui de grande e vital importância, a selecção não o é menos “caberá a cada biblioteca definir com rigor os seus critérios de selecção e eliminação, de modo a evitar que aquele se transforme num depósito de papel velho ou de inutilidades (Nunes, H.B.:1988, 18). Por outro lado, é à BP, “em sequência das missões que lhe estão atribuídas e da inegável abrangência dos objectivos que a norteiam e dos serviços que presta, que cabe fazer a ligação entre [várias] instituições, providenciar o acesso a todos os tipos de catálogos, inventários e índices que se refiram à documentação local (Nunes, M. B. 2002, 64).

## 2.2.2 - Organização, localização e sinalética

“O critério determinante no sucesso da utilização ou na viabilidade de qualquer colecção é o acesso” (Nunes, M.B.: 2002, 62)

Pelas características que o fundo local detém podemos aferir que deve ter um local de destaque na Biblioteca, bem à vista dos utilizadores, por forma a que todos dele se apercebam e se sintam tentados a consultá-lo, como afirma Cardoso “o Fundo Local deve estar visível deve ocupar um lugar nobre da Biblioteca” (Cardoso: 2010, 4). Porquanto a necessidade de uma boa e cativante sinalética poderá concorrer em prol deste objectivo. “Reconhecido o prestígio, considera-se que, em regra, o fundo local deverá evidenciar-se em área de leitura geral, contudo, ponderado o valor dos documentos que o constituem, poderá distinguir-se administrativamente e espacialmente e localizar-se numa área de acesso reservado e protegido, uma vez que pode conter verdadeiras preciosidades patrimoniais” (Silva: 2012, 27). Uma sinalética apelativa ditará o sucesso deste feliz encontro entre usuários e o fundo local, afirmando-se essencial no processo comunicacional entre uns e outros, despertando num primeiro momento a curiosidade pela descoberta. “Esta facilidade no acesso, quer físico, quer através de um catálogo eficiente, será essencial, por outro lado, e como parte do fundo local pode apenas ser passível de ser consultado na Biblioteca, este deve apresentar em livre acesso, o maior número possível de documentos” (Nunes, H. B.: 1996, 136). Essencial é também que os funcionários e ou Bibliotecários conheçam muito bem o fundo para poderem orientar na sua pesquisa os utilizadores interessados, daí que se o espólio

---

<sup>39</sup> Incentivar a comunidade local a contribuir para o enriquecimento da sua História material do fundo local como fotografia, postais, recortes de jornais, revistas, panfletos, cartazes etc. Todo este material (não livro) configura-se enquanto importante testemunho das comunidades locais e transmite pontos de vista, orientações sociais, políticas e económicas de um determinado tempo “terem um carácter efémero, uma circulação meramente restrita, têm um interesse meramente factual, mas um dia serão memória, podem ajudar a fazer história. (Nunes, H. B.:1996, 134)

estiver estrategicamente colocado e for visível da zona de atendimento, mais eficaz será prestar qualquer esclarecimento ou orientação. “O centro de documentação local não tem, nem pode possuir a guarda física de todos os documentos de carácter local, mas deve possibilitar a sua localização”(Nunes, M.B.: 2002, 61). Dado que não pretendemos aqui problematizar ou questionar a legitimidade custodial ou princípios de proveniência, referimos apenas que, do ponto de vista colaborativo, é cada vez mais importante e útil elencar documentos que embora fisicamente não estejam à guarda da Biblioteca da comunidade que o produziu ou que os viram produzir, mesmo assim, seria útil que fosse garantido o acesso informacional a todos os interessados. Se nos restringirmos a falar sobre a instituição à qual cabe a responsabilidade da guarda de tais materiais, o que mais verdadeiramente pode determinar o destino de um documento não são as suas características intrínsecas de forma e/ou conteúdo, mas o seu uso, ou seja (...) o seu carácter funcional e a relação com o público a que se destina (Nunes, M.B.: 2002, 62). Nesta linha e por forma a informar o mais exhaustivamente possível os utilizadores sobre as colecções do fundo local, é conveniente a elaboração de bibliografias e catálogos ou listagens impressas referentes a este, ou elaborar bibliografias (comentadas) índices de documentos existentes noutras bibliotecas/arquivos/centros de documentação sobre a temática.

“O tratamento do Fundo Local obedece às regras de catalogação e de descrição bibliográfica normalizada que se aplicam aos outros fundos da biblioteca” (Nunes, H. B.: 1988, 18). O processo de catalogação, deve ser o mais completo possível tentando antecipar as potenciais necessidades e as pesquisas dos utilizadores (Silva: 2012, 82). A existência de catálogos completos e bem organizados determinam o sucesso da pesquisa, o entusiasmo que pode implicar a reincidência ou a desistência de um utilizador, ou de um simples curioso.

Como é evidente, a biblioteca disporá dos catálogos habituais podendo dispor de um especial para o Fundo Local para informar mais exhaustivamente o que possui. De grande utilidade será também a informação regular sobre, por exemplo, novas aquisições, ou incorporações, mantendo desta forma sempre actualizado o catálogo do Fundo e os utilizadores interessados. A dinamização do fundo local depende também da adequada divulgação da sua existência aos seus potenciais utilizadores, ou seja, à comunidade local. Segundo Nunes “para começar deve ser feita uma boa publicidade sobre a sua existência e possibilidade de utilização, o que se consegue através da edição de desdobráveis ou cartazes amplamente distribuídos” (1988, 19), ou através da realização de actividades com os materiais que o formam, constituindo assim uma forma subtil de apresentação.

Por isso, planificar e executar actividades educativas e culturais intrinsecamente ligadas à comunidade local, na (pela) Biblioteca terá tanto mais êxito quanto melhor se conhecerem os utilizadores para ser mais fácil ir ao seu encontro e das suas aspirações. Nesta lógica de sistema aberto e actuante estão a organização de actividades que possam promover a biblioteca, apresentá-la aos cidadãos, bem como às suas colecções e fundos de forma cativante, sem imperativos e exigências.

Estas acções podem ser um poderoso cartão de visita àquela casa que deve ser de todos pese embora alguns bibliotecários continuem sonhando - “por ingénua desejo de status e prestígio institucional - com leitores eruditos e bem vestidos, quando deveriam rejubilar-se com a visita acanhada do lavrador maltrapilho que indaga sobre princípios de puericultura” (Miranda António:1978, 69-75). Falamos desde simples exposições de curta duração onde a comunidade local se possa ver retratada numa abordagem a um simples tema festivo ou de interesse comunitário, às tertúlias temáticas, aos encontros de escritores (da terra), às compilações e publicações para as quais o fundo local concorre, e com as quais o fundo local pode ficar mais rico.

À biblioteca enquanto *lugar de memória* (Nora: 1984) cabe recolher, preservar e divulgar as memórias da comunidade que serve, através do fundo local, tal como diz Lage, ele é “uma das razões de ser das bibliotecas municipais e arquivos municipais, constituindo mesmo para algumas delas o elemento fundador, matriz da sua identidade e fermento de identidade da própria localidade/região consideradas como colectividades históricas e vivas e, na medida em que se trata de colecções que compõem a memória local, permitem conhecer-lhe de modo mais preciso e próximo a história, a cultura, a língua, os costumes, favorecendo pois o sentimento de pertença das populações à comunidade local e/ou regional” (2002, 61).

## 3 - Do lugar, dos actores e da Biblioteca

À medida que caminhando se vai fazendo o caminho, e aqui chegados torna-se pertinente fazer a seguinte reflexão: em que medida pode contribuir a BM de Almeida para um maior e mais completo conhecimento da comunidade que a envolve? Qual o diálogo que pode promover com os seus utilizadores para a concretização da sua missão? Qual o seu contributo para a preservação do património do (seu) sítio e sequentemente da memória e identidade do povo?

A biblioteca enquanto lugar de desassossego cultural deve promover e incentivar o acesso democrático à informação, aos recursos e materiais que custodia. A sua orientação deve ser antropobibliocêntrica contribuindo para cimentar valores de cidadania e a sua missão deve incidir na disponibilização aos utilizadores de produtos e serviços bem como satisfazê-los em todas as suas necessidades e ânsias informacionais. Deve por isso procurar distanciar-se definitivamente do “complexo Guttembergiano que invadiu de tal forma o seu universo e a mentalidade dos bibliotecários que os levou a elegerem como missão, a conservação física e intelectual do livro, produto por excelência desse complexo, esquecendo-se da verdadeira alma do seu negócio, a relação que estabelecem com o seu meio ambiente” (Silva, A.M. 2002, 117).

Esta mudança de paradigma, do acervo para a informação prevê que a biblioteca “passe a considerar em primeiro lugar o serviço aos leitores, que se pressupõe serem cidadãos emancipados”<sup>40</sup> e tenha responsabilidades ao nível do desenvolvimento económico, político e cultural da comunidade, contribuindo da mesma maneira para a preservação do seu património, memória e identidade.

### 3.1 Do lugar (de Almeida): enquadramento do sítio

“Ao norte de Vilar Formoso estende-se, a perder de vista, um planalto (de grande produção de cereais) que ondula, muito ao de leve, entre 650 e 800m de altitude. É uma paisagem uniforme e simples, mas não isenta de belas perspectivas, sobretudo ao amanhecer ou ao cair do sol. Quem a contempla, nota por força - como nas campanhas de Castelo Branco ou Idanha - o indefinido travo de melancolia, que nasce como uma espécie de aragem metafísica, do fundo de toda a planície e, em mais do que em nenhuma, da planície perenemente ligada ao drama de Quixote, que é vizinha.” (SANT’ANNA: 1985, 964)

Para um melhor entendimento do contexto envolvente à BP de Almeida seleccionamos algumas notas históricas sobre o concelho, mormente sobre a vila, porque é assaz pertinente

---

<sup>40</sup> FURTADO, José Afonso - *As Bibliotecas Públicas, as suas missões e os novos recursos de informação*. Disponível em [WWW.URL<http://www.academia.edu/630123/As\\_bibliotecas\\_publicas\\_as\\_suas\\_missoes\\_e\\_os\\_noVos\\_re\\_cursos\\_de\\_informacao](http://www.academia.edu/630123/As_bibliotecas_publicas_as_suas_missoes_e_os_noVos_re_cursos_de_informacao)

perceber e conhecer os contextos e as configurações dos lugares, como a comunidade que nele habita para melhor entendermos as necessidades da sua preservação.

A biblioteca deve tanto convidar a entrar como sair ao encontro das suas gentes, património e história.

O imenso território do concelho de Almeida é constituído por vinte e nove freguesias e oito anexas, ocupando uma superfície de 520,6 km<sup>2</sup>. O respetivo termo municipal apresenta a configuração actual desde finais do século XIX. Inicialmente, o concelho era formado pelas freguesias de Almeida, Junça e Vale da Mula. Em 1834, pela nova divisão administrativa, foi aumentado com as freguesias de Castelo Bom, Cinco Vilas, Freineda, Malpartida, Naves, Reigada, S. Pedro do Rio Seco, Vale de Coelha e Vilar Formoso. Em 1855, a supressão do concelho de Castelo Mendo determinou a anexação das suas freguesias ao do Sabugal, onde se mantiveram até 1870, passando então para o de Almeida: Castelo Mendo; Azinhal; Peva; Freixo; Mesquitela; Monte Perobolso; Ade; Cabreira; Amoreira; Leomil; Mido; Senouras e Aldeia Nova. Em 1883, recebeu do Sabugal as freguesias Malhada Sorda e Nave de Haver. Em Junho de 1895, perdeu Reigada e Cinco Vilas que foram anexadas ao de Figueira de Castelo Rodrigo. Por último, em 1895 pelo Decreto de 12 de Julho, as freguesias de Miuzela, Parada, Porto de Ovelha e Valverde passaram a fazer parte do Município de Almeida, sendo a última desanexada de Pinhel e as restantes do Sabugal. Deste modo, ficou definitivamente constituído o concelho de Almeida com 29 freguesias. Após a recepção do projecto da UTRAT, a Assembleia Municipal de Almeida deliberou aceitar a agregação das Freguesias de Aldeia Nova, Leomil, Mido e Senouras, numa Freguesia designada por “União das Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova”, com sede em Mido; aceitar a agregação das Freguesias de Ade, Castelo Mendo, Mesquitela e Monteperobolso, numa Freguesia designada por “União das Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela”, com sede em Monteperobolso e aceitar a união das Freguesias de Azinhal, Peva e Vale Verde, numa Freguesia designada por “União das Freguesias de Azinhal, Peva e Vale Verde”, com sede em Peva. Foram também agregadas as Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha, Malpartida e Vale de Coelha e Parada, Amoreira e Cabreira.

A sua imagem vincada e própria, plena de identidade que lhe adveio da história comum à extensa faixa riba-cudana, é constituída por uma malha de complementaridades relacionadas com o património intangível que os antepassados foram tecendo, quer estivessem num ou noutro lugar. Se do tangível retemos o imenso património militar com castelos (de Castelo Mendo e Castelo Bom), a fortaleza, as atalaias, os redutos, as torres fortificadas, do religioso as alminhas, as igrejas com tectos de decoração mudéjar, as sepulturas antropomórficas; do imaterial falamos de capeias raianas, touradas, contrabando, penhas<sup>41</sup>, romarias à Sr.<sup>a</sup> da Ajuda, aromas de roscas de bolas doces, bolas pardas, ginjada e licores.

---

<sup>41</sup> As “Penhas” são uma outra curiosidade que recentemente se instalou na freguesia de Almeida, vinda de Vilar Formoso e oriunda de Espanha, consiste, em poucas palavras, num grupo de pessoas que se agrupam em penhas ou clãs, com regras, usos e trajes próprios e cujo objectivo é a tertúlia, por outras palavras são clubes privados em que para se associar é necessário passar pela aprovação dos membros e, em alguns casos, por “rituais de iniciação”, tendo sempre em mente a boa disposição e a diversão.

Se a condição geográfica e histórica deste território, distribuído de um lado e do outro da fronteira natural que foi o Rio Côa, lhe concedeu um carácter próprio, isso advém-lhe quer da sua condição física, geográfica, orográfica, clima, coberto vegetal, quer das características da ocupação humana ao longo de dezenas de milénio e das actividades que aqui se desenvolveram.

Em traços gerais, Almeida localiza-se na Beira Interior Norte (fl.A:1,2)<sup>42</sup>, mais propriamente no território riba-cudano, circunscrito a norte pela formação montanhosa da Serra da Estrela e com ligação geomorfológica à Meseta castelhana. Esta sub-região raiana do Cima-Côa, de ancestrais fronteiras políticas, é partilhada pelos municípios limítrofes de Figueira de Castelo Rodrigo e Sabugal, apresentando características muito específicas, as quais lhe conferem uma relativa homogeneidade física e humana, “de tal forma consistente e particularizada, desde o período medieval, que o tempo ainda não logrou apagar esse conteúdo margeante” (Conceição: 2002, 26). Para além da marca castrense ao longo desta faixa territorial, a paisagem é coarctada por heterogeneidades físicas que a distinguem e a unificam, e se é parca a variedade policroma dos cenários, marcados essencialmente por afloramentos rochosos, o mesmo não se pode dizer relativamente às configurações da paisagem de extraordinária beleza serpenteante.

O território configura-se numa área de planalto, de declives suaves, levemente ondulada, onde apenas os seus extremos norte (zona Duriense) e sul (Serra da Malcata) são mais acidentados, sendo atravessado pelo rio Côa, a principal linha de água desta região: A rede hipsométrica complementa-se para além do Côa com o rio Águeda e com a ribeira dos Tourões (que correm entre Almeida e Ciudad Rodrigo) e com o rio Seco e a ribeira das Alvercas (em território português) fazendo variar as planuras, intercalando-as com zonas de maiores declives, marcando simultaneamente a paisagem com os percursos sinuosos das intensas falhas tectónicas nesta zona, marcando uma crucial importância que ultrapassa em muito a sua dimensão física, ou não tivesse sido a linha do Côa a fronteira portuguesa até aos finais do século XIII (fl. A:3, 4):

“O Côa dece pelos lugares de foginhos, Val de espinho quadrazais ao Sabugal q. lhe fica de Leste e era oposto a Sortelha q. dista dali legoa e mea a duas legoas dele p.<sup>a</sup> o Norte (...) mais abaixo ficava Castello mendo oposto a Vilar maior e castllobõ, Pinhel, a Alm.d<sup>a</sup> e Castello R.<sup>o</sup> Marialua, a Castello melhor correndo o côa por entre hus e outros ate hir desagoar no Douro em V.<sup>a</sup> Noua de foz Côa” (Saraiva: 1930, 439-463).

Em 1296, esta sub-região raiana, demarcada pelo vale profundo do Côa, foi integrada em território português, o que contribuiu largamente para explicar a abundância de castelos medievais na raia da Beira (Gomes: 1996, 19). Acerca da tomada de Riba-Côa por D. Dinis, dizem as nossas crónicas o seguinte:

---

<sup>42</sup> Ver anexo, folha A, fig.1 e 2. Doravante todas as referências fl. remetem para as folhas que constam em anexo.

“Na entrada que este anno fez em Castella el rey Dom Dinis, se lhe offerecera Dom Sancho, de que falamos, & se fizera seu vassalo, recebendo logo grandes quantias de assentamentos, mas que faltando em acompanhar a el Rey, elle voltando agora aggrauado de sua pouca palaura, lançou mão dos Castellos, & villas de Riba de Côa, de que era Senhor Dom Sancho” (Brandão: 1975, fls. 243 e 243 vº.)

Almeida, enquanto sede do concelho, logrou, desde cedo, de uma centralidade geoestratégica preponderante, foi-se transformando numa das principais portas do reino, onerando por isso múltiplas responsabilidades desde D. Manuel até D. João IV, data do início da construção da sua cintura abaluartada. Por isso, podemos mesmo afirmar que é com a Restauração que Almeida adquire o seu incontroverso valor estratégico, enquanto porta de acesso ao coração do reino, *primus inter pares* de uma malha de fortificações com comunicação constante entre praças de vanguarda e retaguarda de matriz medieval.

Desde 1641 e até 1888, data em que a fortaleza recuperaria a categoria de 1ª classe embora por breve tempo, o frenesim do imenso estaleiro de obras de melhoramentos, de ensaios de soluções, de escola, de reconversões e actualizações foi quase ininterrupto.

A matriz cadastral urbana hoje mantém-se no essencial, um núcleo urbano de configuração ovalada e um conjunto de linhas orientadoras subordinadas a dois elementos principais: o Castelo e Igreja Matriz, à volta dos quais se distribui a malha urbana, marcada por um eixo delimitador, e que, por sua vez, faz surgir um conjunto de perpendiculares ao longo dos quais se distribuem outros quarteirões (fl:B,1,2).

A construção da fortificação a partir de 1640, no quadro das Guerras da Restauração, veio introduzir alterações significativas à Vila que então se transformava em Praça de Guerra. A nova muralha começou por selar um perímetro urbano, opressão essa bastante mais intensa do que o inicialmente previsto, dada a redução de sete para seis baluartes a que foi sujeito no ano de 1645. Este constrangimento urbano não viria a diminuir, a não ser em meados já do século XX, verificando-se mesmo uma justaposição dos quarteirões às cortinas da muralha ao longo de toda a sua vigência militar.

Em 1810, a praça-forte cercada pelos Franceses e depois de lançadas as primeiras bombas do exército inimigo, Almeida explodia. Erro humano ou uma bomba certa no paiol do castelo fazia com que grande parte da praça se transformasse em ruínas. Muitas estruturas ficaram irremediavelmente perdidas como o castelo, a igreja matriz e outras, apesar de parcialmente destruídas, só mais tarde viriam a ser consertadas, mas já nunca com aquele fôlego construtivo que pairou na praça de 1764 até ao cerco de 1810.

Com o virar do século, um novo olhar centra-se na velha praça, outrora de guerra, agora com uma nova função, a de Monumento Nacional, de valor igualmente defensivo, em prol da História e da defesa do seu impar património, cabendo-lhe especialmente a função de rememoração da História de um povo.

Hoje no território em apreço, todos os lugares (urbanos e rurais) de um ou outro modo, conservam algo que os notabiliza e os torna particulares e únicos, ainda que apenas a sua leitura conjunta nos dê, de facto, uma percepção mais completa e coerente da sua história, “as comunidades locais, construídas por meio de acção colectiva e preservadas pela memória

colectiva constituem fontes específicas de identidades”(Castells: 1999, 84). Porquanto numa concepção mais ampla, todos estes lugares constituem o imenso mosaico do território comum quer seja do concelho, de Riba-Côa, da Beira, ou do que encorpa o território português. Face a esta importância caberá também à Biblioteca, o ónus da recolha e da preservação dessas memórias que contribuem para a construção da identidade dos povos.

### 3.2 - Dos actores (do território) a potenciais utilizadores da Biblioteca

“ A biblioteca parece querer muitas vezes, impor um modelo de cultura estranho ao próprio habitat (portanto alienadamente), em vez de hastear-se na dinâmica dos valores culturais em germinação na comunidade” (Miranda: 1993, 227)

Se são os utilizadores que fazem a biblioteca, é igualmente verdade que é a biblioteca que deve seduzir e (in)formar os seus utilizadores, sendo esta uma relação biunívoca, de diálogo e parceria. Fundamental “é que a biblioteca conheça as diferentes categorias de públicos a que a ela podem acorrer para melhor satisfazer as suas necessidades ou expectativas e simultaneamente surpreende-los com a descoberta de mundos e conhecimentos ignorados” (Nunes, M.B.: 2005, 34) daí a necessária “mediação entre públicos e patrimónios” (Rotés e Cervantes: 2005, 412) de outra forma como poderia um utilizador comum entender (sozinho) por exemplo o engenho construtivo, que superintendeu a construção da cintura muralhada de Almeida ou descodificar as mensagens que os diferentes tempos lograram deixar-lhe?

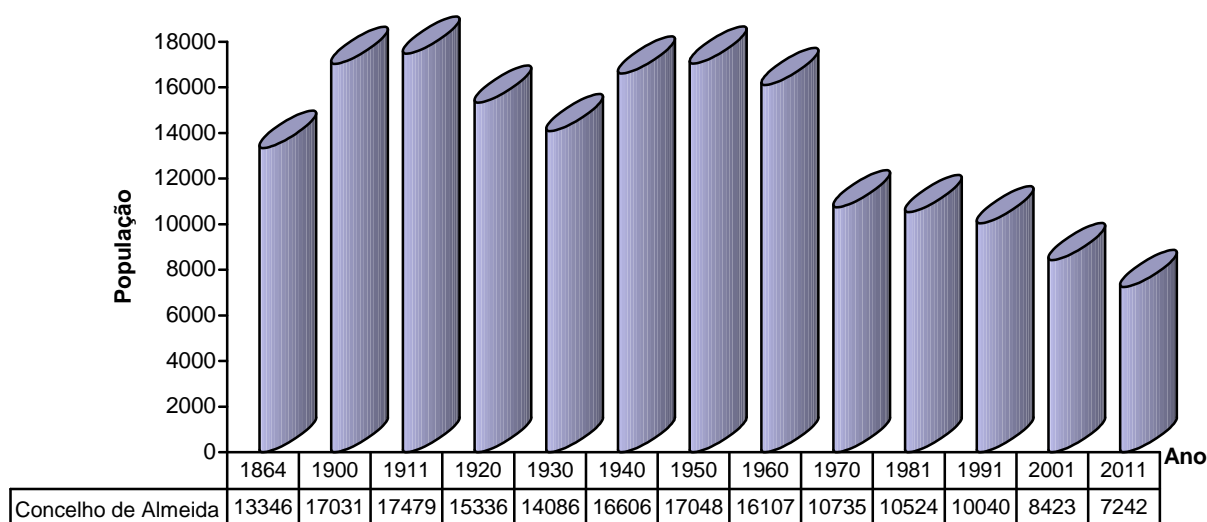
A premência colocar-se-á na necessidade da BP em encontrar formas eficazes para conseguir atrair público, adoptando estratégias de comunicação tão diversificadas quanto praticáveis para que aquele seja vasto e heterogéneo, animando os ocasionais para os tornar assíduos, persuadindo os habituais para que aumentem a sua afluência à instituição e organizando actividades que convertam a sua visita numa experiência agradável e gratificante: “atraer, desarrollar y retener el público son objetivos (...) que en su forma más simple, (...) se reducen a tres tareas: primero, conquistar a las personas (...); segundo, persuadirlas para que repitan la visita (...); tercero, competir eficazmente com otros proveedores de actividades de ocio (...)” (Kotler & Kotler: 2001, 67). Nesta perspectiva é importante reter a incumbência da Biblioteca no que concerne ao reforço da sua missão e consolidação da sua identidade junto dos utilizadores que serve, comunicando-lhes eficazmente os seus valores e disponibilizando-lhes os recursos de que dispõe.

Mas para que os utilizadores possam estar em primeiro lugar, é necessário conhecê-los saber quem, e como são, para isso é necessário que o bibliotecário saia de traz da sua secretária, abandone o “seu” gabinete, (aquele que normalmente é longe do contacto directo com eles) e os procure em tantos, quantos possíveis contextos, desde a sala de leitura à escola, ao emprego, ao jardim público, ao lar de idosos. Um bom bibliotecário não é aquele tecnicista que vive embrenhado em polémicas de vírgulas, pontos e traços, é aquele que conhece o

público que “frequenta” a biblioteca enquanto estrutura física ou virtual (Cabral:1996, 41-42).

Em jeito de síntese, a biblioteca deve ser causa e a consequência da sociedade onde se insere, Drucker refere mesmo que as bibliotecas antes de definirem a sua missão devem interrogar-se sobre para o que é que existem e porque é que existem (1974, 530). Para nós, estas duas questões são prementes, contudo deve acrescentar-se às precedentes mais uma, para quem existem? Foi nesse seguimento que procurámos saber quem são os potenciais beneficiários da BM de Almeida e para isso procurámos ler o que nos dizem os indicadores e fomos juntando as variáveis em função do objecto de estudo. Alertamos, no entanto, para o facto de que esta abordagem não é, nem pretende ser, um estudo demográfico exaustivo, é apenas uma achega ao contexto social envolvente à Biblioteca que nos interessa estudar.

Relativamente ao concelho de Almeida, tal como foi anteriormente referido, possui uma área de aproximadamente 520 Km<sup>2</sup>, e, segundo dados dos últimos censos (2011) caracteriza-se por ser demograficamente deprimido tendo uma densidade populacional de 13,8 indivíduos por quilómetro quadrado, do mesmo modo a região centro apresenta para o mesmo indicador um valor de 83,3 Pop./Km<sup>2</sup>. Refira-se que nesses Censos foi apurada uma população residente de 7242 indivíduos, dos quais 3847 são do sexo feminino. De facto, verificavam-se no passado e ainda se verificam no presente, um conjunto de factores desincentivadores à permanência, embora actualmente menos acentuados, essencialmente assentes nas características de interioridade, que se traduzem em algumas dificuldades de acessibilidade interna, no clima agreste, num solo pobre, numa actividade económica baseada na agricultura de subsistência e na situação de fronteira favorável à emigração.



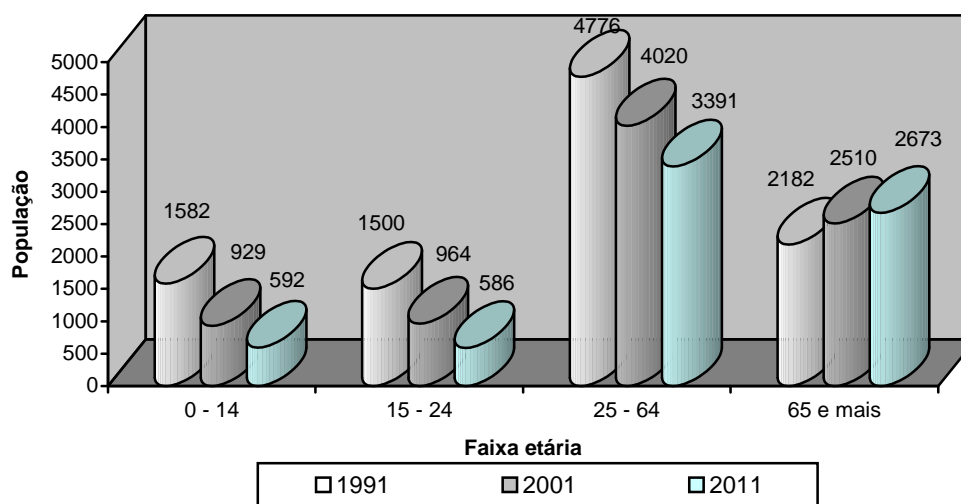
**Fig. 3.1 - Evolução da população residente no Concelho de Almeida entre 1864 e 2011 (Fonte: INE - Censos 2011)<sup>43</sup>**

<sup>43</sup> INE - Censos 2011: resultados definitivos: XV recenseamento geral da população: V recenseamento geral da habitação. Disponível em

A figura 3.1 mostra-nos a evolução da população residente no concelho de Almeida entre 1864 e 2011 e nela podemos verificar um decréscimo contínuo dos habitantes ao longo dos anos, tal como mostram os dados do INE a cada dez anos. Historicamente sabemos que na década de cinquenta do século XX, a população do concelho era quase o dobro da actual e que numa primeira fase (até aos anos sessenta), se assiste a um crescimento da população em resultado de um ambiente social que privilegiava a elevada natalidade e as famílias numerosas (figura 3.1). Do mesmo modo, os indicadores da tabela 3.1, **evolução da população residente no concelho de Almeida entre 1981 e 2011** (data da realização dos últimos censos) revelam-nos um decréscimo constante. Analisando década a década podemos ver que na de 80, o decréscimo da população residente foi de -4,6% e na década de 90 esse declínio foi consideravelmente superior (-16,1%), situação que provavelmente resultou da livre circulação de pessoas e mercadorias entre países da União Europeia. Situação análoga é reflectida pelos resultados do último recenseamento realizado em Portugal na primavera de 2011. Os dados dos últimos censos indicam-nos contudo que a tendência desta conjuntura económica, designadamente a perda de muitos postos de trabalho e de dinamismo comercial, resultou do êxodo em massa de população essencialmente para o litoral.

**Tabela 3.1 - Evolução variação da população residente no Concelho de Almeida entre 1981 e 2011 (Fonte: INE - Censos 1991, 2001 e 2011)**

1981	1991	VARIAÇÃO 81/91	2001	VARIAÇÃO 91/01	2011	VARIAÇÃO 01/11
10.524	10.040	-4,6%	8.423	-16,1%	7.242	-14,0%



**Fig 3.2 - População residente por grupos etários no Concelho de Almeida (Fonte: INE - Censos 2011)**

Os dados da figura 3.2 e da tabela 3.2 mostram-nos a **população residente por grupos etários no concelho de Almeida** e os valores apresentados não deixam dúvidas: a partir da década de noventa no concelho de Almeida, e pelo que podemos apurar verificou-se um envelhecimento populacional extremamente significativo, facto que se manteve na primeira década do século XXI. Assim, e consolidando os dados já referidos, salienta-se que a população portuguesa envelheceu e a população concelho de Almeida não foi excepção, tal como mostram os vários indicadores populacionais locais (fig. 3.2 e tabela 3.2).

**Tabela 3.2 - Evolução da população residente por faixa etária, no Concelho de Almeida (Fonte: INE - Censos 1991, 2001 e 2011)**

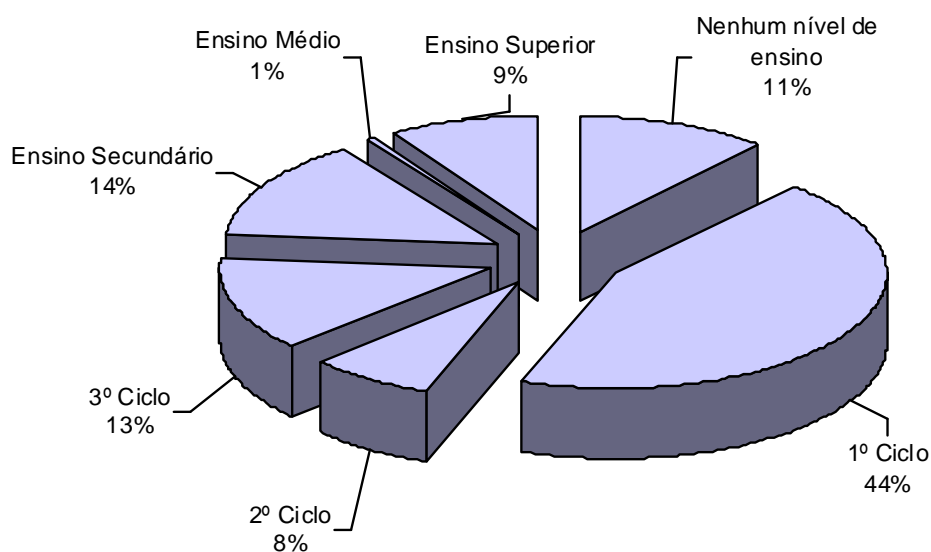
Período Faixa Etária	1991	2001	2011	Variação 01/11
0-14	1582	929	592	-36,3%
15-24	1500	964	586	-39,21%
25-64	4776	4020	3391	-15,7%
+65	2182	2510	2673	6,5%

Do número total de habitantes em 2011 (7242) verifica-se que a população com idade superior a 65 anos (2673 indivíduos) é superior ao número total de indivíduo correspondentes às faixas etárias dos 0 aos 14 anos (592) e dos 15 aos 24 anos (586) respectivamente. Por conseguinte, o índice de envelhecimento da população do concelho de Almeida (451,52%) é bastante superior ao da sub-região da Beira Interior Norte (102,49%) e da Região Centro (163,43%). Olhando agora os dados apresentados na tabela 3.2, a realidade repete-se porquanto que em 1991 o índice de envelhecimento<sup>44</sup> era de 137,9%, em 2001 era já de 270,2%, ou seja, em 2001 no concelho de Almeida por cada 100 jovens, existiam cerca de 270 idosos. Hoje por cada 100 jovens existem 451 idosos. Neste contexto, iremos também verificar o índice de dependência<sup>45</sup> agravado nestas regiões pelo peso da população idosa. Verificamos assim, no concelho de Almeida um índice de dependência em 2011 de cerca de 82,1%, ou seja, por cada 100 pessoas existem 82 dependentes.

Quanto ao nível de instrução (ver figura 3.3), quase metade da população residente no concelho e que já concluiu os seus estudos apresenta apenas o 1º ciclo (44%) como habilitações literárias, seguindo-se o grupo com o ensino secundário (14%). Os restantes níveis de escolaridade detêm representatividades baixas, mas muito próximas umas das outras. A população que detém o 2º e o 3º ciclo é apenas 8% e 13% respectivamente e a que tem o ensino superior é também próxima (9%). Salientamos ainda que 11% da população não sabe ler nem escrever.

<sup>44</sup> Índice de Envelhecimento = Pop. ≥65 anos / Pop. <15 anos\*100

<sup>45</sup> Índice de Dependência = (Pop. ≥65 anos + Pop. <15 anos) / (Pop. ≥15anos e <65 anos) \*100



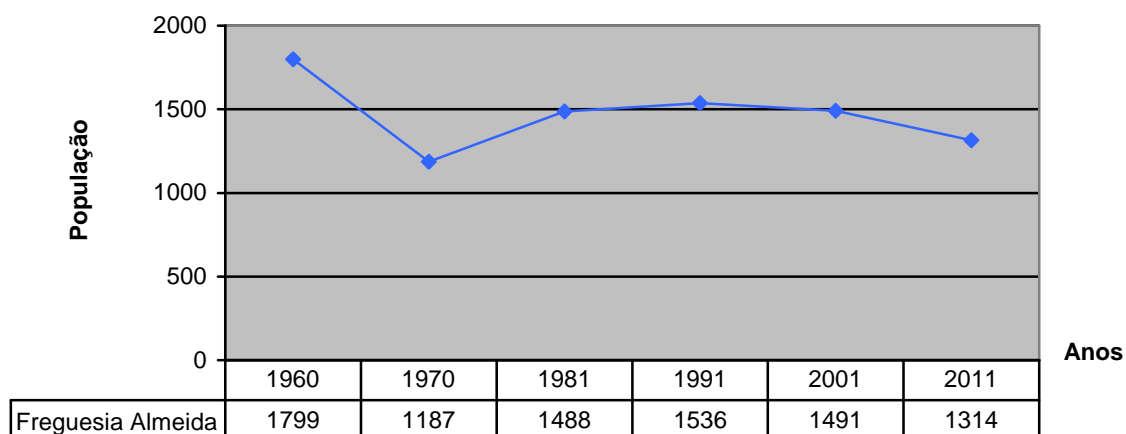
**Fig. 3.3 - População residente segundo o nível de ensino no Concelho de Almeida (Fonte: INE - Censos 2011)**

Na senda da caracterização da população referimos que, de acordo com os dados dos últimos Censos, o número de desempregados é de 10.13% com distribuição equitativa entre homens e mulheres, sendo que, 32% corresponde à população activa e 40% a pensionistas. Relativamente às actividades ocupacionais é de referir que a maioria da população activa trabalha no sector terciário (1697 pessoas), sendo que 413 trabalham no secundário e apenas 206 indivíduos se dedicam à agricultura. Conforme os dados definitivos dos Censos 2011, as profissões predominantes são aquelas que não exigem qualificações elevadas registando-se um número de trabalhadores *sem qualificações* que totalizam os 335 indivíduos, salientando-se ainda que no grupo correspondente aos *serviços e vendedores* existem 681 pessoas, seguindo-se os *artífices e trabalhadores similares* com 258 indivíduos e os *operadores de máquinas* com 171. Seguem-se os *técnicos profissionais de nível intermédio* com 162 e os *administrativos e similares* com 158 e apenas 20 nas *forças de segurança*. Nas profissões qualificadas registam-se 159 pessoas para os *quadro superiores técnicos da administração pública, dirigentes e administração de empresas*, 157 indivíduo no grupo de profissionais de *Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, Criação de Animais e Pescas* e 215 para *profissões intelectuais e científicas*.

### 3.2.1 - Dos residentes de Almeida:

Afunilamos agora a análise à freguesia de Almeida por serem os seus habitantes os potenciais frequentadores/utilizadores mais directos da Biblioteca. Esta, que se advoga pública enquanto serviço de base local, tem a responsabilidade de ir ao encontro das necessidades da comunidade local e deve operar no contexto dessa comunidade. De que forma o pode fazer se

não conhecer os seus múltiplos contextos e as suas aspirações? Fomos por isso conhecer os habitantes de Almeida, aqueles que convivem lado a lado com a Biblioteca... um espaço público deles, e de encontros.



**Fig. 3.4 - Evolução da População na Freguesia de Almeida. (Fonte: INE - Censos 1991, 2001 E 2011)**

A figura 3.4 e a tabela 3.3 mostram-nos a **evolução da população na freguesia de Almeida** e como podemos constatar, nas décadas de 80 e 90, a população da freguesia de Almeida manteve-se, isto é, não teve evoluções quer positivas quer negativas muito significativas. No entanto, verifica-se agora uma queda bem mais acentuada do que as registadas anteriormente, atingindo uma variação negativa de quase 12% na última década.

**Tabela 3.3 - Evolução da variação da população residente freguesia de Almeida entre 1981 e 2011. (Fonte: INE - Censos 1991, 2001 e 2011)**

1981	1991	VARIAÇÃO 81/91	2001	VARIAÇÃO 91/01	2011	VARIAÇÃO 01/11
1488	1536	3,2%	1491	-2,9%	1314	-11,9%

A tabela 3.4 mostra-nos a **evolução da população residente por faixa etária, na freguesia de Almeida** e nela podemos observar que tal como se aferiu para o concelho, também na freguesia de Almeida se constata um envelhecimento progressivo da população, uma vez mais devido à diminuição bastante significativa da população com idade inferior a 15 anos (-42,1%) e ao aumento da população com mais de 65 anos de idade (23,8%). Esta estrutura demográfica é prejudicial para a região na medida em que a população se mantém à custa da diminuição da taxa de mortalidade, não se verificando uma renovação das gerações nem a região é atractiva ao investimento económico (mão-de-obra insuficiente e pouco qualificada) e à imigração

Tabela 3.4 - Evolução da População Residente por Faixa Etária, na freguesia de Almeida. (Fonte: INE - Censos 2001 e 2011)

Período Faixa Etária	2001	2011	Variação 91/01
0-14	202	117	-42,1%
15-24	216	126	-41,7%
25-64	770	696	-9,6%
+65	303	375	23,8%

Segundo os resultados definitivos dos Censos 2011, o índice de envelhecimento<sup>46</sup> verificado para a freguesia de Almeida em 2011 foi cerca de 320 %, ou seja, por cada 100 jovens existem 320 idosos. Este índice teve uma evolução considerável relativamente a 2001 (na altura o índice era de 150%, isto é., por cada 100 jovens existiam cerca de 150 idosos), verificando-se um aumento em 170 pontos percentuais. Neste contexto, iremos também verificar o índice de dependência<sup>47</sup>, que na freguesia de Almeida é de 59,9%, ou seja, por cada 100 pessoas existem aproximadamente 60 dependentes. Mesmo assim, menos do que na totalidade concelho, aproximando-se até da média da região centro que de acordo com os dados do INE se encontra nos 55,5%.

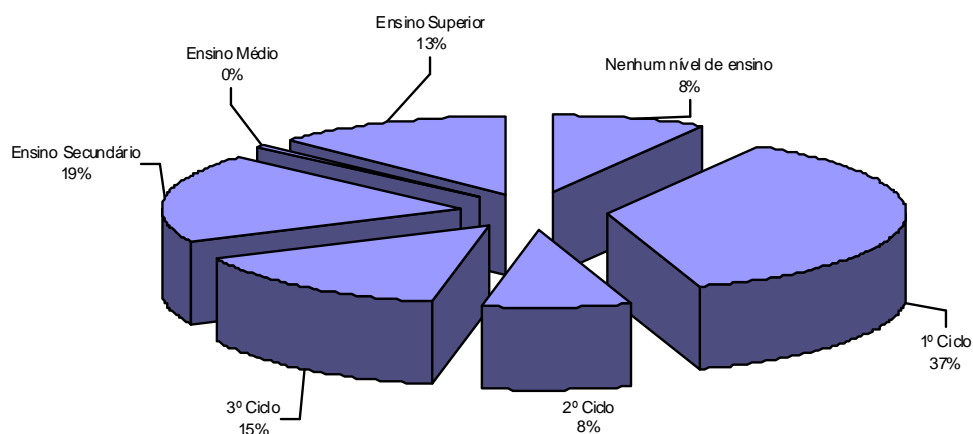


Fig. 3.5 - População Residente segundo o nível de ensino na Freguesia de Almeida (Fonte: INE - Censos 2011)

<sup>46</sup> Ver nota n.º 44

<sup>47</sup> Ver nota n.º 45

Como podemos constatar através da figura 3.5, o nível de ensino situado no 1º Ciclo representa cerca de 37% da população, uma percentagem demasiado elevada que se deverá tentar inverter. Ainda se torna mais grave quando o grupo que não possui qualquer nível de ensino representa 8%, ou seja, quase metade da população (45%) apresenta habilitações ao nível do 1º ciclo (4ª classe) ou inferiores.

## Consolidando

“A BP deve assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa”  
(Manifesto IFLA 1994)

Baseado na análise dos dados estatísticos e demográficos do concelho de Almeida e dada a constatação de que possuímos enquanto potenciais utilizadores, um número representativo de seniores, são prementes algumas questões: terá a BP de Almeida hoje uma acção planeada e concertada que vá de encontro a esse segmento de público? Disponibiliza a BP um serviço de empréstimo domiciliário ao utilizador sénior com mobilidade condicionada? Prevê a Biblioteca a saída dos seus muros para se aproximar do utilizador sénior e satisfazer algumas das suas necessidades elementares de leitura? E aos idosos institucionalizados, o que tem a BP para lhes oferecer?

Que tipo de actividades/serviços educativos disponibiliza a biblioteca ao público sénior?

Desta forma, e como temos vindo a referir, a BP enquanto instituição orgânica tem de se adaptar aos novos contextos, tanto locais como emergentes que impõem sempre novas configurações, lógicas de funcionamento, relações, e naturalmente o abandono das premissas subjacentes a um sistema fechado, solene e pouco convidativo.

A sociedade actual enfrenta hoje o drama do envelhecimento populacional progressivo, e nessa linha, a BP enfrenta também novas realidades, por isso terá de encontrar um “novo” modelo que a conduza a uma inevitável mudança de postura, não sendo porém necessário alterar no essencial a sua missão, o contexto é hoje diferente e por isso impõe-se a reformulação adequada das suas acções. Ora, do mesmo modo que a BP deve assegurar serviços de qualidade para um público infante-juvenil há que garantir em proporção igual uma adequada prestação de serviços e reformulação de espaços ao público sénior. Para que as BPs possam ser bem sucedidas e terem papel relevante junto desse segmento da sociedade, é fundamental que potenciem novas práticas, ofertas de actividades, bens e serviços devidamente planificados, formando assim, um quadro de referência nos serviços prestados em prol do público sénior.

Acreditamos ser importante que haja uma acção conjunta a nível, nacional (entre a BAD e DGLB), regional, local (município, associações de solidariedade social) e instituições de ensino superior, no sentido de unirem esforços em prol de objectivo comum que seja: implementar políticas públicas que favoreçam o desempenho das bibliotecas na realização da sua missão, quer no contexto de Aprendizagem ao Longo a Vida, quer no contexto da info-inclusão. Por outro lado, parece-nos útil que BP e seniores se comprometem com objectivos comuns de

bem público: uns, com precioso contributo de vivências para o fundo local; outros, na participação activa com vista à sua inclusão<sup>48</sup>.

Os dados estatísticos para os níveis de literacia concelho/freguesia de Almeida (figura 3.5) são também pouco animadores: quase metade da população apresenta habilitações ao nível do 1º ciclo (4ª classe) ou inferiores, situação que se verifica quer no concelho quer em Almeida. Estes dados podem confirmar, em parte, a relação pouco amistosa dos portugueses com a leitura que se generaliza também pelo país tal como nos diz Miguel Esteves Cardoso: “O português resiste aos livros como aos Castelhanos; ou o português é uma criatura maravilhosa - assim como fala mas não ouve, escreve, mas não lê (Cardoso: 1986).

Ora, tal como refere H.B. Nunes, “não se pode obrigar ninguém a ler, mas pelo menos temos obrigação de criar condições e incentivos para que as pessoas, (...) leiam (Nunes, H.B.: 1994, 55), neste sentido, tal como “ler não suporta imperativo, e o gosto pela leitura cria-se estimula-se, não se impõe,” (Pennac: 2010) cabe à BP criar estímulos à leitura, o gosto pelo livro, planificando actividades de promoção do livro e da leitura, enquanto trampolim de acesso à consciência cívica.

Ainda que cada vez mais se esteja a perder o hábito (ou nunca se tenha tido) de “ler”, quer fazendo uso de múltiplos sentidos (tacto, olfacto, a visão - para o livro), ou apenas do indicador (porque esta geração vive o fascínio do digital - para o *e-book*), cabe, à BP encontrar formas novas, modelos expeditos que permitam fazer chegar o livro aos públicos jovem, adulto ou sénior independentemente do suporte.

Temos porém que considerar que há diferenças entre o universo de leitores. Há-os que precisam de ser resgatados, e outros que precisam de ser formados<sup>49</sup>. Quando se fala em resgatar leitores, trata-se de desenvolver actividades que tragam de volta à leitura (literária) indivíduos que tendo desenvolvido as necessárias competências leitoras, pelos motivos mais variados, tornaram-se *não-leitores*. O segundo grupo referenciado é aquele que o desenvolvimento de hábitos e competências leitoras lhes permitem a compreensão e a análise crítica de textos não familiares de média ou grande complexidade, e cuja formação começa desde tenra idade, sem limite para terminar. Se tivéssemos que precisar o público-alvo privilegiado desta tipologia de projectos diríamos que a sua faixa etária vai dos 0 aos 15 anos de idade.

---

<sup>48</sup> O Projecto ENTITLE, é financiado pela Comissão Europeia, e focaliza-se na aprendizagem informal em BP, na promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida e no combate à iliteracia Digital e à exclusão social. A essência do projecto ENTITLE é que a aprendizagem não está adstrita às instituições oficiais de ensino, e enquadra as BP como instituições formais/informais a desempenhar um papel importante neste contexto. O projecto está estruturado através de seis directrizes, que foram desenvolvidas com base num conjunto de diferentes acções e resultados de projectos anteriores da União Europeia (o projecto Pulman foi um deles): Estratégias, políticas e defesa das bibliotecas públicas na promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida; As bibliotecas e o contexto da Aprendizagem ao Longo da Vida; Planeamento e gestão dos serviços de aprendizagem; recurso, avaliação; O ambiente de Aprendizagem. Em Portugal, o projecto materializado na acção Ulisses teve como objectivo o desenvolvimento de competências na Literacia da Informação, na Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa, através da implementação das Directrizes IFLA sobre Literacia da Informação para aprendizagem ao Longo da Vida - ENTITLE (2009d) em (Bezerra: 2001, 161)

<sup>49</sup> Esta referência foi retirada do interessante projecto desenvolvido pela Biblioteca Municipal de Ílhavo intitulado em 2007 “Ler para crescer” Disponível em WWW:<URL:http://www195.23.38.178/casadaleitura/portalpha/bo/documentos/proj\_crescer\_a\_2.pdf

Nesta lógica de pensamento será contraditório gizar um projecto de promoção da leitura para um público sénior - enquanto comunidade que na sua maioria, para a realidade apresentada, não possui as mínimas competências de leitura - no entanto esta característica, por si só também não significa que os deixemos de fora das actividades relacionadas com a leitura. Assim sendo, cada público é um público específico e para cada um há que encontrar as actividades adequadas às suas características, necessidades e expectativas.

Acresce referir que, na nossa opinião, se por ventura o êxito das iniciativas da BP, enquanto instituição *de e para todos* depender, de quando em vez, da necessidade de emprestar voz às palavras, porque não a do bibliotecário, ou técnico da Biblioteca, que numa das suas actividades, lê para o outro que não sabe, nunca aprendeu, não consegue, ou simplesmente não quer ler!

A promoção à leitura não se faz à pazada, exige um trabalho de sapa, continuado e perseverante que se vai ajustando paulatinamente, nesta crença consideramos que a BP deve trabalhar na concretização dos seus objectivos: “criar e fortalecer hábitos de leitura, desde a 1ª infância” e quando isso já não for possível, deve esforçar-se por assegurar a “cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa”.

Os jovens e as crianças embora em menor número quer no concelho, quer na freguesia, são aqueles que mais frequentam a Biblioteca, (facto colhido por observação directa e empírica) daí que a Biblioteca deva trabalhar para ir ao seu encontro quer com actividades que tenham que ver com a promoção do livro e da leitura quer com outras que se desenvolvam em torno da identidade e memória. A biblioteca deve transformar-se para estes dois públicos (crianças e jovens) em *laboratório de boas práticas*, e possibilitar a criação de condições suficientes para experimentar e desenvolver actividades que lhes facultem a oportunidade de experimentar o prazer da leitura e a excitante descoberta de obras do conhecimento e da imaginação<sup>50</sup>. Por outro lado, um conselho com uma área territorial tão alargada, com uma densidade populacional tão diminuída e apenas servido com uma biblioteca, não lograria merecer uma biblioteca móvel que se deslocasse aos utilizadores?

### 3.3 - Da Biblioteca

“(…) a Biblioteca existe ab aeterno. Dessa verdade cujo corolário imediato é a eternidade futura do mundo, nenhuma mente razoável pode duvidar. O homem, o imperfeito bibliotecário, pode ser obra do acaso ou dos demiurgos malévolos; o Universo, com a sua elegante dotação de estantes, de tomos enigmáticos, de infatigáveis escadas para o viajante e de latrinas para o bibliotecário sentado, somente pode ser obra de um deus” ( Borges: 1998, 484).

---

<sup>50</sup> Veja-se WWW:<URL:<http://www.ifla.org/files/assets/libraries-for-children-and-ya/publications/guidelines-for-childrens-libraries-services-pt.pdf>

Em 1986, por despacho do Secretário de Estado da Cultura, foi criado um Grupo de Trabalho a quem se incumbiu a tarefa de definir as bases de uma política nacional de leitura pública, a qual assentaria “fundamentalmente na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas” que, a nível central e local, mais directamente as pudessem apoiar. No relatório apresentado sugeriam-se medidas de intervenção rápidas, com orientações conceptuais e programáticas precisas sobre as bibliotecas a criar. Neste âmbito, o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) desenvolveu o plano de leitura pública de 1987, através do apoio à criação de Bibliotecas Públicas Municipais, viabilizando o estabelecimento de contratos-programa entre o IPLL e os Municípios, para a execução de uma política integrada de desenvolvimento de leitura pública no quadro de rede de BMs (Dec-lei nº 111/87 de 11 de Março). Os contratos-programa deviam ter um período de vigência mínima de quatro anos, competindo aos Municípios a iniciativa da criação da biblioteca e a responsabilidade pelo seu posterior funcionamento, e à Administração Central o apoio técnico-financeiro que permitisse a sua criação e desenvolvimento. A comparticipação de Estado podia atingir 50% dos custos orçamentais de cada projecto.

Em 1992 este projecto passará a ser da responsabilidade do IPLL<sup>51</sup>, competindo-lhe “assegurar a planificação e execução da política nacional da leitura pública, através, nomeadamente, da colaboração entre administração central e autárquica” (Dec-lei nº 106-E/92 de 1 de Junho). A criação do IPLB em 1997 continuava o projecto de Leitura Pública. Este plano que previa a criação de uma rede de bibliotecas de leitura pública (RBLP) e tinha os concelhos como área de actuação prevendo a instalação das BMs, na sede dos Concelhos, tendo como recomendação da tutela uma localização central e muito frequentada

O investimento e a colaboração entre a Administração Central e Local provocou, como refere Nunes (acerca da Rede Nacional de Leitura Pública - RNLP), “uma revolução tranquila, talvez demasiado silenciosa em termos de opinião pública”<sup>52</sup>, seja como for e para o que nos interessa reter é que, tal como aconteceu um pouco por todo o país esta foi a oportunidade de pequenos centros do interior do país poderem concretizar o sonho de terem uma BP.

A BM de Almeida foi inaugurada a 28 de Junho de 2009, e o objectivo principal prendeu-se com a necessidade de se criar no Município de Almeida um espaço destinado à leitura pública e de acesso livre. O caminho para a sua concretização nem sempre logrou êxitos, e só graças à insistência e tenacidade da então vereadora da cultura o projecto saiu do papel e se pode concretizar.

Num concelho onde prevalecia a cultura do betão tanto pelas necessidades básicas que o exigiam como pela estratégia traçada pela edilidade, a lacuna de equipamentos culturais era evidente. Porém a então vereadora da cultura Dr.<sup>a</sup> Maria Natércia Ruivo, professora de

---

<sup>51</sup> O Instituto Português do Livro e da Leitura em 1992 fundiu-se com a Biblioteca Nacional, da qual resultou o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

<sup>52</sup> Nunes, Henrique Barreto, “Para se conseguir a sabedoria nada há de tão útil e de maior necessidade que uma biblioteca pública”. Disponível em WWW:<URL:[http://www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/27\\_out05/textos/henrique.pdf](http://www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/27_out05/textos/henrique.pdf)>

formação e consciente da real necessidade que uma Biblioteca representava para os munícipes encetou todos os esforços que lhe foram possíveis para almejar o seu objectivo. O projecto demorou quase duas décadas a tornar-se realidade, e a esta distância talvez possamos admitir que também por isso transpareça uma evidente falta de cultura literária na generalidade da população que trespassa todas as faixas etárias:

“transformar a BP num serviço de primeira necessidade, sentido como indispensável para a vida quotidiana, não se consegue apenas com actividades de animação, com publicidade, com colecções, ou como dizia Ferreira, com fachadas mais ou menos catitas, ou até mais ou menos formosas, é necessário ir ao encontro das necessidades<sup>53</sup>, expectativas e desejos dos seus utilizadores, reais e potenciais e satisfazê-los” (1994, 168).

Começamos por conhecer o percurso do projecto da Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo (BMMNR), ou seja, desde a vontade, ao projecto e à sua concretização. Analisando os processos existentes na Câmara Municipal de Almeida (CMA), no arquivo dos Serviços Técnicos, Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, pudemos constatar que o primeiro documento com referência à intenção de constituição de uma BM para Almeida, data de Abril de 1992. Trata-se de um ofício-circular emitido pelo Instituto Português do Livro e da Leitura e dirigido à Câmara Municipal de Almeida e assuntava sobre a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP): abertura do 4º processo de candidaturas, para o Biénio 1992-93 em que aquele informava da *abertura do processo de candidaturas* para o referido biénio para instalação de Bibliotecas Municipais, de iniciativa autárquica e com o apoio técnico e financeiro do IPLL.

Curioso foi anotar que a primitiva localização para a instalação da BM não é onde actualmente se encontra, na actual Rua Hintze Ribeiro, mas no Terreiro do Poço do Rancho, atrás do Quartel de Infantaria ou das Esquadras (fl.C,1). Ora, se tivermos em conta as recomendações acerca dos requisitos espaciais necessários “ao desenhar equipamentos de bibliotecas para todos” no sentido das recomendações sobre a importância de garantir “comunicação, acesso, orientação e liberdade de movimentos” (Eigenbrodt: 2008) facilmente compreendemos a mudança espacial e o abandono da primeira intenção.

Nesta fase de apresentação de candidatura, a Autarquia não chegou a apresentar projecto para o terreno em causa, manifestou à tutela apenas a sua intenção e objectivos de instalação da BM o que foi manifestamente insuficiente face às exigências em causa.

Seis anos depois em 1999, iniciou novos procedimentos com a administração central no sentido da concretização do plano e estava-se já no oitavo processo de abertura de candidaturas que RNBP proporcionava às autarquias. A resposta era recorrente e desta vez a não aprovação do projecto era pela exagerada volumetria, pelos materiais de construção que propunha e pelas não conformidades que o projecto apresentava. Finalmente após um ano, e depois de novamente remetido o projecto e demais documentos à 9ª abertura de concurso da

---

<sup>53</sup> Para conhecer as necessidades de informação das comunidades locais é preciso levar a cabo um trabalho de auscultação pública dos utilizadores que permita avaliar a estratégia das BP e quem sabe conduzir ao seu reposicionamento.

RNBP o Município viu aprovadas as suas intenções, não obstante algumas indicações e alterações ao projecto inicial<sup>54</sup>.

Dado ser um projecto a construir-se dentro do centro Histórico na Fortaleza de Almeida, classificada de Monumento Nacional e por inerência os imóveis a ela adstritos, foi necessário percorrer o necessário caminho burocrático por forma a satisfazer todos os preceitos legais exigidos<sup>55</sup> e por isso só em 2002, o projecto foi concluído e melhorado pelo então Gabinete Técnico Local, e executadas as alterações aconselhadas pelo Instituto Português de Leitura Pública (IPLB).

O projecto previa a instalação da futura BM num edifício pré-existente<sup>56</sup> (fl.C,1) num quarteirão junto à Rua da Muralha, cujo lote rectangular o trespassa de um lado ao outro e faz voltar os principais alçados para duas frentes: uma para o vale do Côa e outra para a rua Hintze Ribeiro, rua que fica no enfiamento principal da praça da Liberdade, outrora Praça da Principal e onde se encontram actualmente instalados os serviços da Câmara Municipal.

Pese embora a profundidade do lote que podia ter originado um edifício sombrio e fechado, o mesmo não se verificou, mantém uma relação jovial com o casario circundante e apesar dos apontamentos modernos que mostra, tem uma boa convivência com a especificidade do lugar. O edifício que foi transformado na biblioteca havia pertencido aos Bombeiros Voluntários de Almeida, e mantinha para além de função de quartel, funções de espaço de reuniões e de convívio social. Sabemos por informação dos locais que era frequente a população se juntar ai para ver televisão (uma das poucas que na data existia), ou para a realização de um ou outro evento cultural festivo, bailes e festas. Foi depois adquirido pela autarquia para a realização da obra da Biblioteca, do qual só restou a fachada nascente.

Em Janeiro de 2001 dá entrada na Câmara Municipal de Almeida (CMA) o documento que informa que tinha sido seleccionada a candidatura apresentada no âmbito do 9º Processo/2000 - ao Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, *que embora* sendo de parecer favorável assinala ainda algumas alterações a ajustes nomeadamente no acesso ao gabinete do bibliotecário, e no acesso ao depósito pelas escadas. No ano seguinte, é elaborado e assinado<sup>57</sup> o protocolo entre o IPLB e a CMA, com vista à celebração do contrato programa entre as duas entidades em que ambas as partes se comprometem na boa

---

<sup>54</sup> Sugestões de alteração ao Estudo Prévio inicial apresentadas pelo IPLB à CMA “A relação entre a entrada de serviço, o Depósito e a Manutenção carecem de melhor solução; é desejável a eliminação do desfasamento de meio piso, no interior do edifício, como estava previsto no estudo anterior, a sala polivalente deverá abrir directamente para o Átrio, de modo a ser utilizado como «foyer» ou como única sala, para determinadas actividades. Acta de Reunião, *Análise do projecto da Futura Biblioteca Municipal*, 23 de Maio e 14 de Junho de 2000. Disponível no arquivo CMA, DTOUSU (Departamento Técnico, Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos)

<sup>55</sup> Em resposta ao requerimento apresentado pela CMA e CCRC, o IPPA defere favoravelmente o processo em 11/08/2000 por despacho nº 1931/00. Arquivo CMA, DTOUSU (Departamento Técnico, Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos)

<sup>56</sup> No Registo de propriedade pode ler-se acerca do edifício “casa parte em ruínas 1º andar com balcão, S.C. 223m2 tendo anexo curral com poço, um quintal de 150m2 e um curral de 36 m2 (art. 52), a cópia está no processo da obra no arquivo CMA, DTOUSU (Departamento Técnico, Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos)

<sup>57</sup> 10 de Abril de 2001.

prosseção do projecto em causa<sup>58</sup>. Três anos depois e após apresentação do projecto, ainda circulava correspondência entre as duas entidades no sentido de serem acometidos alguns acrescentos, melhorias, alterações, exigências, pormenores, enfim um rol infindável de elementos que foram circulando em cartas de um lado para o outro.

Estava assim erguida (finalmente) a BM de Almeida com as tais fachadas catitas de que nos falava Mourão Ferreira, cujo caminho se iniciou seis anos depois do X Governo Constitucional<sup>59</sup> incluir entre as Grandes Opções do Plano de 1986 a dinamização de uma política nacional do livro (Marques: 2012, 91). A BMMNR constituía uma das 201 BPs inauguradas pela DGLB e dos 261 Municípios apoiados pela RNBP. Cumpre no essencial as recomendações do Programa de Apoio às BPs<sup>60</sup> e insere-se na tipologia BM1 (para concelhos com população inferior a 20.000 habitantes).

---

<sup>58</sup> A CMA devia fazer prova de posse do terreno de implantação à BM, devia dispor de um quadro de pessoal aprovado onde contemplasse os devidos lugares da carreira da Biblioteca, e devia submeter à aprovação do IPLB o projecto de execução completo, o programa de concurso e o respectivo caderno de encargos, bem como planta de distribuição de mobiliário e equipamento. O IPLB comprometia-se à comparticipação até 50% dos custos totais da instalação da biblioteca, bem como ao acompanhamento e aconselhamento técnico sempre que o mesmo se justificasse, tal como consta do contrato programa assinado entre as partes.

<sup>59</sup> Disponível em WWW:<URL:<http://www.portugal.gov.pt/pt/GC10/Documentos/GC10.pdf>,

<sup>60</sup> Disponível em WWW:<URL:[http://rcbp.dglb.pt/pt/Bibliotecas/Documents/Doc01\\_ProgramadeApoio2009.pdf](http://rcbp.dglb.pt/pt/Bibliotecas/Documents/Doc01_ProgramadeApoio2009.pdf)

## 4 - A Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo

### 4.1 - Objectivos e Missão

Entendendo a BP à luz do novo paradigma que lhe impõe que privilegie o utilizador individual, mais do que o grupo de utilizadores, o acesso à informação, mais do que as fontes de informação “no se trata de innovar ni de provocar un recambio artificial en las funciones tradicionales de la biblioteca sino más de entender y conocer las necesidades de información de nuestra comunidad y también sus hábitos y actitudes para poder adaptar a ella nuestra oferta de servicios bibliotecários”(Lozano Diaz 2006, 424). Ora de espaço quase sacralizado, a serviço público de informação, a sociedade exige à BP que se transforme num verdadeiro e útil serviço de informação pertinente e actualizado, num pólo educativo, cultural e de lazer, e que se afirme como interlocutor privilegiando um diálogo aberto com a comunidade.

Neste sentido também, os objectivos da BMMNR se gizam neste âmbito, pese embora o caminho não seja isento de obstáculos intrínsecos ou externos e que dificultem a sua concretização plena. Na verdade as intenções, quando planeadas, são quase sempre mais ambiciosas do que as vontades, as disponibilidades ou as possibilidades que os momentos determinam.

No seguimento enumeramos os principais objectivos da BM que norteiam a sua acção:

- 1 - Proporcionar o livre acesso à educação, à informação, e ao conhecimento, e ainda à recreação e lazer a todos os utilizadores, contribuindo assim, para elevar o nível cultural e a qualidade de vida dos cidadãos;
- 2- Fomentar o gosto pela leitura, organizando actividades que suscitem a participação da população;
- 3 - Facilitar o acesso aos diversos suportes de informação (impressos, audiovisuais, multimédia e electrónicos), através da consulta local ou do empréstimo domiciliário;
- 4 - Adquirir, organizar e disponibilizar colecções de modo a dar resposta às necessidades de informação, educação e conhecimentos, contribuindo para a descentralização dos serviços de leitura pública no espaço concelho
- 5 - Enaltecer, conservar, divulgar e possibilitar o acesso da população ao património cultural da região, através da criação de um fundo local, contribuindo assim para reforçar a sua identidade cultural.
- 6 - Disponibilizar serviços de informação adequados às Empresas Locais, Associações e Grupos de interesse do Concelho;
- 7 - Promover actividades de animação e divulgação cultural, contribuindo para a ocupação dos tempos livres da população;

## 4.2 - Espaços e Equipamentos

Um bom projecto arquitectónico é aquele que, segundo George Henri Rivière, contempla: flexibilidade dos espaços interiores, modularidade da arquitectura e extensibilidade da mesma (Rivière:1989, 335), ou seja, presume-se que uma boa arquitectura deverá considerar a flexibilidade como um critério de enquadramento de todo o processo e das inerentes opções do projecto, podendo ser aferida por diversos aspectos práticos, dos quais se destacam: possibilidade de reconversão ou expansão interna, apoiada em infra-estruturas e soluções construtivas facilmente adaptáveis e/ou ampliáveis; simplicidade construtiva; adaptação de soluções de compartimentação modulares e reversíveis e esquema de circulação interna, contando com o uso de trajectos alternativos e variantes. Devem ainda considerar-se as normas técnicas para a melhoria de acessibilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada aos edifícios (Dec.-Lei nº. 123/97 de 22 de Maio).

A Biblioteca à semelhança de outras instituições culturais públicas não deve responder a modelos pré-definidos de projectos, e podemos mesmo dizer que consideramos inconsequente standardizar previamente modelos, sendo que cada um deles deve ser encarado como um protótipo irrepetível, adequar-se ao meio onde está inserida, ao público que vai servir, às características das colecções que há-de albergar, e às actividades que vai desenvolver.

Os alçados do edifício cujas funções sejam culturais devem ser antes de tudo estéticos e perceptivos “ofereciendo unas proporciones de alzado y zona urbana exterior que sea orgánica com respecto a la escala humana” (Leon:1985, 206), As fachadas devem procurar integrar-se no conjunto, conviver com ele, procurando não a espectacularidade ou grandes efeitos cénicos, mas antes humanizar-se (Leon:1985, 206).

No edifício da Biblioteca Municipal ora em análise, aprecia-se em particular a integração harmoniosa na rua, a facilidade de movimentação no seu interior, a plasticidade na apropriação individual. Ele é, por assim dizer, um espaço aberto e de continuidades.

Os alçados principais da BM (fl.D,1,2), orientados a norte e sul respectivamente, enquadram-se na tipologia vigente e mais vulgar da casa urbana em Almeida, quer na distribuição dos módulos quer na tipologia, sugerindo uma casa sobradada de dois pisos, escada interior, e evidente dicotomia funcional entre os pisos visivelmente marcados pela distribuição dos vãos que se distribuem verticalmente alinhados em três módulos para a fachada sul (fl.2) e dois para a norte. É de assinalar que a porta carral de lintel curvo no alçado norte (fl.1) é já um produto novo que nada tem que ver com a típica casa de Almeida, mas antes com um edifício que teve em determinada altura que se adaptar a um novo uso (quartel de bombeiros) elemento esse que o novo projecto “teve” que incorporar. Ambos os alçados são chãos sem ressalto e as molduras dos vãos vazadas sobre o reboco, tal qual a casa comum de Almeida. Neste seguimento, conclui-se que os alçados do edifício em questão cumprem os seus objectivos, a fisionomia da fachada procura, portanto, relacionar-se e aproximar-se do utilizador, tentativa visível no tocante à ligação entre os aspectos físico e sociológico que esta impõe se se entender que a arquitectura poderá suscitar no visitante o aconchego e o

conforto de uma casa de habitação, ao invés de um edifício distante e frio, destinado apenas a fins culturais. Todavia, se uma primeira análise nos leva a pensar que a organização externa dos alçados se reflectem automaticamente no interior como seria expectável, um olhar pelas plantas faz-nos surpreender: o aspecto de casa de habitação que podia resultar internamente num espaço excessivamente compartimentado, com percursos pouco claros e funcionais, demasiado restritivo, resultou em edifício *clean*, desafogado, e muito dinâmico.

Através da análise das plantas baseadas no módulo rectangular de dimensões amplas e longitudinais, percebemos um espaço, flexível e que permite agradáveis sensações, e evita o cansaço que a geometria linear pura podia provocar<sup>61</sup> (Rico:2001, 214). A estrutura ondulante do interior, tal como a variação do pé direito, principalmente no piso 1, que na realidade é um meio piso, incute movimento ao percurso e embora recorra no essencial ao sistema tradicional de construção, a hábil conjugação dos materiais e soluções transforma os espaços amplos em pequenos módulos. No interior, foram utilizados materiais neutros e pálidos tanto para paredes, como para o mobiliário e pavimentos; relativamente a estes últimos, as policromias foram variando consoante o espaço em causa, atribuindo-se uma cor ao espaço de circulação do público, e outras diferentes para a sala infanto-juvenil, adulto e espaços de uso interno. “Los tons neutros - beijos, blancos, cremosos, rosados, verdáceos e azulados, son los mas tradicionales y adaptables, tanto a la retina como al contenido” (Leon:1986, 251).

Discorrendo sobre as plantas dos 3 pisos podemos observar uma adequação funcional relativamente às áreas destinadas ao utilizador com evidente conformidade espacial ao nível dos percursos verticais traçados ou seja, o projecto da BMMNR embora radicado numa preexistência soube pensar e equacionar os espaços para especificidade próprias, optando-se pela adaptação orgânica e plástica, mediante soluções abertas e arejadas consonantes com a nova missão das BPs: um espaço aberto sem paredes, voltado para a sociedade que a evolve. O complexo é constituído por três pisos (-1, 0, 1) sendo os dois primeiros reservados ao utilizador e o terceiro enquanto áreas de acesso reservado apenas ao pessoal da biblioteca e de uso interno.

Atente-se agora nas seguintes designações, adoptadas para a definição de espaços:

a) Espaços Públicos de Livre Acesso<sup>62</sup>:

- Atendimento (piso 0)
- Sala Polivalente (piso 0)
- Sala Adulto (piso 0)
- Espaço Multimédia (piso 0)
- Espaço Leitura (piso 0)
- Postos de Internet (piso 0)
- Periódicos (piso 0)

---

<sup>61</sup> Um módulo rectangular de dimensões amplas e longitudinais, pode tornar um espaço flexível e conseguir uma agradável sensação e evitar o cansaço que a geometria linear pura provoca. (Rico: 2001, 304 e 313); (LÉON:1986, 214-5).

<sup>62</sup> (fl.E: 1,2)

- Sala Infanto-Juvenil (piso -1)
- Espaço de Leitura (piso -1)
- Postos de Internet (-1)
- Sala do Conto (piso -1)

b) Espaços reservados<sup>63</sup>:

- Depósito (piso -1)
- Serviço de recepção e registo (piso -1)
- Controlo Técnico e Servidor (piso 1)
- Gabinete de apoio técnico (piso 1)
- Gabinete do Bibliotecário (piso 1)
- Sala de reuniões (piso 1)

### 4.2.1 - Espaços de Encontros

De seguida, vamos descrever os vários espaços e salas da BMMNR tal qual seria o percurso do utilizador para chegar às várias valências disponibilizadas, quer seja dia de encontro com a leitura, com a música, com as novas tecnologias, ou dia de convivialidade.

De referir a interessante hierarquia de espaços onde há zonas com níveis decrescentes de ruído e crescentes de intimidade adequando assim a divisão à funcionalidade e à intenção.

Assim em cada sala podemos encontrar, uma mistura entre grandes e pequenos espaços e onde a estanteria, ou os pequenos apontamentos arquitectónicos ajudam a formar uma dupla qualidade espacial e todos esses pequenos módulos podem ser usadas de diferentes maneiras. Há pequenos núcleos que não estão assinalados em nenhuma sinalética, mas formam-se pelo mobiliário ou pela disposição dos vários equipamentos.

Consideramos que é importante que haja espaços parados, estáveis e outros dinâmicos, e ainda outros silenciosos e outros nem por isso e desta forma o utilizador tem a possibilidade de livremente sentir a casa como sua, apropria-se dela enquanto aí durar a sua permanência que será sempre confortável porque tem a possibilidade de escolher.

A entrada pública, também chamada de **átrio (fl.F:1,1)**, como recomenda a Tutela, demarcada no pavimento pela forma redonda de granito negro polido a contrastar com o *linolium* branco, é o espaço onde se concentra todo o movimento de entrada e saída do edifício.

Aqui, sem esforço o leitor apercebe-se dos espaços e das suas possibilidades de “comunicação, acesso, orientação e liberdade de movimentos” (Eigenbrodt: 2008), antevendo um espaço inferior infantil, pela presença de ícones coloridos no pavimento, ou um superior desenvolvido numa área bem iluminada, cujo acesso se faz por uns poucos degraus de confortável subida, largos, de madeira sem espelhos, que lhe conferem uma interessante

---

<sup>63</sup> (fl.E:2).

transparência, deixando antever a circulação e os espaços que se desenrolam mesmo por detrás deles.

De frente da porta de entrada, está o balcão de atendimento, de madeira (de contraplacado marítimo de cor clara) com dois postos de atendimento onde se concentram os serviços de:

- **atendimento geral**<sup>64</sup> (fl.F:1,2) é onde o utilizador recebe informações úteis sobre funcionamento dos espaços, orgânica e organização dos mesmos;
- **serviço de informações** (fl.F:1,3) destinado à obtenção do cartão de leitor cuja admissibilidade está apenas condicionada à entrega de documentação pessoal e de informações específicas ou de carácter geral sobre o acervo documental, e/ou editorial do município;
- **empréstimo domiciliário** (fl.F:1,4) que permite ao utilizador a requisição de três livros, até um período máximo de quinze dias, sendo para isso necessário que se encontrem inscritos como utilizadores/leitores e possuam respectivo cartão. Documentos noutros suportes podem ser requisitados sob condições específicas e definidas nas normas de utilização da BMMNR.
- **Serviços administrativos** (fl.:1,5) trata-se de um serviço interno onde se desenvolvem todas as tarefas administrativas para o normal funcionamento da biblioteca.

O átrio é um espaço cheio de movimento e se por um lado é compartimentado por uma parede serpenteante desenhando a **sala polivalente** (fl.F:1,6) por outro lado o gigantesco pé direito e a varanda circular do piso superior permitem-lhe uma cenografia teatral e agradável aos sentidos.

A sala polivalente, ampla, pavimentada a *linolium* claro, forrada numa só parede de placas de madeira, confere-lhe uma aparência subtil não intrusiva e permite por isso qualquer tipo de actividade.

A sala preparada para 50 lugares está equipada com sistema de vídeo-projectão articulado e móvel e tem ainda um pequeno espaço de arrumos; está adstrita a serviços promovidos pela biblioteca ou pode ser requisitada pela comunidade constituindo-se assim enquanto espaço-sociedade pluridimensional e livre a outros encontros informais. Desta maneira, a este espaço elástico podemos adicionar ou sobrepor outras formas e espaços de encontros com leituras, exposições, colóquios, seminários, reuniões temáticas, dramatizações e sessões de filmes.

**Sala de Leitura - Adultos** (fl.F:1) espaço multifacetado que permite várias actividades e intenções:

Pode ser frequentada por todos os utilizadores cujas idades sejam dos 14 anos em diante.

Tem 479m<sup>2</sup> de área e 1258m<sup>2</sup> de estanteria de livre acesso.

Nestes espaços, são colocados à disposição dos utilizadores várias oportunidades e valências:

---

<sup>64</sup> Os negritos usados transcrevem as designações adoptadas no Regulamento da Biblioteca Maria Natércia Ruivo aprovado em reunião de Câmara a 02 de Fevereiro de 2010 e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro de 2010.

**Secção Internet (fl.F:1,7)** com 8 lugares providos com computadores individuais para consulta quer seja de internet, acesso ao catálogo informatizado (OPAC), ou qualquer outra utilização que o regulamento permita. Acrescenta-se aos oito computadores mais um para amblíopes que se situa junto à estanteria dos periódicos. Este computador tem software específico para leitura de ecrã, ampliação de ecrã e reconhecimento de texto digitalizado. Os utilizadores deste serviço podem, assim, consultar documentação em Braille, digital ou áudio no local. Não se pode dizer que a BMMNR disponha de um serviço de Leitura Especial, contudo e no futuro prevemos que venha a melhorar as suas práticas inclusivas. O tempo de utilização e acesso à internet é de 30 minutos podendo ser aumentado caso não haja leitores em lista de espera até ao limite máximo de 60 minutos. A utilização deste equipamento é coordenada pelo técnico da sala de leitura podendo fazer a sua reserva junto dele. O acesso aos terminais de computadores é facultado a todos os utilizadores, desde que respeitem as regras de utilização deste tipo de equipamento.

A **secção multimédia, (dentro da sala de leitura adulto) (fl.F:1,8)** tem onze lugares está seccionada pelo semicírculo de uma parede incompleta e disponibiliza uma zona áudio, vídeo para audição e visionamento de documentos áudio ou vídeo. É espaço informal provido com sofás coloridos e cadeiras de espaldar que o utilizador pode escolher segundo a sua preferência e disposição.

Inserida na sala maior há também o **espaço de leituras (fl.F:1,9)** que disponibiliza obras de carácter literário, científico, de divulgação e de referência, bem como as que se destinam à ocupação de tempos livres e que constituem também o seu fundo bibliográfico. Nesta zona estão ainda incluídos os periódicos.

O espaço dedicado ao livro disponibiliza assim vários serviços e *modus* (en)formados para cada finalidade, porque a(s) leitura(s) como actividade individual, interpretativa, introspectiva ou lúdica (em espaço público) exige várias áreas que a permitam nas suas múltiplas possibilidades “quando lemos, apartamo-nos da parte certa de um lugar” (Rosalato, por Certeau: 1950, 250) e necessitamos de outros diferentes, sejam eles expostos, ou mais escondidos e recônditos até.

Da experiência e observação directa vemos que os leitores escolhem os seus espaços consoante a leitura eleita para aquele dia, se é um leitor de **periódicos (fl.F:1,10)** escolhe o espaço confortável do sofás (cinco lugares) se a leitura é informal e a obra é directamente das estantes ou própria, escolhe um dos 8 lugares junto às janelas ao fundo da sala, se por ventura necessita de silêncio dirige-se e ocupa um dos sete lugares recatados que as estantes escondem “a leitura e mais precisamente a leitura literária, introduz-nos num tempo próprio, acoberto de agitação quotidiana, na qual a fantasia tem livre curso e que permite outras possibilidades (Petit em Sequeiros: 2010, 223).

A delimitar a sala de leitura adulto há uma porta de duas folhas deslizante em vidro que ao mesmo tempo que delimita o espaço que se pretende tranquilo ao externo bulício das entradas e saídas o torna possibilitador de olhares para lá daquele limite físico, a

transparência do vidro confere-lhe um aspecto informal e permite-lhe relações com o que se passa à volta, nessa e noutras atmosferas.

**Sala de Leitura infanto-juvenil, (fl.F:2)** conforme consta no regulamento da BMMNR, “destina-se em termos gerais, a crianças e jovens com idades compreendidas entre o início da escolaridade obrigatória e o termo do 3º ciclo. Este espaço está dotado de fundos bibliográficos, audiovisuais e computadores para consulta de CD-ROM’s e acesso (acompanhado) à Internet”.

O acesso a esta sala pode ser feito de elevador ou através de escadas. A sala é alegre de cores claras, e no pavimento, misturam-se varias cores, amarela, branca e cinza rato com figuras alegres desenhadas e coloridas. A sala tem um aspecto informal e nada nela nos remete para zonas diferenciadas por idades como é frequente ver noutras bibliotecas, mas antes pelos diferentes usos.

Possui um núcleo (fl.F:2,11) de quatro lugares sentados individuais com computadores com internet e outro núcleo com apenas dois. Limitado pela estanteria e defronte do posto de trabalho da técnica de serviço há sete lugares destinados à consulta de materiais diversos e à leitura (fl.F:2,12), o mobiliário é colorido e adaptado pelo tamanho e forma às idades referenciadas. Junto das janelas ao fundo da sala, há mais dois núcleos que normalmente são usados pelos serviços educativos (fl.F:2,13) para as mais diversas actividades com crianças dos jardins-de-infância que anualmente e em sessões periódicas frequentam a hora do conto. Esta sala é tão informal no aspecto organizacional e compositivo como no modo de estar. Como não possui porta ou outro tipo de limitação física, permite descobrir movimentos, alargar olhares e sons para outras realidades que aconteçam logo ali. Importa referir que caso haja necessidade de se realizarem tarefas ou leituras tranquilas o podem fazer no recanto junto às janelas que as estantes encobrem e protegem. A sala permite múltiplas possibilidades, é versátil e procura o bem-estar dos utilizadores.

**Sala “Hora do Conto” (fl.F:2,14)**, este espaço é frequentado mediante calendário previamente organizado e destina-se a crianças de jardins-de-infância públicos e privados do concelho de Almeida. As sessões são periódicas e o transporte é gratuito assegurado pela autarquia. O espaço é autónomo fica voltado para um pequeno pátio exterior o que lhe permite um prolongamento para a rua, ou quando fechado é “limitado” por uma parede de vidro criando-se a transparência desejável a contos e a muitas imaginações. Tem previsto 21 lugares sentados em pufs divertidos e confortáveis com formas engraçadas e adequados às idades.

O espaço pode ainda ser usado para visionamento de filmes, pequenas encenações, encontros ou outras actividades que a BMMNR organize, dispõe de material vídeo e áudio que confere ao utilizador o visionamento dos DVD’s disponíveis na sala de leitura ou outro material áudio visual,

## Serviços internos

**Depósito (fl.F:2,15)** - É o local onde se encontram armazenados documentos que, podem estar disponíveis ou não ao público, dependendo às suas características e estado de conservação. Para além destes documentos, também se encontra no depósito o arquivo administrativo. No espaço adstrito ao depósito há ainda um espaço técnico destinado ao tratamento de fundos documentais e registo. O Depósito é servido por uma porta de serviço de uso interno.

**Gabinetes (fl.F:3,16)** - existem dois gabinetes na Biblioteca, sendo um deles o do bibliotecário e onde apenas ele trabalha. Um outro gabinete que embora temporariamente usado para outro fim, se destina a **serviços de carácter técnico e biblioteconómico**, manutenção e organização da informação.

**Sala de Reuniões (fl.F:3,17)** - Local destinada a reuniões internas de carácter técnico.

**Espaço técnico (fl.F:3,18)** - onde se encontra o servidor, bastidor de rede e UPS

Consideramos que a unidade espacial, e a coerente distribuição organizativa dos módulos concorrem para o bem-estar dos utilizadores, aspecto que pode concorrer para a afluência destes à Biblioteca, bem como aumentar aí o seu tempo de permanência. Há, na Biblioteca vários espaços, vários usos, que se traduzem em múltiplas sensações e emoções; o que os leitores fazem e onde o fazem assume diferentes traços que parecem unir-se sob a influência de um clima colectivamente urdido, feito de tranquilidades, organização, concentração, labor intelectual, um “estar a fazer” agregador, para o qual concorrem múltiplas variáveis: edifício, ambiência, mobiliário, funcionários, colecção.

### 4.3 - Recursos, muitos e acesso, sempre

Cumprindo uma das suas missões, a biblioteca adquire obras, prepara catálogos, organiza as estantes, cumpre a preceito as operações da *cadeia documental*, desde a descrição física da obra até à descrição do conteúdo, executa todo um ritual para que o utilizador possa aceder à documentação o mais rapidamente possível até porque “sem catálogos a biblioteca transforma-se num antro inexpugnável, o pior inimigo de si própria” (Cabral: 1996, 34).

A colecção continua a ser uma das razões de ser da existência da BP, a “biblioteca é cenário de um fluxo constante de informação, em que os livros fazem sentido pela sua utilização, pelo empréstimo, pelo desgaste que sofrem”<sup>65</sup>. Todavia e face às modificações da sociedade actual, à biblioteca exigem-se novas responsabilidades. A alteração dos paradigmas é uma

---

<sup>65</sup> Baganha Filomena “ Novas Bibliotecas, Novos Conceitos” [Em linha]. [Consult. 2013-10-02]. Disponível em WWW:<URL: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf> p. 93-96

exigência e determina a própria sobrevivência da Instituição. Do acervo à informação, do custodial ao acesso, a BP procura reposicionar-se e deve repensar as suas práticas.

Exige-se que a BP se transforme em *centro cultural*, que não esgote as suas actividades nos acervos documentais e que alargue as suas valências e funções. Neste seguimento, proclama-se hoje a adaptação da BP ao novo arquétipo informacional, em resultado das transformações sociais provocadas pelas novas tecnologias da informação, espera-se da BP um serviço combinado: informacional e cultural e que extravase os próprios limites físicos em direcção a uma sabedoria global, numa ampla rede mundial: *Word Wide Web*. Será que o novo paradigma conduzirá à obsolescência da própria instituição? Como adaptar o seu acervo à apetecida e quase inesgotável documentação electrónica disponível na internet? Partilhamos a opinião de Marques quando afirma que “a conservação da humanidade seja sem dúvida o alfa da existência destas organizações, ainda que possa ser considerada no século XXI como o seu ómega” (Marques:2012, 124). Essa conservação da humanidade é intrínseca à própria colecção que a BP custodia porque também ela reflecte os valores e memórias da sua comunidade, plasmados não só no fundo local mas nos restantes recursos que se “guardam” na BP porque a sua selecção é (deve ser) em função da comunidade num determinado tempo.

“ Nos meus tempos de estudante (...) defrontava-me invariavelmente com bibliotecas de «acesso restrito». Após uma passagem por catálogos, mais ou menos arduos, havia que enfrentar funcionários que conheciam de cor e salteado as bibliografias recomendadas. “ Não há, não está cá, “ a menina está enganada”, viu ontem?!, confusão sua. Dói-me o estômago ao relembrar o teima-teima encostada aos vários balcões das muitas bibliotecas.” (Cabral: 1996, 36)

A BMMNR funciona em regime de **livre acesso**, “é arrumada por assuntos em estantes, cujo acesso é possível sem o recurso ao escadote (...) é um autêntico convite à leitura”. A pesquisa pode ser feita através dos terminais existentes nas duas salas, ou através dos funcionários presentes nas mesmas. Há ainda um terminal na recepção que pode também servir para esse fim. O fundo bibliográfico está organizado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU), e é composto por documentos em diversos suportes. Pese embora a colecção ser de livre acesso também lhe está subjacente uma arrumação<sup>66</sup> de forma a que os seus leitores lhe consigam aceder directa e livremente, sem intermediários (Cabral: 1996, 39), o que não significa porém que, tanto os técnicos das salas como o próprio bibliotecário se demitam da função de mediador que lhes está inerente.

Tanto uns, como outros, devem conhecer bem a colecção da biblioteca de forma a poderem satisfazer sem hesitações a sua comunidade leitora. Claro que é obrigação da Biblioteca a permanente actualização e o enriquecimento das suas colecções, o que pressupõe uma actualização constante dos funcionários. Este estreito envolvimento beneficiará em última análise a política de aquisições da instituição, porque enquanto intermediários entre

---

<sup>66</sup> A BMMNR segue a CDU (Classificação Decimal Universal) para as cotas e arrumação dos livros nas estantes, a cada matéria/assunto corresponde um número, mormente uma cor para ser mais fácil ao leitor identificar os assuntos.

utilizadores/leitores e recursos/acervo, saberão com certeza ler nas entre-linhas as aspirações dos primeiros relativamente aos segundos.

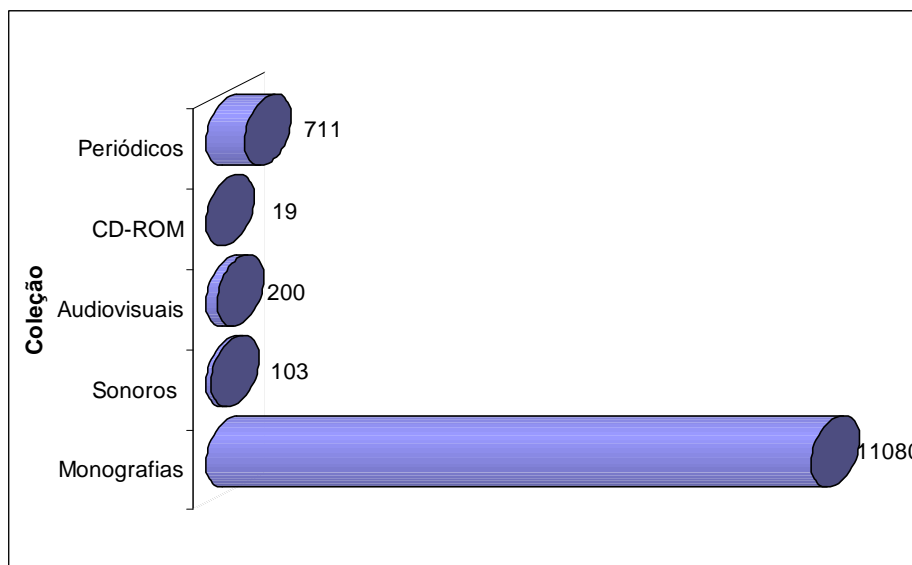


Fig. 4.1 - Existências da BMMNR por tipo

O gráfico da figura 4.1 mostra-nos o número de existências da BMMNR por tipo e nele podemos observar que as monografias (11.080 unidades<sup>67</sup>) são o tipo de documento predominante, o que não constitui um dado novo, visto tratar-se de uma Biblioteca Municipal<sup>68</sup> que, pela sua natureza tem como objectivo principal a divulgação do livro e da leitura. Para o público infanto-juvenil o número total de monografias registadas e disponíveis é de 650 unidades.

Podemos observar também que relativamente à documentação noutros suportes a colecção é pobre e a sua importância diminuta (tanto para adultos como para o público infanto-juvenil) face ao amplo leque hoje disponível no mercado, devendo por isso procurar actualizar-se para procurar cativar um público jovem, como nos diz Cabral “uma biblioteca que estanque a renovação das suas colecções, mais depressa do que levou a construir os seus núcleos centrais, assistirá impotente à sua completa desactualização pela rapidez com que o mundo evolui” (1996, 41). De acordo com as directivas IFLA que “uma colecção grande não é necessariamente sinónimo de qualidade (...). A relevância da colecção para as necessidades da comunidade local é mais importante do que o seu tamanho”, concordamos sem hesitações, todavia uma biblioteca com uma colecção demasiado diminuída, sem novidades para seduzir os seus leitores, ou que não se actualiza não pode advogar para si o estatuto de Biblioteca.

Neste seguimento e de acordo com o recomendado pela tutela, aferiu-se que a BMMNR não cumpre nenhuma das recomendações relativamente ao número de monografias e materiais sonoros, audiovisuais electrónicos quer na secção adulto quer na secção infanto-juvenil. Assim

<sup>67</sup> Atente-se que das 11080 monografias registadas apenas estão catalogadas 6634.

<sup>68</sup> É de referir que à semelhança da maioria das Bibliotecas Municipais e de acordo com o OAC (Observatório para as Actividades Culturais (Neves e Lima: 2009, 118-122) o que ocupa maior peso na sua colecção são as monografias.

das 10000 monografias (fundo mínimo inicial) e 1500 aquisições por ano, deveria contabilizar na colecção 14500 títulos e na verdade disponibiliza 6674 monografias (catalogadas), situação análoga relativamente ao material não-livro, sendo que o proposto é de 1800 documentos para cerca de 350 existências.

A situação agrava-se consideravelmente mais relativamente à colecção infanto-juvenil, sendo que dos 4000 títulos propostos (fundo mínimo recomendado) verificamos apenas 650 títulos disponibilizados (monografias) e relativamente aos recursos sonoros, audiovisuais e electrónicos, a tutela recomenda 1100, mas a BM não tem contabilizadas estas existências.

Para a realidade de uma BM1 como a BMMNR, o número ideal de aquisições apontado pela DGLAB para as monografias é o número de 1500 e 200 documentos de material não-livro. No entanto, este normativo deve ser olhado apenas como uma recomendação até porque “vários condicionalismos locais e financeiros podem determinar variações nas normas propostas” pelo que cada caso deve ser olhado como único e entendidas isoladamente as dificuldades ou condicionalismos que precedem à política de aquisições “as bibliotecas não compram todas da mesma forma e não compram todas o mesmo tipo de livros (...) se existisse um manual de procedimentos resumir-se-ia a quatro princípios: as bibliotecas devem comprar livros, muitos livros; as bibliotecas devem dispor de verbas razoáveis e constantes para comprar livros; os livros devem comprar-se no acto da sua edição; os livros, após a compra, devem ser disponibilizados à leitura” (Cabral: 1996, 39).

De referir ainda que as “bibliotecas actualizam ou completam as suas colecções adquirindo. Adquirem por compra; por doação e oferta; por permuta com outras bibliotecas” (Cabral: 1996, 38), sendo que as ofertas à BMMNR representam uma importante fatia das suas aquisições. Por exemplo, para o ano 2013, conseguimos apurar que, até à data, houve já 634 títulos ofertados à instituição. Dos beneméritos, é interessante assinalar que são na sua maioria pessoas ligadas ao concelho, que, embora não sejam residentes, mantêm uma ligação afectiva ao sítio. Relativamente às permutas, podemos aferir que a serem bem planificadas poderão desempenhar um duplo papel, para além de traduzirem um aumento significativo de títulos, contribuirão também para diversificarem temáticas, e realidades.

De referir ainda que o Município, mormente a BMMNR, possui mais de duas dezenas de publicações (próprias) entre periódicos e monografias sobre (o seu) património tangível e imaterial, que permuta regularmente com outras bibliotecas da região<sup>69</sup>. Assim amplia de forma pouco penosa e onerosa a colecção do seu fundo local, e os títulos que recebe diversificam o leque dos documentos que disponibiliza, cumprindo o *dever de lembrar* a identidade não só da memória do sítio, mas alargando-a também a outros territórios que urdidos conjuntamente enformam a história dos povos.

---

<sup>69</sup> BMEL (Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço - Guarda), CEI (Centro de Estudos Ibéricos), BMS (biblioteca Municipal do Sabugal), BMP (Biblioteca Municipal de Pinhel)

### 4.3.1 - A colecção Fundo Local da BMMNR, considerações breves

“A preservação cultural não é uma opção para os mais ricos, nem um luxo desnecessário para os pobres: é universal e fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento do espírito humano” (Edmonson: 2002, 13).

Um bom fundo local depende de vários factores: da perseverança do bibliotecário, do empenho da comunidade e da conveniente transmissão da mensagem que seja capaz de um acto de atracção e sedução. Actualmente, o Fundo Local constitui-se como um elemento distintivo das diversas Bibliotecas pertencentes à RNBP.

Para o caso que nos interessa estudar, pudemos aferir que a BMMNR disponibiliza aos seus utilizadores/leitores no Fundo Local 384 documentos entre monografias, periódicos, e material não livro, sendo ainda interessante aferir que o número de monografias sobre Almeida é de 58 títulos duas dezenas das quais são publicações do Município, refira-se que é esta freguesia enquanto pólo concentrador de várias soluções arquitectónicas de interesse para a história nacional e da arquitectura militar geral, o tema mais procurado.

Considerando o bibliotecário enquanto mediador entre a biblioteca e a comunidade, este deve ser capaz de uma atitude firme e perseverante na constituição e ampliação do seu Fundo local, bem como revelar uma disponibilidade total para conhecer e recolher essa história local, Cabral lembra que este, mesmo que se depare com condições adversas, “não deve desistir (...), essa é a melhor forma de intervir activamente na preservação da nossa memória, assumindo a quota-parte da responsabilidade social que nos cabe” (2002, 72), por outro lado como refere Eco um bibliotecário ficará contente se puder demonstrar duas coisas: a qualidade da sua memória e da sua erudição e a riqueza da sua biblioteca (1995, 79).

Este fundo necessita também de uma boa divulgação para que os utilizadores se sintam seduzidos em conhecê-lo e empenhados em ampliá-lo, contudo será importante que qualquer doador saiba da importância (memorialista) de que se reveste qualquer doação quer para a biblioteca quer para a própria comunidade em geral. Lembra Cardoso que “um particular só se conseguirá separar do seu espólio se verificar que a instituição que o vai receber tem condições para tal e lhe dará o devido valor e atenção (Cardoso: 2010, 3). Conclui-se portanto que se os utilizadores sentirem como seu aquele Fundo de Memórias talvez eles próprios sejam capazes de se empenharem no seu acrescentamento até porque, quem melhor do que eles será obreiro da sua memória e identidade enquanto conhecedores profícuos das suas realidades, lendas ou fantasias? Também aqui caberá ao bibliotecário a tarefa de gerar na comunidade aquele encantamento capaz de criar sinergias no desenvolvimento e captação de documentos para o fundo sempre inacabado à espera de outras novidades, outros conhecimentos para além dos já disponíveis nas estantes.

Consolidando, é necessário escutar os utilizadores! Eles são também uma fonte não negligenciável de informação para a constituição e enriquecimento do Fundo Local (Lage: 2002, 62), “os bibliotecários podem aparecer como figuras lendárias, capazes de cercar as práticas leitoras ou como profissionais aptos a operar mudanças sociais” (Cardoso: 2010, 14).

Quanto mais diversificado for o fundo local, maior será a sua transversalidade, assegurando assim um maior número de interessados na sua consulta, a quantidade documental não deverá ser questionada mas antes o seu valor patrimonial e a sua diversidade: “the local studies library should acquire topical records (that is, recent history) and be the source of current information will only become of historical interest as time passes, but in the local studies library that interest is equally important and the records become of potential interest to future library users and therefore are of permanent value, locally’ (Nichols: 1979, 8 e 9).

Um dos objectivos finais da BP moderna é facilitar o acesso à informação. o utilizador actual pretende sobretudo obter toda a informação relevante sobre um determinado assunto, e aceder-lhe o mais rapidamente possível onde quer que se encontre. As bibliotecas digitais trazem uma mais-valia significativa no que respeita ao acesso imediato ao documento e às possíveis conexões com outros similares ou correspondentes ao assunto seccionado. Nessa perspectiva, a BMMNR está empenhada num interessante projecto de criação da colecção virtual.

Assim a BM propôs-se constituir um *dossier* temático, a instar no seu fundo local com o objectivo de concentrar num único local fontes históricas que se constituem enquanto referencias documentais e iconográficas que poderão contribuir para um aprofundamento do estudo da história local de Almeida dos séculos XVII a XIX, mormente da evolução da arquitectura militar em Portugal e do urbanismo.

Esse projecto surgiu do facto de ser a Fortaleza de Almeida a acolher a preferência dos leitores que consultam o fundo local. Ora, enquanto peça de interesse nacional desde o séc. XVII, toda a documentação antiga que a ela diz respeito está dispersa em vários arquivos e bibliotecas nacionais, o que constitui um ponto em branco nos espécimes a disponibilizar.

Nesta linha procedeu-se ao levantamento de existências em diversas instituições nacionais e outras (bibliotecas e arquivos), iniciando-se o projecto pela verificação da documentação, do ponto de vista físico, no arquivo da unidade da Direcção de Infraestruturas do Exército (DIE).

Compilámos, organizámos e estruturámos os dados de forma a permitir o acesso através da (futura) página Web da Rede de Bibliotecas de Almeida (RBA) podendo ser pesquisados e visualizados em formato digital, a partir da listagem que vamos disponibilizar. A cota permite fazer a hiperligação para o respectivo documento. Acrescentamos entre [ ] *conceitos* que nos esclarecem para o conteúdo de documento (ainda que neste caso - DEAGM/DIE - o título esclareça por si só o conteúdo a visualizar) e ainda notas que consideramos pertinentes para o documento.

Todos os documentos se encontram devidamente catalogados e disponíveis no sítio: <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/>

Neste caso, as referências dizem respeito a fontes iconográficas na posse do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar - Direcção de Infra-Estruturas do Exército DEAGM/DIE - iconografias: mapas e plantas, cortes, alçados que permitem conhecer a fortificação e edifícios de apoio à praça de guerra. As iconografias disponibilizadas podem

ser também um poderoso auxiliar na compreensão do urbanismo da Praça-forte. A listagem que se disponibiliza em anexo<sup>70</sup> é um exemplo do que iremos multiplicar para outra documentação cujo levantamento também já efectuámos.

“Não importa que o leitor leia, veja, escute ou navegue, o que é realmente importante é que a informação chegue até ele de maneira eficaz, rápida e sobretudo mais completa”<sup>71</sup>.

#### 4.4 - Conhecer os utilizadores da BMMNR

“As Bibliotecas Públicas assumem-se à escala do território nacional como espaços de memória, de circulação de informação, de comunicação, de educação e de cultura, onde ideias, opiniões, valores, crenças e imaginários são transaccionados modelados, transformados pelos diferentes segmentos de públicos que as utilizam” (Ventura: 2002, 3)

Tendo em conta a essência do conceito de serviço público, torna-se necessário e útil ouvir o colectivo dos utilizadores e dos não utilizadores. Estes últimos, apesar de não serem parte activa no processo comunicacional, são fundamentais para análise estratégica que possa ser desenvolvida no âmbito destas organizações (Marques: 2012, 114).

Depois de verificarmos as condições físicas oferecidas pela BMMNR, nomeadamente ao nível de equipamentos, infra-estruturas, trespassada a colecção, vamos agora saber quem é o utilizador frequentador da BP de Almeida, quais as finalidades que os movem, com que ritmos, e porque procuram os seus serviços.

Temos no entanto que referir que a BMMNR, apesar de estar aberta ao público desde Junho de 2009, não fez desde logo um apuramento rigoroso de utilizadores daí que tenhamos tido dificuldades no apuramento de algumas realidades por dificuldades de leitura rigorosa.

Os dados que obtivemos, levam-nos a constatar que a BM se apresenta ainda numa fase de imaturidade evidente que deve procurar ultrapassar com agilidade e destreza sob pena de perder utilizadores reais e não cativar potenciais. Torna-se necessário levar a cabo um trabalho afincado de registo e árduo de auscultação de opiniões que permitam à BP encontrar caminhos convidativos para atrair um leque alargado de utilizadores e leitores e conhecer mais e melhor as suas reais expectativas.

Relativamente aos utilizadores/frequentadores apenas conseguimos apurar com alguma consistência o ano de 2012 para as variáveis: frequência mensal de utilizadores; frequência mensal de utilizadores por período de funcionamento; frequência de utilização por dia de semana e frequência mensal de utilizadores agrupados por grupo etário; de referir ainda que

---

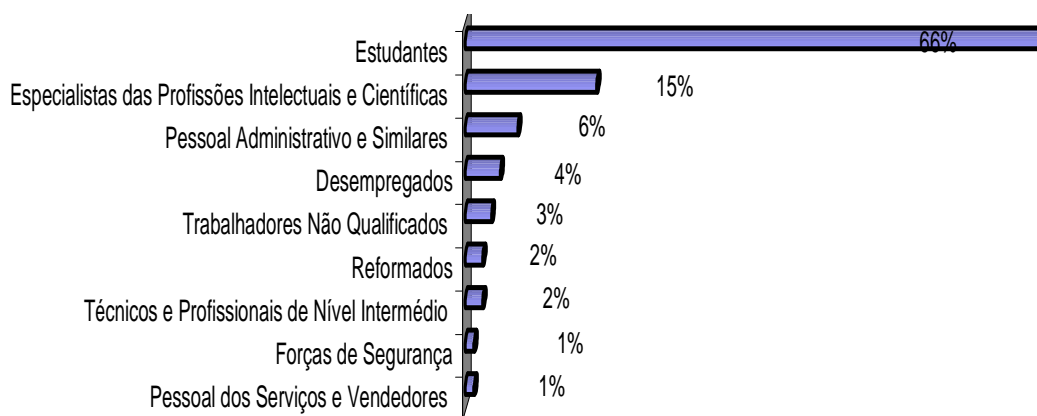
<sup>70</sup> Veja-se fl H.O levantamento das fontes e referências foram executadas no âmbito da Dissertação de Mestrado: Almeida, Da Complexidade Militar a uma proposta de Musealização de nossa autoria. As linkagens foram efectuadas pela técnica profissional da Biblioteca, Elsa Amaral.

<sup>71</sup> Baganha Filomena “ Novas Bibliotecas, Novos Conceitos [Em linha]. [Consult. 2013-10-02]. Disponível em WWW:<URL: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf> p. 93-96

estes registos foram efectuados manualmente, com base nas entradas de utilizadores na recepção.

Para a análise das variáveis: distribuição de leitores por profissões, faixa etária e sexo, os dados estatísticos que utilizámos compreendem um intervalo temporal, entre 02 de Janeiro a 31 de Dezembro dos anos de 2011, 2012, 2013, período durante o qual recolhemos e quantificámos informações relativas ao perfil dos utilizadores portadores de cartão de leitor. A grande maioria dos dados aqui apresentados resulta da extracção de informações do Módulo de Gestão de Leitores (Software Bibliobase, da empresa Bibliosoft) da BMMNR.

Por motivos de insuficiência de dados consistentes, não pudemos apresentar um estudo exaustivo de todos os utilizadores que visitam a biblioteca e que recorrem aos seus serviços. Apesar de conhecermos o universo de leitores inscritos, estes podem não ser coincidentes com o conjunto de frequentadores, o que impossibilita uma análise mais aprofundada.



**Fig. 4.2 - Distribuição dos leitores da BMMNR por profissões/ocupação.**

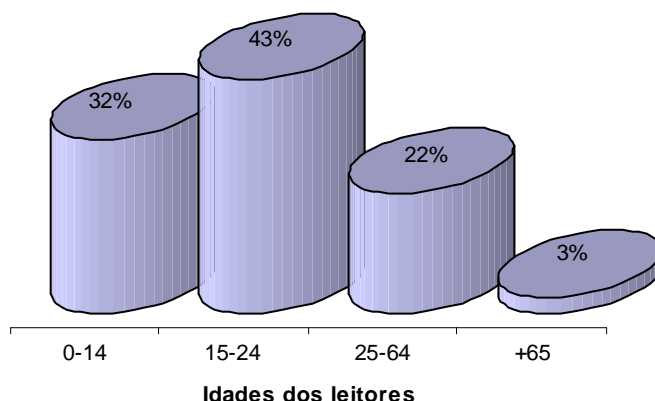
Os indicadores do gráfico da figura 4.2, “Distribuição dos leitores da BMMNR por profissões/ocupação” têm por base a Classificação Nacional de Profissões do Instituto Nacional de Estatística, (publicada em 1994), adaptada à realidade da BM.

Através da análise do gráfico, conseguimos saber que 66% dos leitores inscritos são estudantes, e este facto deve-se à implementação cada vez mais consolidada da Rede de Bibliotecas de Almeida, estabelecida entre Bibliotecas Escolares e Municipal tendo em vista a constituição do catálogo e utilizador único. Tal facto implicou por isso, um aumento de leitores inscritos tendo em conta a população escolar, que à data se cifra em 587 alunos.

A segunda profissão/ocupação predominante é o grupo das profissões Intelectuais e Científicas onde se incluem os profissionais do ensino, o que poderá indicar que parte significativa destes utilizadores que possuem cartão de leitor recorre ao serviço de empréstimo como complemento da sua actividade profissional.

Ainda sobre o mesmo gráfico gostaríamos de alertar que embora a percentagem de reformados seja de 2% uma observação real e directa indica-nos que a percentagem de frequentadores residentes e diários, nomeadamente para a consulta de periódicos, é mais

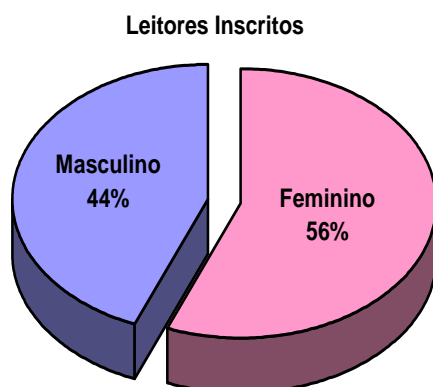
significativa. Contudo este grupo sénior é apenas contabilizado manualmente enquanto utilizador da sala adulto.



**Fig.4.3 - Percentagem de leitores agrupados por faixa etária.**

Da análise do gráfico da figura 4.3 sobressai que os leitores são na sua maioria adolescentes e jovens com idades situadas na classe entre os 15 e os 24 anos (43%) e o utilizador de idades compreendidas entre 0 e os 14 anos (32%), estes dados confirmam o já constatado no quadro anterior, em que a maior percentagem pertence à classe dos estudantes. Esta distribuição dos leitores pode estar directamente relacionada com as actividades que a biblioteca canaliza para crianças e jovens dos 6 aos 16 anos nomeadamente: horas do conto; ocupação de férias da Páscoa e de Verão; encontros com escritores e outras de interesse relevante para esse universo da população.

É compreensível que se note o predomínio de um público escolarizado no acesso às BPs, por um lado por apresentarem infra-estruturas apetrechadas com diversos recursos documentais e tecnológicos, por outro, devido ao facto de grande parte destas instituições praticarem um horário alargado. Há ainda uma concentração considerável de jovens académicos inscritos que aproveitam a Biblioteca para estudar ou realizar algum trabalho que exija consulta de documentos nomeadamente do fundo Local.



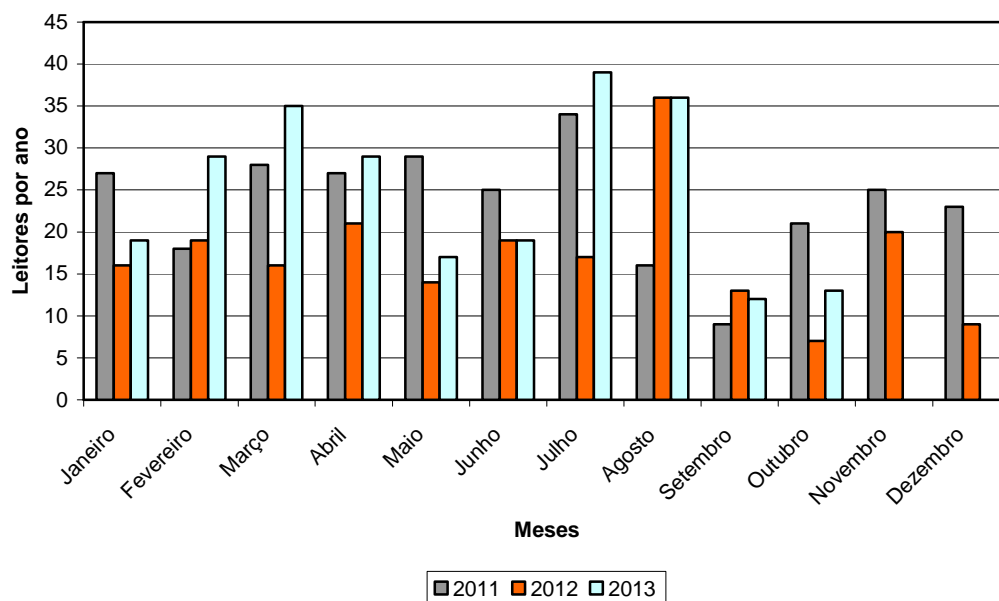
**Fig.4.4 - Distribuição de leitores inscritos por sexo.**

De acordo com a figura 4.4 apurámos que os leitores do sexo feminino têm maior representatividade (56%) na distribuição do universo da BM, verificando-se uma distribuição do mesmo tipo entre a população do concelho de Almeida 53% e os utilizadores.

Analisando os anos 2011,2012, 2013 através dos gráficos da figura 4.5 “ Distribuição de leitores activos por sexo” verificamos que tem vindo a ocorrer uma aproximação progressiva entre os dois géneros e se inicialmente o utilizador era na sua esmagadora maioria feminino (78% em 2011) esta tendência tem-se vindo a esbater no sentido da igualdade entre géneros.



**Fig. 4.5 - Distribuição de leitores activos por sexo**

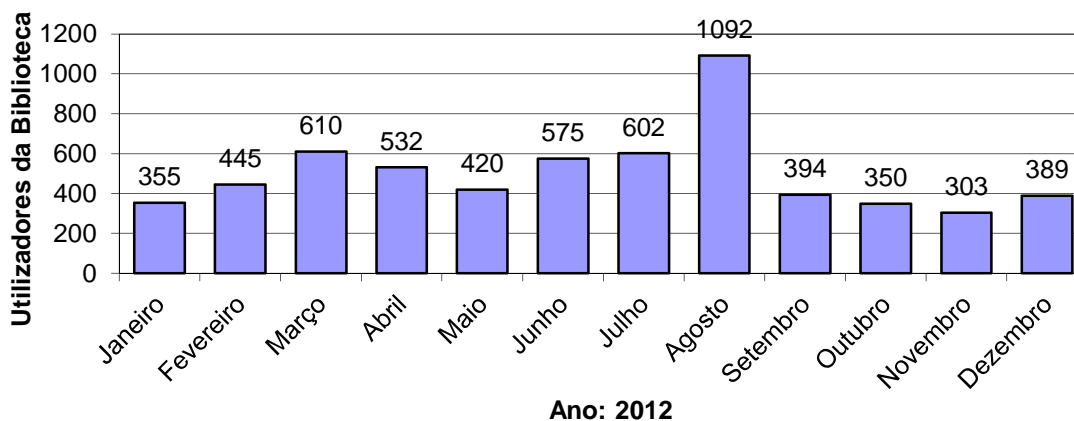


**Fig. 4.6 - Total mensal de empréstimos domiciliários - Distribuição anual (2011-2012-2013)**

Através da análise dos empréstimos domiciliários, ilustrados na figura 4.6 vemos que os meses de maior movimento de documentação são coincidentes com os meses de maior afluência à BM, destacando-se Março, Julho e Agosto.

No entanto, não podemos deixar de referir que relativamente ao ano 2012 se registou uma quebra significativa, que foi coincidente com a quebra de acessos à Biblioteca, contrariada no entanto com a nova dinâmica nos serviços educativos e nas actividades planificadas no ano de 2013, nomeadamente com o público escolar<sup>72</sup>.

**Relativamente ao ano em de 2012**



<sup>72</sup> No âmbito do Programa Ler+ Jovem na prossecução de actividades subordinadas ao tema nuclear “Fardas e Fardos nos caminhos do contrabando” uma actividade da Rede de Bibliotecas Escolares em que a BM se constitui como parceira.

Fig. 4.7 - Frequência mensal de utilizadores à BMMNR

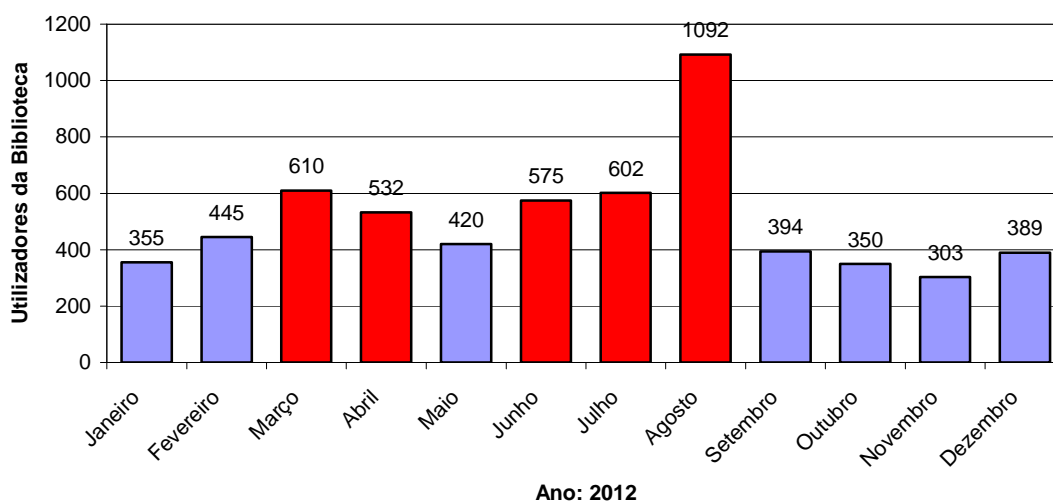


Fig. 4.8 - Frequência mensal de utilizadores à BMMNR, com destaque para os meses de maior fluxo.

Relativamente à frequência mensal de utilizadores que acorreram à BMMNR no ano de 2012 e conforme nos mostra a fig. 4.8 podemos observar que foram os meses de Março, Julho e Agosto que registaram um valor mais significativo, com especial destaque para o mês de Agosto, de tal forma que dos 6067 acessos registados, 18% ocorreram durante este mês, o que se pode justificar com o facto da Biblioteca ver aumentado o número de acessos durante o período de férias de residentes sazonais, emigrantes e população em idade escolar. Para o mês de Agosto temos ainda que referir a Recriação Histórica do Cerco de Almeida, no âmbito do qual a Biblioteca alarga o seu período de funcionamento até às 24h na sexta-feira e sábado; no domingo abre durante o período da manhã e da tarde até às 18h30. Se repararmos na figura 4.9 só esse Domingo (único no ano) representa 1% do total de entradas do ano 2012.

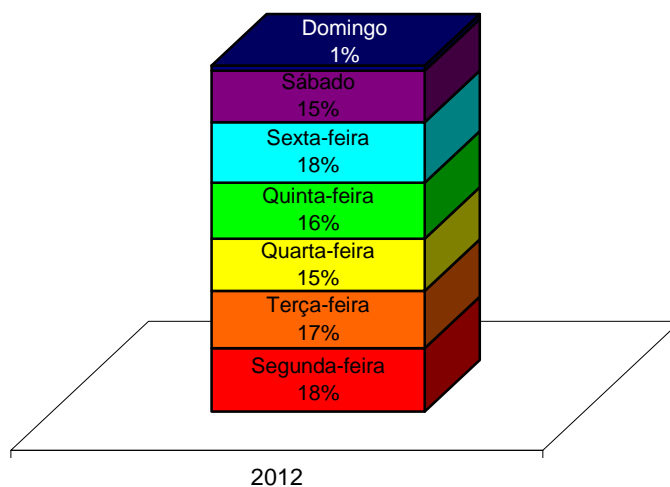
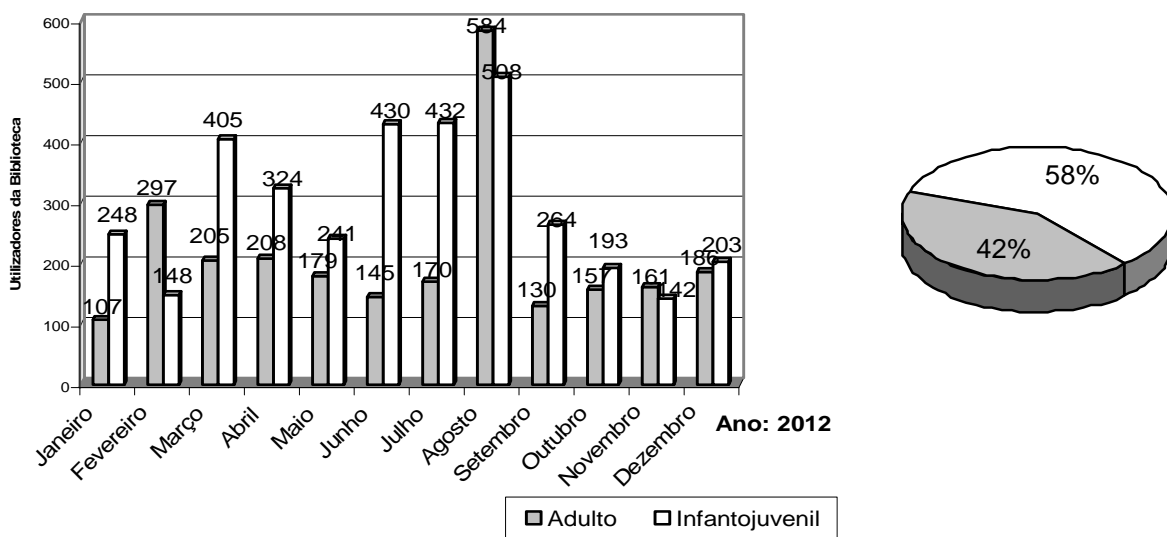


Fig. 4.9 - Frequência de Utilização por dia de semana.

Relativamente aos meses de Março e Julho, que correspondem às férias escolares da Páscoa e de Verão, as actividades recreativas e lúdicas que a BMMNR proporciona são o agente responsável pelo grande número de afluências tal como atrás já referimos.

Também podemos concluir que para o período de férias a biblioteca se apresenta como alternativa a outras atracções que habitualmente se fazem nos períodos de ócio, ou mesmo relativamente às ofertas que a Vila disponibiliza: piscinas, termas, picadeiro.



**Fig. 4.10 - Frequência absoluta mensal e repartição anual de utilizações agrupados por grupo etário.**

Tal como nos mostra a figura 4.10 frequência absoluta mensal e repartição anual de utilizações agrupados por grupo etário, à excepção do mês de Agosto, nos meses de Março, Junho e Julho a BMMNR é frequentada principalmente por um público infantil e Juvenil, afluência que se deve à organização de actividades direccionadas para pré-escolar e público infanto-juvenil. Referimos no entanto, que ao contrário do que acontece nos meses de Julho e Agosto cuja afluência à BM é espontânea, nos meses de Março e Abril a visita é condicionada pois prende-se com a ida acompanhada de professores e vigilantes para as actividades que a biblioteca proporciona.

Do que podemos observar directamente no terreno para os meses de Julho e Agosto, o utilizador residente adulto continua a frequentar como habitualmente a biblioteca, dá preferência à secção dos periódicos e a ele juntam-se outros frequentadores mais jovens, normalmente em grupo cuja convivalidade e informalidade da internet os atrai mais do que qualquer outro recurso disponível. Ou seja, nestes meses o frequentador de Verão distancia-se um pouco das estantes, substituindo-as pelos postos de internet e secção multimédia procurando um ambiente mais descontraído.

Deste universo de utilizadores a figura 4.10 frequência absoluta mensal e repartição anual de utilizações agrupadas por grupo etário mostra-nos ainda que no ano de 2012, 58% foram infanto-juvenis e 42% adultos.

Ao longo do ano as afluências dos leitores/utilizadores registam-se principalmente durante o período da tarde, conforme nos mostram os gráficos da figura 4.11 frequência absoluta mensal e distribuição relativa anual de utilizadores por período de funcionamento.

Note-se que a BMMNR pratica horários diferentes no período de Verão (Maio a Outubro) e de Inverno (Novembro a Abril), prolongando o período da tarde nos meses de Verão, por mais uma hora. É ainda de assinalar que a biblioteca nos sábados apenas se encontra em funcionamento no período da tarde.

Note-se que embora a semana registre uma distribuição muito equitativa de acessos, são as segundas, quintas e sextas-feiras que registam uma concentração maior de utilizadores, tal como se pode observar no gráfico da figura 4.9.

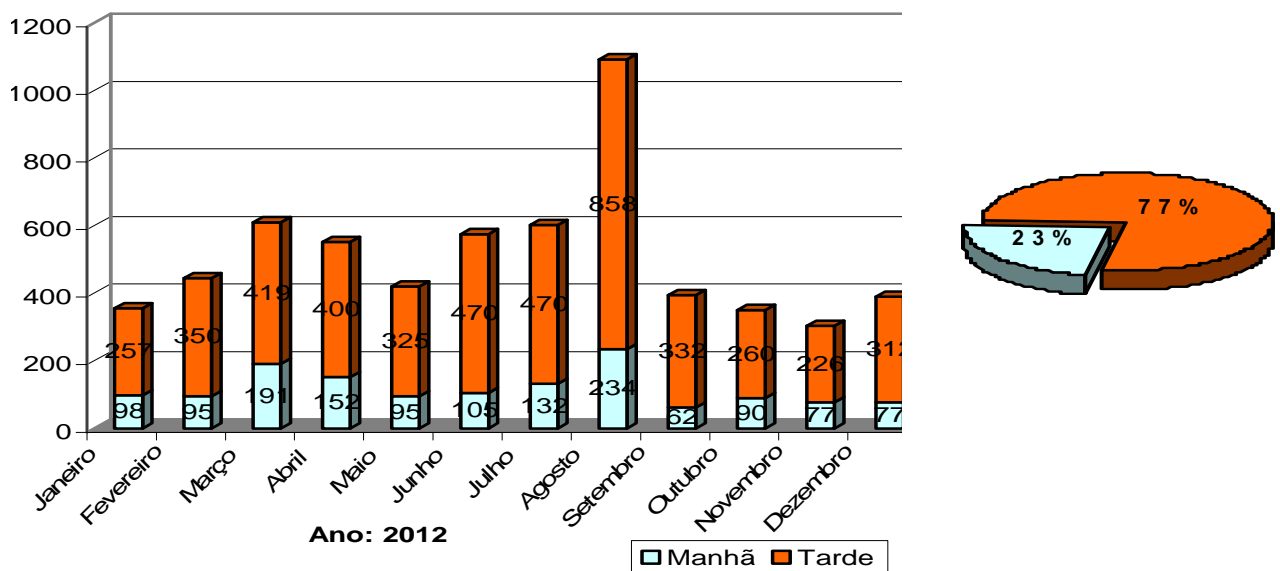


Fig. 4.11 - Frequência absoluta mensal e distribuição relativa anual de utilizadores por período de funcionamento da BMMNR.

## Considerações Finais

O percurso seguido ao longo desta dissertação cingiu-se, no essencial, a duas temáticas distintas, o **alargamento da missão da Biblioteca Pública e Biblioteca Municipal de Almeida nas suas múltiplas valências**. Acerca da primeira inquirimos dos avanços e recuos da biblioteca, desde os primórdios de Alexandria até à mítica e global Alexandria do mundo contemporâneo, tecnológico e informacional, para depois tecermos algumas considerações sobre o propósito da conservação dos patrimónios locais, sua importância e significados. Seguidamente abordámos a **Biblioteca Municipal de Almeida** e suas responsabilidades enquanto espaço público de livre acesso e de cidadania.

Relativamente à primeira premissa, e na senda do entendimento de toda a amálgama de variáveis que envolveu a instituição concluímos no sentido de que as bibliotecas públicas assumem-se hoje como espaços de memória, de circulação de informação, de comunicação, de educação e de cultura, onde ideias, opiniões, valores, crenças e imaginários são transaccionados, modelados, transformados pelos diferentes segmentos de públicos que os utilizam. São espaços onde todos os públicos podem entrar livremente, seja fisicamente ou virtualmente, através de catálogos electrónicos ou dos novos serviços suportados pelas novas tecnologias da informação, porque uma biblioteca não é um museu de livros, é um laboratório de reagentes, onde cidadãos activos e conscientes procuram respostas mas também querem ser consultados, gostam e merecem que as suas aspirações aí se reflectam. A biblioteca tem que esbater o seu ar solene e pouco convidativo que às vezes ainda persiste, e apetrechar-se de massa crítica, de novas configurações orgânicas, novas lógicas de funcionamento, novas relações que implicam uma visão gestáltica de rede, parceria, globalidade. Todavia, o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto da Sociedade de Informação impõe novas formas de actuação por parte das Bibliotecas Públicas, estas instituições devem por isso canalizar esforços no sentido da promoção da literacia informacional, garantindo a integração social, cultural e informacional dos cidadãos.

Percebemos, que o ao mesmo tempo que o Homem anseia por esta globalidade sem fronteiras e face às tendências de uniformização individual e perante o assombramento da ruptura e da desordem provocada pela ausência de valores simbólicos e de identificação, (re)clama a recuperação do Passado e da sua identidade, convergindo vários interesses e esforços para promover a preservação, restituição, (re)construção, conservação e o restauro dos valores que ancoram identidades e memórias. A biblioteca deve assumir-se como guardiã dessa memória dos povos, tanto quanto os museus ou os arquivos. A propósito da conservação e difusão do património histórico e cultural nas BPs concluímos, parafraseando Nunes, que as Bibliotecas são, “não apenas lugares privilegiados de contacto com as manifestações do génio criador humano e de conhecimento do mundo, mas também de promoção e conhecimento da memória e identidade locais” (Nunes, M.B: 2005, 37).

É principalmente às bibliotecas municipais que em nosso entender cabe a obrigação de custodiar esse leque de memórias locais e dos sítios, porque coabita diariamente com eles, e por isso acresce-lhe o dever de os seleccionar e guardar para os poder transmitir e disponibilizar no futuro a outras gerações.

Neste sentido entendemos que o fundo local, enquanto estrutura multifacetada, é tradicionalmente apresentado como um dos espaços da Biblioteca pública constituído com dever de lembrar, todavia consideramos que mais do que disponibilizar bibliografia documental sobre aquela região o fundo local não deve temer afinar o seu campo de acção e incidir mais especificamente sobre a sua comunidade local, difundi-la aos seus habitantes, para que os mesmos se sintam envolvidos e participantes de uma história colectiva que também é sua.

A **segunda parte** desta dissertação tratou sobre a Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo e para tal impôs-se um entendimento sociológico do sítio para entendermos o universo de potenciais frequentadores no sentido de adequar práticas e procedimentos que possam ir ao encontro de todos.

Seguidamente fizemos uma leitura do edifício da Biblioteca Municipal, os seus espaços, equipamentos, organicidade plástica e disponibilidades, para depois as enquadrarmos nas exigências da tutela e gizarmos uma leitura às várias valências potenciadoras de diferentes encontros.

Desta análise retirámos que a biblioteca se afigura como um espaço confortável, de leituras fáceis e de dimensões proporcionais adequadas aos objectivos e população que serve.

Da colecção conseguimos entender que ela não prevê as diversidades da sua população que hoje é mais envelhecida do que jovem, fracamente letrada, e vive algures num concelho demasiado disperso da biblioteca alicerçada sempre em Almeida. É nosso entendimento que a biblioteca deva sair dos seus muros e ir ao encontro de todos, procurando diversas formas de lhes chegar.

Da análise aos utilizadores leitores retirámos várias conclusões a primeira delas é que a biblioteca municipal conhece pouco do seu utilizador. Dá mais preferência ao acesso do frequentador, do que do leitor, sendo que aquilo que lhe interessa saber do primeiro é o enquadramento da sua faixa etária nas salas de leitura, adequação demasiado primária para quem deveria fazer do utilizador o tema central da sua actuação.

Por outro lado consideramos que a Biblioteca Municipal enquadrada num sítio histórico que vive do usufruto daquele lugar devia, através de um conjunto de actividades, ajudar o visitante a compreender o quão surpreendente é a história de Almeida, ou mais importante ainda, que Almeida não é uma estrela vazia: tem gente, tem casas e tem alma! Este entendimento do sítio deve granjear o empenho de todos, Museu Histórico-Militar de Almeida, Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida e Biblioteca enquanto guardiões de memórias e que têm também responsabilidades acrescidas na sua conservação e salvaguarda. Se também o nosso contributo, para esse efeito tiver sido válido, considerar-nos-emos recompensados pela investigação ora levada a efeito.

## A BMMNR - contributos para a sua valorização

É nosso entendimento que a biblioteca deve traçar caminhos no sentido de melhorar algumas práticas para ir ao encontro dos seus utilizadores

Relativamente ao público sénior, os serviços existentes ainda que possuam os ingredientes (espaços e equipamentos) não conseguem ser entusiasmantes, nem tão pouco despertar no utilizador sénior o interesse de uma participação activa. Por outro lado, os poucos serviços que a BP disponibiliza e as actividades que realiza com este tipo de público são de forma pontual e desgarrada<sup>73</sup>.

No seguimento, e ao que pudemos apurar o nível de alfabetização deste tipo de público é baixo e a biblioteca apenas possui recursos para público alfabetizados, começando logo aqui a exclusão desses potenciais utilizadores e o não cumprimento de um dos princípios mais elementares do Manifesto IFLA/UNESCO “apoiar, participar e se necessário criar programas de alfabetização para diferentes níveis etários”. Por outro lado, se constatarmos também que face à dimensão geográfico do concelho e ao isolamento natural deste público sénior impõe-se inevitavelmente a necessidade da Biblioteca Municipal ir ao seu encontro. Uma bibliomóvel, ou itinerâncias concertadas com as Juntas de freguesia ou com lares e centros de dia conseguiriam decerto suprir esta necessidade. A iniciativa bibliocafé, já implementada caminha nesse sentido mas não se revela suficiente porque nem todas as freguesias têm um.

Ainda no âmbito da colecção, concordamos com Bezerra quando diz que a biblioteca devia procurar expandir o seu acervo através da aquisição de livros com temas de interesse para o idoso e obter os já adaptados para atender a esse segmento, como é o caso dos livros que possuem letras grandes ou audiolivros; fornecer pelo menos um ponto de consulta de internet com *software* do tipo grande para idosos com visão reduzida, e ou adquirir recursos disponíveis, com tecnologia assistida. (Bezerra: 2012).

Relativamente ao público jovem a biblioteca de Almeida deve, do mesmo modo, procurar adequar e actualizar os seus recursos no sentido de cativar este tipo de público e canalizar as suas preferências para fomentar a prática da leitura que tem vindo a diminuir significativamente. Promover a inter-acção dos seus utilizadores, ainda que indirectamente, na *Web 2.0*, através da sua presença em redes sociais (*facebook*, *twitter*) adquirir publicações em formato digital, parece-nos uma forma de promover a literacia informacional e fomentar um envolvimento cada vez maior dos jovens na biblioteca. Neste sentido, para além das actividades de promoção de leitura que já promove: hora do conto, leitor do mês, sugestão de leitura, avental de histórias, deve implementar outras no sentido de cativar e promover a leitura, por outro lado, aumentar os empréstimos domiciliários ou a leitura presencial deve fazer parte do seu manancial de procedimentos.

---

<sup>73</sup> A Biblioteca deve planificar actividades para este tipo de público com uma periodicidade regular para o poder fidelizar.

Relativamente ao fundo local, consideramos que a Biblioteca Municipal de Almeida cujo campo de acção do seu património histórico e cultural é infindável e de interesse nacional, tem uma tarefa acrescida na sua conservação mas também na sua divulgação, devendo por isso fazer mais e melhor no sentido da disponibilização das suas fontes documentais, mobilizar a sociedade no sentido de um conhecimento mais amplo da história do seu sítio, das suas formas e construções. No seguimento consideramos que a BMMNR deve reconsiderar uma nova orgânica da sala de leitura adulto e disponibilizar este fundo em local mais visível, fazer frequentemente actualizações do fundo na comunicação social local, organizar exposições temáticas encontros ou palestras sobre assuntos que interessem aos seus utilizadores e leitores, enquanto forma de apelar à construção e empenho dos habitantes locais na sua ampliação.

Concordamos com Cabral quando diz que há dois ingredientes fundamentais para que a biblioteca leve a bom termo as suas iniciativas, vontades e aspirações: por um lado a atitude dos “profissionais que deve ser a de estimar e preservar, mas também a de garantir que [o que está] à nossa guarda possa ter um uso cada vez maior por um cada vez mais amplo leque de pessoas” (Cabral: 2002, 42), por outro lado uma cuidada divulgação para que todos possam participar enquanto cidadãos nas suas iniciativas, *labores* e recursos porque antes de tudo a biblioteca é dos cidadãos.

# Bibliografia Final

ARCHI, Alfonso - **Les archives royales d' Ebla. In Syrie: mémoire et civilisation.** Nantes: Flammarion, 1993.

ASSOCIATION DES BIBLIOTHÉCAIRES FRANÇAIS - **Le métier de bibliothécaire**, *BBF*, nº5,1996[Em linha]. [Consult. 2012-03-08]. Disponível em <<http://bbf.enssib.fr/>>

BAGANHA Filomena - **Novas Bibliotecas, Novos Conceitos** [Em linha]. [Consult 2013-10-02]. Disponível em [www:URL: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf)

BALLART, Josep. - **El Patrimonio Historico y Arqueológico: Valor y Uso**, Barcelona: Ariel, 1997.

BERTRAND, Anne Marie - **Les Bibliothèques municipals: acteurs et enjeux.** Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1994.

BERTRAND, Anne Marie - **Bibliothèques territoriales: identité et environnement.** Paris: Éditions du CNFPT, 1999.

BERTRAND, Anne Marie [et al.] - **Les bibliothèques municipales et leurs publics: pratiques ordinaires de la culture** [Em linha]. Paris: Editions de la Bibliothèque Publique d' Information / Centre Pompidou, 2001. (Études e recherche, ISSN 0993-8958). [consult. 2012-02-10]. Disponível em [www:<URL:http://editionsdelabibliotheque.fr/livre/index.cfm?GCOI=84240100176630&fa=complements](http://editionsdelabibliotheque.fr/livre/index.cfm?GCOI=84240100176630&fa=complements).

BEZERRA, Fabíola Maria Pereira - **A Biblioteca Pública, o utilizador idoso as políticas de infoinclusão.** *Tese submetida para obtenção do grau de Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais.* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2011.

BRANDÃO, Frei Francisco - **Monarquia Lusitana**, parte quinta e sexta, [1650, 1672].Lisboa: Imprensa Nacional - casa da moeda, 1975-1980.

BONDIN, Ray - **Walled Cities - Problems of Management**, in Campos, João, coord. **Revista CEAMA Nº1.**Almeida: Câmara Municipal, 2008.

BORGES, Jorge Luis - **A Biblioteca de Babel**, in *Obras Completas Vol. I (1923-1949)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BUSCHMAN, John; LECKIE, Gloria J. Space, place and libraires. In **The library as place: history, community, and culture**. Buschman, John; Leckie, Gloria J. (eds.). Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2007.

CABRAL, Maria Luísa - **Bibliotecas: acesso sempre**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

CABRAL, Maria Luísa - **Amanhã é sempre longe demais: Crónicas de preservação e conservação**. Lisboa: Gabinete de Estudos a & b, 2002.

CALIXTO, José António - **Biblioteca pública versus biblioteca escolar: uma proposta de mudança**. In: cadernos BAD. N°3, 1994.

CARDOSO, Miguel Esteves - **A causa das coisas**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1986.

CARDOSO, C. - **Bibliotecas públicas e identidade: o fundo local**. Revista Municipal de Lousada, 77 (Suplemento do Património), 2010.

CARDONA, Francesc Xavier Hernández - **Museografia Didáctica**, In MESTRE, Joan Santacana e ANTOLÍ, Núria Serrat, Coords. - **Museografia Didáctica**. Barcelona: Ariel, 2005.

CARRIÓN GÚTIEZ, Manuel - **Manual de bibliotecas**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990.

CASTELLS, M. - **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOAY, Françoise - **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CONCEIÇÃO, Maria Margarida Simão Tavares da - **Formação do espaço urbano em Almeida (séculos XVI - XVIII) da vila Cercada à Praça de Guerra**, Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, vol.3, 2002.

COSTA, Sónia Marisa Leal - **As bibliotecas universitárias em particular a da universidade da beira interior: a informação em permanência com os alunos**. *Relatório de Estágio para obtenção do grau de mestre em Ciências Documentais*. Covilhã, 2012.

COSTA, S. G. - **O que é o património cultural?** Açoriano Oriental, 2012. Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/pca/2012525122146.pdf>

CORNELSEN, J. & MIRANDA, M. - **Sentidos e aceções da memória: da custódia à pós-custódia.** Páginas a & b, Série 2 (5), 2010.

DAMÁSIO, António R. - **O erro de Descartes.** 19<sup>a</sup> ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999.

DIAS, Geraldo J.A. Coelho - **Na pré-história das bibliotecas.** In *Da memória do mundo* [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Central, 1996. [Consult. 2012-03-10]. Disponível em WWW:<URL:<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id115&sum=sim>.

ECO, Umberto - **A biblioteca.** Lisboa: Difel, 1987.

EDMONDSON, R. - **Diretrizes para a salvaguarda do património documental.** (M. E. Bustamante, Trad.) Paris: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, 2002.

ESCOLAR SOBRINO, Hipólito - **História de las bibliotecas.** Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruiperez, 1990.

EIGENBRODT, Olaf - **Designing library facilities for everyone? Providing Space for Informational Participation.** In Hauke, E.A.Petra, (ed.). 16th BOBCATSSS Symposium 2008, Providing access to information for everyone. Zadar: Humboldt universitat zu Berlin. Ler uma biblioteca nas inscrições de leitores, espaço e internet Paula Sequeiros. Disponível em <<http://edoc.huberlin.de/conferences/bobcatsss2008/>.

FERREIRA, David Mourão - **Serviço de bibliotecas e apoio à leitura.** Cadernos BAD. Nº 3,1994.

FERNANDÉZ, Luis Alonso; FERNANDÉZ, Isabel Garcia, **Diseño de Exposiciones, Concepto, Instalación y Montage.** Madrid: Alianza Editorial, 2001.

FERNANDÉZ, Luis Alonso - **Museología y museografía.** Barcelona: Ediciones del Serbal: 2001.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice - **Um olhar sobre o Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.** Páginas a&b: arquivos e bibliotecas. Lisboa, Nº13, 2004.

FREITAS, Maria Cristina; FERREIRA, Daniela - **Aspectos e reflexões conceituais sobre informação, sistemas e teoria de sistemas**. [Em linha]. VII CINFORM - Informação, Humanismo e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, São Salvador da Baía, 2007.

FURTADO, José Afonso - **As Bibliotecas Públicas, as suas missões e os novos recursos de informação**. [Em linha]. [Consult. 2013-01-14] Disponível em WWW:<URL:[http://www.academia.edu/630123/As\\_bibliotecas\\_publicas\\_as\\_suas\\_missoes\\_e\\_os\\_novos\\_recursos\\_de\\_informacao](http://www.academia.edu/630123/As_bibliotecas_publicas_as_suas_missoes_e_os_novos_recursos_de_informacao).

GASCUEL, Jacqueline - **Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma biblioteca**. Lisboa: D.Quixote, 1987.

GIL, Adriana, [et al.] - **Nuevas tecnologías de la información y la comunicación o nuevas tecnologías de relación?** [Em linha]. Barcelona: UOC, 2003. Disponível em <http://www.uoc.edu/dt/20347/index.html>.

GILL, Phillip - **Introducción a las directrices IFLA/UNESCO para el desarrollo de servicios de bibliotecas públicas**, 2001.

GILL, Philip - **Guidelines for public libraries in the 21st century** [Em linha]. [Consult. 2012-01-17]. Disponível em WWW:<URL:<http://archive.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf>.

LE GOFF, J. - **História e memória**. (B. Leitão et al., Trad.) Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

GOMES, Rita Costa - **Castelos da Raia - Beira**. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1996.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, José A. - **La preocupación por la lectura pública en España: las bibliotecas «populares»**. De las Cortes de Cádiz al plan de bibliotecas de María Moliner. Universidade de Murcia. Disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/educacion/vscripts/wginer/w/rec/3103.pdf>

HEDSTROM, Margaret; KING, John Leslie - **On the LAM: library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities**. In Mapping Innovation: Six Depth Studies. Organization for Economic Co-operation and Development. [Em linha]. 2004. [Consult. 2013-03-08]. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/59/63/32126054.pdf>

IFLA - **Alexandria Manifesto on Libraries, the Information Society in Action** [Em linha]. [Consult. 2012-02-27]. Disponível em WWW:<URL:http://archive.ifla.org/III/wsis/AlexandriaManifesto.html.

IFLA - **Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento** [Em linha]. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. (Relatório profissional, 86). [Consult. 2012-01-17]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ifla.org/files/libraries-for-print-disabilities/publications/86-pt.pdf.

IFLA - **Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual** [Em linha]. Haia: Comité sobre a Liberdade de acesso à Informação e sobre a Liberdade de Expressão da IFLA, 1999. [Consult. 2012-02-27]. Disponível em WWW:<URL:http://archive.ifla.org/faife/policy/iflastat/iflastat\_pt.htm.

IFLA - **Digital Library Manifesto**, 2010 [Em linha]. [Consult. 2012-02-27]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ifla.org/files/hq/documents/digital-library-manifestoen.pdf.

IFLA - **Guidelines for library services to babies and toddlers** [Em linha]. [Consult. 2012-01-17]. Disponível em WWW:<URL:http://archive.ifla.org/VII/d3/pub/Profrep100.pdf.

IFLA - **Manifesto da IFLA sobre Internet** [Em linha]. Haia: Comité sobre a Liberdade de acesso à Informação e sobre a Liberdade de Expressão da IFLA, 1999. [Consult. 2012-02-27]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ifla.org/files/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-pt.pdf.

IFLA - **Mobile library guidelines** [Em linha]. Haia: IFLA Headquarters, 2010. [Consult. 2011-01-17]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ifla.org/files/hq/publications/professional-report/123.pdf.

IFLA. Section of Libraries for Children and Young Adults - **Directrizes para serviços de bibliotecas para crianças** [Em linha]. [Consult. 2012-01-17]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ifla.org/files/libraries-for-children-and-ya/publications/guidelines-for-childrens-libraries-services-pt.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **Anuário Estatístico da Região Centro 2007** [Em linha]. Lisboa: INE, I.P., 2008. [Consult. 2012-01-03] Disponível em WWW:<URL:https://www.ccdrc.pt/index.php?indicador\_value=Indicadores+Demogr%C3%A1ficos&tipo=regiao&option=com\_content&view=article&id=242&Itemid=138.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **Censos 2011: resultados definitivos: XV recenseamento geral da população: V recenseamento geral da habitação.** [Em Linha]. [Consult.2012-09-29]. Disponível em  
WWW.URL<:[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOEspub\\_boui=156644135&PUBLICACOESmodo=2](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEspub_boui=156644135&PUBLICACOESmodo=2)

JOHNSON, Catherine A. - **Do public libraries contribute to social capital? : a preliminary investigation into the relationship.** Library & Information Science Research, Vol.32, nº2, 2010.

KRAMER, Samuel Noah - **A história começa na Suméria.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1963.

KOTLER, Neil; KOTLER, Philip - **Estrategias y Marketing de Museos.** Barcelona: Ariel, 2001.

LABARRE, Albert - **História do Livro,** 8ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

LAGE, M. O. - **Abordar o património documental: Territórios, Práticas e Desafios.** Cadernos NEPS, 4, 2002.

LERNER, Fred - **Historia de las bibliotecas del mundo: desde la invención de la escritura hasta la era de la computación.** Buenos Aires: Troquel, 1999.

LÉON, Aurora - **El Museo: Teoria, Praxis y Utopía.** Madrid: Catedra, 1995.

LEVY, David M. - **Digital libraries and the problem of purpose.** Bulletin of the American Society for Information Science [Em linha], 2000, 26(6). [Consult.2013-01-12]. Disponível em  
WWW.URL<:<http://www.asis.org/Bulletin/Aug-00/levy.html>.

LITTON, Gaston - **O livro e a sua história.** São Paulo, Mcgraw-Hill do Brasil, 1975.

LOZANO DÍAZ, Roser - **La biblioteca pública del siglo XXI : atendiendo clientes, movilizandopersonas.** Gijón: ediciones Trea, 2006. (Biblioteconomía y administración cultural).

LOPES, João Teixeira - **Da democratização à democracia cultural - uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público.** Porto: Profedições, 2007.

MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso - **A satisfação do cliente de serviços de Informação - as bibliotecas públicas da região centro.** *Dissertação de doutoramento em ciências documentais.* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

MATEUS, Rui - **Trazer o passado para o presente é planejar o futuro** In: **Encontros do Património de Vila do Conde/ gabinete de Arqueologia**. Vila do Conde: Câmara Municipal, D.L. 2003.

MAUROIS ANDRÉ - **La biblioteca Publica y su misión**. UNESCO. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133108so.pdf>  
McMURTRIE, Douglas C. - **O livro**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MESQUITA, Carla Maria Meira Dias - **A biblioteca Pública e os desafios da literacia da informação. Trabalho apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação**. Porto, 2012. Disponível em [http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3260/3/DM\\_22839.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3260/3/DM_22839.pdf)

MILANESI, Luiz - **O que é biblioteca**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MIRANDA, António - **A missão da biblioteca pública no Brasil**. Revista de biblioteconomia de Brasília, vol.6, nº1, 1978. [consult.2012-04-16] Disponível em [www:<URL:http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/594/1/ARTIGO\\_miss%C3%A3o\\_biblioteca\\_p%C3%BAblica\\_Brasil.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/594/1/ARTIGO_miss%C3%A3o_biblioteca_p%C3%BAblica_Brasil.pdf).

MIRANDA, António - **Os conceitos de organização baseada na informação e no conhecimento e o desenvolvimento de serviços bibliotecários**. Ciência da Informação, Vol. 22, nº 3, 1993.

MOURA, Maria José (coord.) - **Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais** [Em linha]. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. [Consult. 2012-01-03]. Disponível em [WWW:<URL:http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/documentacaoBibliotecas/Documents/RelatorioLeituraPublica1986.pdf](http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/documentacaoBibliotecas/Documents/RelatorioLeituraPublica1986.pdf).

MOURA, Maria José (coord.) - **Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal**. Lisboa: Ministério da Cultura, 1996.

NASCIMENTO, Aires Augusto - **As livrarias dos príncipes de Avis**. Biblos.vol.69, 1993.

NEVES, José Soares; LIMA, Maria João - **Promoção da leitura nas bibliotecas públicas**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2009.

NICHOLS, H. - **Local studies librarianship**. London: Clive Bingley, 1979.

NORA, P. - **Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux, Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984.

NUNES, H. B.; PORTILHEIRO, Joaquim; CABRAL, Luis Cabral - **Bibliotecas e leitura pública em tempo de mudança.** In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1º, Porto, 19 a 21 de Junho de 1985 - **A informação em tempo de mudança: actas.** Lisboa: BAD, Vol.2, 1985.

NUNES, H. B. - **A biblioteca e a memória da vida local.** Boletim Cultural da Câmara Municipal de V. N. Famalicão, 9 (Separata), 1988.

NUNES, H. B. - **Livros, crianças, escolas, bibliotecas e o mais que adiante se verá.** Cadernos BAD, nº 3, 1994.

NUNES, H. B. - **Da biblioteca ao leitor: Estudos sobre a leitura pública em Portugal.** Braga: Autores de Braga, 1996.

NUNES, M. B. - **Para um acesso democrático às colecções de carácter local: o papel da Biblioteca Pública.** Cadernos de Estudos Municipais, 17/18, 2002.

NUNES, H. B. - **Para se conseguir a sabedoria nada há de tão útil e de maior necessidade que uma biblioteca pública** [Em linha]. [Consult. 2011-01-17]. Disponível em WWW:<URL:http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27\_out05/textos/henrique.pdf>

NUNES, M. B. - **Navegar é preciso: A biblioteca pública entre o real e o virtual.** In Calixto, J. A. (Coord.) **Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento, cidadania.** Évora: Colibri; CIDEHUS - Biblioteca Pública de Évora, 2005. [consult. em 2012-04-16]. Disponível em www:<URL:http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27\_out05/textos/manuela.pdf>

NUNES, M. B. - **Bibliotecas públicas e território: A importância do fundo local num mundo globalizado.** Boletim Cultural da Póvoa do Varzim, 44, 2010.

OLEIRO, Margarida; HEITOR, Célia - **“20 anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um Balanço (possível) do Grau de Cumprimento do Programa”.** Disponível em www:<URL:http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/157>

PALMA, Ernesto - **A orientação da leitura.** Lisboa: Sociedade de expansão cultural, 1966.

PENNAC, Daniel - **Como um romance.** Porto: Edições ASA, 2010.

PENSATO, R & MONTANARI, V. - **Le Fonti locali en biblioteca**. Milano, Editrice Bibliografica, 1984.

PORTUGAL. Ministério da Cultura - **Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas** [Em linha].

[Consult. 2012-05-16]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/dglb/Paginas/dglb.aspx.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas - **Programa de apoio às Bibliotecas Municipais** [Em linha]. [Consult. 2012-01-03]

Disponível

WWW:<URL:http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/programa

Bibliotecas/Documents/Doc01\_Programa%20de%20Apoio2009.pdf.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas - **Pesquisa de Bibliotecas da RNLP** [Em linha]. [Consult. 2011-01-03]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/pesquisaBi

bliotecas/Paginas/pesquisadeBibliotecasPublicas.aspx.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas - **Questionário de recolha de dados estatísticos: 2010** [Em linha]. [Consult. 2012-05-16] Disponível em

WWW:<URL:http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Estatistica/Documents/Questionario\_2010 .pdf.

PORTUGAL. Ministério da Educação - **Plano Nacional de Leitura** [Em linha].

[Consult.2012-02-07]. Disponível em WWW:<URL:http://www.planacionaldeleitura.gov.pt/.

PORTUGAL. Ministério da Educação - **Plano Nacional de Leitura: apresentação** [Em linha].

[Consult. 2011-01-03]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.planacionaldeleitura.gov.pt/ListaConteudos.aspx?conteudo=62.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - **Ministério da Instrução Pública: Direcção Geral do Ensino Superior: Decreto nº 13:724 [de 27 de Maio de 1927]. *Diário do Governo. 1ª série***. Lisboa. 114 (3 Jun. 1927).

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - **Ministério da Instrução Pública: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Decreto n.º 20:636. *Diário do Governo. 1.ª Série***. Lisboa. 292 (19 Dez. 1931) 2733-2736.

**PROGRAMA DE APOIO ÀS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS**, Ministério da Cultura e Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, doc.1. Actualizado em Janeiro 2009. [Em linha]. [Consult. 2013-02-

22]. Disponível em

www:<URL:http://rcbp.dglb.pt/pt/Bibliotecas/Documents/Doc01\_ProgramadeApoio2009.pdf

REBELO, Carlos Alberto - **A Difusão da leitura pública: as bibliotecas populares: 1870-1910.**

Porto: Campo das Letras, 2002.

RIBEIRO, Fernanda - **Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965).** Porto: CETAC; Edições Afrontamento, 2008. (Comunicação: Arte: Informação; 4).

RIVIERE, George Henri - **La Museologie Selon.** Dunod: Tour, 1989.

RICO, Juan Carlos, **Montaje de Exposiciones, Museos, Arquitectura y Arte.** Madrid: Sílex, 2001.

ROTÉS, Rosa Serra e CERVANTES, Magda Fernández - **Musealización de conjuntos monumentales,** in MESTRE, Joan Santacana e ANTOLÍ, Núria Serrat, coords., *Museografia Didáctica.* Barcelona: Ariel, 2005.

SÁ, Victor de - **O que foi a biblioteca móvel.** Braga: Edição do autor, 1954.

SANTOS, Vanda Ferreira dos - **Biblioteca pública y desarrollo económico.** Buenos Aires: Alfagrama, 2007.

SANT'ANA, Dionísio - **Guia de Portugal Vol.3/2: Beira: Beira Baixa e Beira Alta.** 2ªed. Lisboa: Fundação Cal. Gulbenkian, 1985.

SARAIVA, José Mendes da Cunha - **A Região de Riba-Coa e um Autógrafo de Brás Garcia Mascarenhas,** in revista *Biblos*, vol.VI, n.os 7-8.Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1930.

SANZ CASADO, Elías - **Manual de estudios de usuarios.** Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994. (Biblioteca del libro; 62).

SEQUEIROS, Paula - **Ler uma biblioteca nas inscrições de leitores, espaço e Internet - usos e representações de biblioteca pública.** *Tese para obtenção do grau de Doutora em Sociologia,* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2010.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da Informação.** 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, vol.1, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - **Das “ciências documentais” à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Patrícia de Almeida Monteiro da - **O lugar da memória educativa: estudo exploratório e proposta de modelo para constituição, organização e preservação de um fundo local institucional na biblioteca escolar**. *Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Educação e Bibliotecas*, Departamento de Ciências da Educação e do património. Porto, dezembro de 2012.

UNESCO. **[Manifesto da Unesco -1949]: The Public Library: a living force for popular education** [Em linha]. [Consult. 2012-10-17]. Disponível em

WWW:<URL:http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001474/147487eb.pdf.

UNESCO. **[Manifesto da Unesco - 1972]: UNESCO Public Library Manifesto** [Em linha].

[Consult. 2012-10-17]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.fundaciongsr.es/documentos/manifiestos/mani72ing.pdf.

UNESCO. **Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública (1994)** [Em linha].

[Consult. 2012-10-17]. Disponível em

WWW:<URL:http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm.

USHERWOOD, Bob - **A biblioteca pública como conhecimento público**. Lisboa: caminho, 1999.

VENTURA, João J. B. - **Bibliotecas e esfera pública**. Oeiras: Celta Editora, 2002.



# ANEXOS









Fig. C1 e C2 - Biblioteca: vista do alçado principal (rua Concelheiro Hintze Ribeiro)

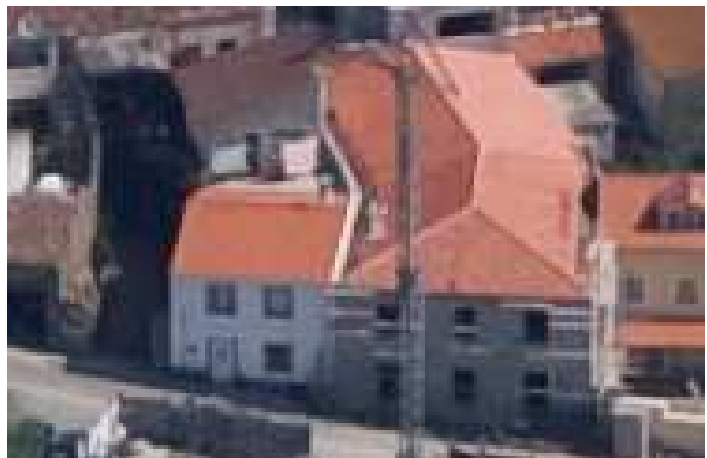


Fig. C3, C4 e C5 - Biblioteca: alçado posterior (rua do Marvão)

Fig. C6 – Biblioteca: vista aérea



Fig. C7 – Biblioteca: primeira proposta de implantação



















Fig. G1 - Entrada principal



Fig. G2 - Vista interior da entrada

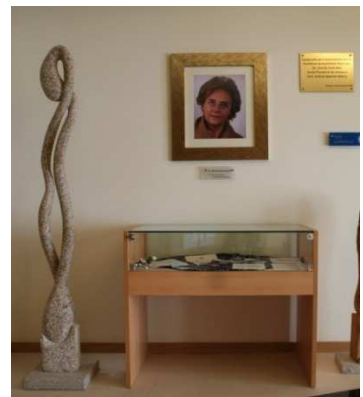


Fig. G3 - Pormenor entrada: Homenagem a Maria Natércia Ruivo



Fig. G4 - Balcão de atendimento





Fig. G5 e G6 - Sala Polivalente



Fig. G7 e G8 - Periódicos



Fig. G9 - Sala Adulto (piso 0)

Fig. G10 - Pormenor expositor



Fig. G11 - Postos de Internet



Fig G12 - Espaço Multimédia





Fig. G13 - Sala Infanto-Juvenil



Fig.G14 - Postos de Internet



Fig. G15 - Espaço de Leitura



Fig.G16 - Sala do Conto





Fig. G17 - Sala de reuniões



Fig. G18 - Gabinete do Bibliotecário

## Folha H

«O Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa) foi um projecto aprovado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/GEO/43111/2001) e cofinanciado pelo FEDER e a sua realização envolveu o Exército, através da DSE e do Instituto Geográfico do Exército e ainda o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

O Projecto teve como objetivo o tratamento documental do espólio do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, constituído por cerca de 12.000 documentos, e a sua divulgação na Internet, através de uma base de dados constituída pela pré-catalogação/catalogação dos documentos, pela sua imagem digital e por uma descrição sumária da biografia de alguns autores das plantas, cartas e outros documentos.»

**Projecto SIDCARTA [Em linha]. Lisboa: Exército,. [Consult. 2013-10-03].  
Disponível na www: <URL: <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bibliopac.htm>>.**

A listagem que a seguir se disponibiliza reúne fontes iconográficas [na posse do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Direcção de Infra-Estruturas do Exército DEAGM/DIE]. Neste caso ilustrações de mapas e plantas, que permitem conhecer a evolução do edificado de Almeida, principalmente da sua fortaleza, mas, também, de edifícios auxiliares à Praça-forte.

A cota permite fazer a hiperligação para o respectivo documento.

Todos os documentos se encontram devidamente catalogados e disponíveis no sítio:  
<http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/>

«Planta da Praça de Almeida : com as obras interiores, e exteriores adicionadas, e deliniadas... ». Manoel de Azevedo Fortes ; Jozé Fernandes Pinio [?] Alpoym. 1736 [cota: [543-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO]

«Plano da Praça de Almeida com seus ataques». João Bernardo Real da Fonseca. 1762 [cota: [27-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / OPERAÇÕES MILITARES]

«Plano da Praça de Almeida com seus ataques». João Bernardo Real da Fonseca. [17--] [cota: [565-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / OPERAÇÕES MILITARES]

«Plano da Praça de Almeida com seus ataques». João Bernardo Real da Fonseca. 1762 [cota: [28-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / OPERAÇÕES MILITARES]

«Planta da Praça de Almeida e seus ataques». Miguel Luiz Jacob. 1764 [cota: [14-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / OPERAÇÕES MILITARES / CARTOGRAFIA]

«Planta da Praça de Almeyda». Guilherme Francisco Elsdén. [post. A 1768] [cota: [22-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO]

«Perfil ou espacato das duas enfermarias alta e baixa do Hospital Real e Militar da Praça de Almeyda...». Miguel Luis Jacob. [17--] [cota: [556-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / HOSPITAL MILITAR]

«Plantas, perfis, alçados, espacatos & mapas das obras e despesas que por ordem de Sua Mag.de F.ma se fizeram em a Praça de Almeida... de 1766 te... 1768...». Miguel Luis Jacob.

[post. 1768] [cota: [552/II-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / EDIFÍCIO PÚBLICO-PLANTA / FOLHA DE ROSTO]

«*Plantas da caza do Governo*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/II-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / EDIFÍCIO PÚBLICO-PLANTA / EDIFÍCIO DOS ANTIGOS GOVERNADORES-PLANTA] [Nota: O edifício conserva a antiga traça, funcionam aqui os serviços de Notariado, registo Civil e Predial e Tribunal Judicial de Almeida]

«*Profis e alçado da caza do Governo*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/III-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / EDIFÍCIO PÚBLICO-PERFIL / EDIFÍCIO DOS ANTIGOS GOVERNADORES-PLANTA] [Nota: O edifício conserva a antiga traça, funcionam aqui os serviços de Notariado, registo Civil e Predial e Tribunal Judicial de Almeida]

«*Plantas, perfis e espacato do ospital q. sefes para a guarnição desta Praça no Convento q. foi das Religiozas*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/IV-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / HOSPITAL MILITAR]

«*Plantas, profis e alçado do Quartelamento q. sefes para a guarnição desta Praça em huma parte do Convento q. foi das Religiozas*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/V-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA] [Nota: Em parte localizava-se na actual Igreja Matriz]

«*Planta da cavalariça q. se acrescentou : [no Baluarte de Santa Bárbara]*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/VI-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / BALUARTE DE S<sup>TA</sup>. BÁRBARA]

«*Planta da fabrica*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/VII-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA]

«*Perfil da plataforma ou flanco prodozido no Baluarte de S. Antonio*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/VIII-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / BALUARTE DE S<sup>TO</sup>. ANTÓNIO]

«*Planta da plataforma ou flanco prodozido do Baluarte de S. Antonio*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/IX-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / BALUARTE DE S<sup>TO</sup>. ANTÓNIO]

«*Plano e alçado de hum quartel, q. por ordem do Thenente General Francisco M.c Lean, se reedificou, para o Destacamento da Artelharia da Prassa de Alm<sup>a</sup>*». Miguel Luis Jacob. [post. 1768] [cota: [552/X-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / QUARTEL DE ARTILHARIA]

«*Planta do convento q. foi das Religiozas desta Praça de Almeda*». Miguel Luis Jacob. [post 1768] [cota: [552/XI-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA /CONVENTO-PLANTA]

«*Planta, perfil e alçado do aquartelamento q. sefes na caza que foi capital real desta Praça de Almeida*». Miguel Luis Jacob. [post 1768] [cota: [552/XII-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA]

«*Planta terrea do rez da calçada do Convento que foy das Religiozas de Almeida em que vão notados os quarteis, hospít e outros apozêntos que pertencem a guarnição desta Praça*». Miguel Luis Jacob. [post 1768] [cota: [551/X-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA /CONVENTO-PLANTA]

«*Plantaterrea do rez da calçada do Convento que foy das Religiozas de Almeida em que vão notados os quarteis, hospitaleoutros apozentos que pertencem à guarnição da Praça*». Miguel Luis Jacob. [post 1768] [cota: [550/X-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA /CONVENTO-PLANTA]

«*Planta do convento que foy das religiozas da Praça de Almeida*». Miguel Luis Jacob. [1765?] [cota: [553-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA]

«*Planta das latrinas : Orsamento da despeza das latrinas de Almeyda*». [Miguel Luís Jacob] [1700-1900] [cota: [558-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / LATRINAS-PLANTA / LATRINAS-ORÇAMENTO]

«[Planta das latrinas] : [Orçamento da despesa das latrinas de Almeida]». [Miguel Luís Jacob]. [17--] [cota: [559-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / LATRINAS--PLANTA]

«[Latrinas na Praça de Almeida]». Miguel Luis Jacob. [c. 1766] [cota: [560-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / LATRINAS--PLANTA] [Nota: Latrinas localizadas junto ao Edifício das Esquadras]

«*Planta ichonographia da Praça de Almeida*». [António Bernardo da Costa]. [1700-1900] [cota: [19-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO-PLANTA]

«*Planta ichonographia da Praça de Almeida*». António Bernardo da Costa. [1700-1900] [cota: [20-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO-PLANTA]

«*Planta ichonographia da Praça de Almeida*». [1700-1900] [cota: [21-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO-PLANTA]

«*Planta do terreno adejacente a Praça de Almeida...*». Anasztasio António de Sousa e Miranda, Jozé Joaquim da Cunha, Jozé Maria Ferreira. 1807 [cota: [15-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / CARTOGRAFIA]

«*Planta do terreno adjacente à Praça de Almeida por huma circunferencia, cujo rayo hê de 1400 braças... : novamente desenhada...*». Anastacio Antonio de Souza e Miranda, Jozé Joaquim da Cunha, Jozé Maria Ferreira, Manuel Tavares da Fonseca. 1813 [cota: [16-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / CARTOGRAFIA]

«*Plano da Praça d'Almeida*», Pedro Folque. [1813-1814] [cota: [18-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO]

«*Plano e perfiz da Praça de Almeida : para servir á intelligencia da memoria sobre o estádo das fortificaçoens da ditta praça, depois das demoliçoens praticadas pellos francezes a 10 de Mayo, e pellos aliados a 7 de Junho de 1811; e para indicar o projecto de reparar as dittas demoliçoens pello modo mais expedito para pôr a referida praça em estado de resistir a hum golpe de mão*». Carlos Frederico Bernardo de Caula, José Maria Neves da Costa. 1811 [cota: [544-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO]

«[*Praça de*] Almeida». Alexandre Jozé Botelho de Vasconcellos e Sá. 1836 [cota: [4927-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO]

«*Planta da praça de Almeida*». Abel Augusto Dias Urbano. [c. 1895] [cota: [7217-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO]

«*Planta dos quartéis da Cortina da Crus, alojamento do Regimento de Infantaria nº 23, em Almeida : Pavimento superior, com as alterações propostas para o seu melhoramento interior : Pavimento inferior no seu estado actual*». Eusébio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado. [post. 1811] [cota: [547-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / QUARTEL DE INFANTARIA-PLANTA / EDIFÍCIO DAS ESQUADRAS—PLANTA]

«*Planta dos quartéis da Cortina da Crus, alojamento do Regimento de Infantaria nº 23, em Almeida : Pavimento superior, com as alterações propostas para o seu melhoramento interior : Pavimento inferior no seu estado actual*». Eusébio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, Martinho de França Pereira Coutinho. [1853-1868] [cota: [548-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / QUARTEL DE INFANTARIA-PLANTA / EDIFÍCIO DAS ESQUADRAS-PLANTA]

«*Planta do corpo principal da caza dos antigos Governadores da Praça de Almeida : que se projecta modificar para n'elle se estabelecer a secretaria e arrecadação geral de um Regimento de Infantaria*». [S.N.] [1700-1900] [cota: [549-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / EDIFÍCIO DOS ANTIGOS GOVERNADORES-PLANTA] [Nota: O edifício conserva a antiga traça, funcionam aqui os serviços de Notariado, registo Civil e Predial e Tribunal Judicial de Almeida]

*Planta do Quartel d'Infanteria no Terreiro do Poço na Praça d'Almeida construido junto á cortina dos Baluartes de S. Pedro e S. Francisco : Planta 3ª*. Joaquim Antonio Dias. 1857 [Cota: [7223/I-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL](#) / [EDIFÍCIO DAS ESQUADRAS—PLANTA](#)]

«*Quartel d'Infanteria do Terreiro do Poço na Praça d'Almeida : Planta 5ª*». Joaquim Antonio Dias. 1857 [Cota: [7223/II-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL](#) / [EDIFÍCIO DAS ESQUADRAS—PERFIL](#)]

«*Planta do Quartel d'Infanteria do Terreiro do Poço na Praça d'Almeida, construido junto á cortina dos Baluartes de S. Pedro e S. Francisco : Planta 3ª*». Joaquim Antonio Dias, Martinho de França Pereira Coutinho. 1858 [cota: [1989-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL](#) / [EDIFÍCIO DAS ESQUADRAS—PLANTA](#)]

«*Quartel d'Infanteria do Terreiro do Poço na Praça d'Almeida : Porção de fachada e dois côrtes : Planta 5ª*». Joaquim Antonio Dias, Carlos José Correia Botelho. 1858 [cota: [1990-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL](#) / [EDIFÍCIO DAS ESQUADRAS—PERFIL](#)]

«*Praça de Almeida : Quartéis d'Infanteria do Terreiro do Poço na dita Praça*». Joaquim Antonio Dias. 1866 [cota: [4663/II-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL](#) / [EDIFÍCIO DAS ESQUADRAS](#)]

«*Praça d'Almeida : Edificio do extincto assento da dita Praça, e Quartel de Cavallaria a Santa Barbara*». Joaquim António Dias, 1866 [cota: [4662/I-1-2-2](#); [4662/I-1-2-2\\_b](#); [4662/I-1-2-2\\_c](#); [4662/I-1-2-2\\_d](#); [4662/I-1-2-2\\_e](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL DE CAVALARIA-DOCUMENTO MANUSCRITO](#)] [Nota: Actualmente existe no local o *Hotel Fortaleza de Almeida*, não revela quaisquer vestígios do antigo quartel]

«*Quartel de Cavallaria a S.ta Barbara na Praça de Almeida*». Joaquim António Dias. 1868 [cota: [4662/II-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL DE CAVALARIA](#)] [Nota: Actualmente existe no local o *Hotel Fortaleza de Almeida*, não revela quaisquer vestígios do antigo quartel]

«*Ruinas do antigo Quartel de Cavallaria do Poço : [em Almeida]*». Joaquim António Dias. 1868 [cota: [4662/III-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL DE CAVALARIA](#)] [Nota: Actualmente existe no local o *Hotel Fortaleza de Almeida*, não revela quaisquer vestígios do antigo quartel]

«*Extincto assento da Praça de Almeida*». Joaquim António Dias. 1868 [cota: [4662/IV-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL DE CAVALARIA](#)] [Nota: Actualmente existe no local o *Hotel Fortaleza de Almeida*, não revela quaisquer vestígios do antigo quartel]

«*Quartel de Cavallaria a S.ta Barbara na Praça de Almeida*». Joaquim António Dias. 1868 [cota: [4662/V-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL DE CAVALARIA](#)] [Nota: Actualmente existe no local o *Hotel Fortaleza de Almeida*, não revela quaisquer vestígios do antigo quartel]

«*Quartéis de Cavallaria a Santa Barbara e edificio do extincto assento da Praça de Almeida*». Joaquim António Dias. 1868 [cota: [4662/VI-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [QUARTEL DE CAVALARIA](#)] [Nota: Actualmente existe no local o *Hotel Fortaleza de Almeida*, não revela quaisquer vestígios do antigo quartel]

«*Planta do Hospital Real e Militar da Praça de Almeyda : em parte demolido na ocasião do Sitio «do anno de 1762*». Miguel Luis Jacob. 1762 [cota: [554-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [EDIFÍCIO PÚBLICO--PLANTA](#) / [HOSPITAL MILITAR](#)]

«*Planta da Praça de Almeida, no estado em que a achei no dia 20 de Março [de] 1762 em que a ella cheguei*». João Alexandre de Chermont, Estevão de Freitas de Miranda. 1762 [cota: [564-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [FORTIFICAÇÃO-PLANTA](#)]

«*Planta da Praça de Almeida : no estado em que a achei no dia 20 de Março de 1762 em que a ella cheguei*». Estevão de Freitas de Miranda, V. Bleist. 1778 [cota: [25-1-2-2](#)] [[PRAÇA DE ALMEIDA](#) / [FORTIFICAÇÃO-PLANTA](#)]

«Planta do terreno adjacente à Praça de Almeida : levantada por huma circumferencia, cujo raio hé de 1400 braças...». Anastacio Antonio de Souza e Miranda, Jozé Joaquim da Cunha, Jozé Maria Ferreira. 1807 [cota: [4984-1-2-2](#)]

«Planta do terreno adjacente à Praça de Almeida por huma circumferencia cujo rayo hé de 1400 braças...». Anastacio Antonio de Souza e Miranda, Jozé Joaquim da Cunha, Jozé Maria Ferreira. [post. 1825] [cota: [562-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / CARTOGRAFIA]

*Planta que parece relativa a hum projecto de melhoramento das fortificaçoens da Praça de Almeida*». João Alexandre de Chermont. [post 1762] [cota: [24-1-2-2](#)] [PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO-PLANTA]

Tabela H1 - Exemplo de apresentação em tabela

<b>TÍTULO</b>	<i>Planta que parece relativa a hum projecto de melhoramento das fortificaçoens da Praça de Almeida</i>
<b>AUTOR</b>	João Alexandre de Chermont
<b>DATA</b>	[post 1762]
<b>NATUREZA DO DOCUMENTO</b>	Planta
<b>COTA</b>	<a href="#">24-1-2-2</a>
<b>CONCEITO</b>	PRAÇA DE ALMEIDA / FORTIFICAÇÃO-PLANTA
<b>NOTAS</b>	

